



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0775/15	DATA: 08/06/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de Belo Horizonte - MG	INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 21h09min	PÁGINAS: 119

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FABIOLA PAULINO DA SILVA - Subsecretária de Estado Adjunta de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais.
ANDRÉ QUINTÃO - Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais.
MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS - Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais.
NILMÁRIO MIRANDA - Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais.
DÊNIO SEBASTIÃO MARTINS DE CARVALHO - Chefe da Seção de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais.
MARCOS ANTÔNIO CARDOSO - Coordenador da Coordenação Nacional de Entidades Negras.
MARTVS ANTÔNIO ALVES DAS CHAGAS - ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
CLEIDE HILDA DE LIMA SOUZA - Subsecretária de Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais.
BRUNO VIEIRA DOS SANTOS - Representante do Fórum das Juventudes da Grande BH.
FRANCISLEI HENRIQUE SANTOS - Presidente da Central Única das Favelas — CUFA.
LARISSA AMORIM BORGES - Coordenadora Nacional de Articulação do Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude — SNJ.
ANA CLÁUDIA DA SILVA ALEXANDRE - Representante da Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais.
KERISON ARNÓBIO LOPES SANTOS - Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.
WILLIAM DOS SANTOS - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais — OAB-MG.
PEDRO HENRIQUE AFONSO - Estudante da Universidade do Estado de Minas Gerais.
NÍVIA MÔNICA SILVA - Promotora de Justiça.
MIGUEL ANGELO MONTEIRO ANDRADE - Subsecretário de Juventude da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais.
FLÁVIO RENEGADO - Músico e cantor.
EDSON SERAFIM CAMARGOS - Corregedor Geral de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

SUMÁRIO

Diligência para levantamento de diagnósticos e informações pertinentes ao trabalho da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão no Estado de Minas Gerais.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 3ª Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura.

A Presidência, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão que a subscrevam.

Esta reunião destina-se a debater o genocídio da juventude negra e pobre no Brasil.

Antes de convidar os membros da Mesa, eu queria compactuar com o público a nossa dinâmica. Porém, antes de mais nada, justifico o nosso atraso. Como estivemos acompanhando os membros da CPI no Alto Vera Cruz, por considerar importante ouvir aquela comunidade, todos os inscritos para o debate, houve este atraso no início dos nossos trabalhos. Mas tenho certeza de ele não causará prejuízo à qualidade do debate que aqui faremos. De toda forma, peço desculpas aos senhores e às senhoras.

Adotaremos a seguinte dinâmica. Será feita uma rápida abertura, com a saudação dos Deputados Federais e Estaduais e dos Secretários. Posteriormente, a presidência dos trabalhos será passada ao Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, que conduzirá outras duas Mesas. Portanto não haverá convocação de todos os membros ao mesmo tempo, porque vamos adotar uma dinâmica de Mesas para este trabalho.

Convido para compor a Mesa o 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Estadual Ulysses Gomes, representante do nosso Presidente, Deputado Adalclever Lopes (*palmas*); o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o homicídio da juventude negra no Brasil, Deputado Federal Reginaldo Lopes (*palmas*); o Deputado Federal Delegado Edson Moreira (*palmas*); o Deputado Federal Eron Biondini (*palmas*); o Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão (*palmas*); a Deputada Federal Margarida Salomão (*palmas*); o Deputado Federal Luiz Couto (*palmas*); a Deputada Federal Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Rosangela Gomes (*palmas*); o Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão (*palmas*); o Secretário



de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda (*palmas*); a Secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo (*palmas*); o meu amigo Deputado Estadual Professor Neivaldo (*palmas*); o nosso Líder do Bloco Minas Melhor, Deputado Rogério Correia (*palmas*).

Agora sim, quero aqui dizer da alegria de receber os membros da CPI, que investigam assunto tão caro ao nosso País ao longo de muitos anos, talvez, para ser mais exato, um assunto de antes da própria abolição da escravidão no Brasil. Sabemos que a dívida social que o nosso País tem com a população negra é extremamente ampla, porque ela vai desde o direito à posse, à dignidade, às condições ideais para uma vida digna, até, e principalmente, o chamado direito à vida.

O Estado brasileiro avançou um pouco nos últimos anos ao reconhecer as disparidades e, através do estabelecimento das cotas no serviço público, no sistema educacional, corrigir a distorção que até hoje nós temos. Mas as cotas não são suficientes, a medida ainda não é completa. Talvez somente agora o País tenha se dado conta de que ainda não apresentou uma política consistente para uma das cotas, a mais antiga, que é a cota da parcela da juventude negra, da população negra, que morre neste País vítima de homicídios.

Urge que o Estado brasileiro, que o nosso Congresso, que a Presidência da República, num pacto com os Estados, com os Municípios, com toda a sociedade civil — esta sim talvez tenha as experiências mais exitosas em termos de inclusão, de disputa do indivíduo com o crime —, faça um grande pacto pela vida, com a perspectiva da reversão deste cenário.

Espero que possamos, ao final dos trabalhos da CPI, Deputado Reginaldo, apontar caminhos para melhorar a vida da nossa população, especialmente dessa que é a mais vitimada pelo crime, pela violência. A Comissão de Direitos Humanos desta Assembleia Legislativa acompanha atentamente esse debate, esse trabalho. Queremos que seus reflexos e resultados se façam presentes também em Minas Gerais, que sensibilizem o nosso Governador, Fernando Pimentel, as instituições que operam o Direito e a Justiça aqui em Minas e também a segurança pública. Enfim, espero que façamos uma grande aliança. Tenham a Assembleia Legislativa como importante parceira.



Dando continuidade à nossa audiência, vou passar a palavra aos membros da Mesa.

Por acordo feito com o Presidente Reginaldo Lopes e entendendo a importância de ouvirmos especialmente os movimentos sociais e a população, passaremos a palavra aos membros da Mesa apenas para uma breve saudação.

Concedo a palavra ao nosso 1º Secretário, Deputado Ulysses Gomes, que aqui também representa o nosso Presidente, Deputado Adalclever Lopes.

O SR. ULYSSES GOMES - Presidente Deputado Cristiano, eu quero cumprimentá-lo e, na sua pessoa, a toda a Mesa, a todos os Deputados Estaduais presentes, aos Secretários de Estado, ao nosso querido amigo Deputado Reginaldo Lopes, na pessoa de quem cumprimento a todos os Deputados Federais membros desta CPI.

Em nome do Presidente Adalclever Lopes, quero saudar cada companheiro e companheira aqui presente, que se dispõe nesta tarde a debater um tema tão importante. O nosso querido amigo Deputado Reginaldo ousou colocar o Brasil de frente para este debate.

Deputado Reginaldo, quero registrar aqui o orgulho e a satisfação que sinto de poder construir conjuntamente, ao seu lado, vários trabalhos e de ver que o seu mandato, o seu trabalho, a sua atuação vêm gerando frutos importantes no nosso País, sobretudo na área da juventude.

Lembro-me agora, rapidamente, de várias ações em que militamos juntos, no movimento estudantil, área em que militei durante muito tempo em defesa dos direitos da criança e adolescente. O Estatuto este ano completa 25 anos e faz-me recordar o início da instalação de vários Conselhos Tutelares, em vários Municípios. Nós ouvíamos muito dizer — está aqui o Nilmário, que também conhece muito disto — que muitas cidades não precisavam daquilo porque não recebiam denúncia, não tinham nenhum problema com criança e adolescente, nenhum direito sendo violado. Era exatamente a partir do momento em que se criava aquele órgão — quantas vezes vimos isto — que as denúncias começavam a aparecer.

Então, quando o Deputado Reginaldo ousou criar esta CPI — eu me lembro de quando ele comentava do desejo de ter esta oportunidade e dizia que muitos achavam que este tema não teria a chance de ser debatido no País —, exatamente



a partir do momento em que esta CPI instalada, começaram a aparecer as denúncias, nos vários debates que ele já fez, rodando o País.

Eu faço a comparação exatamente para mostrar a falta de oportunidade para debater determinados assuntos. Este assunto, Deputado Reginaldo, merece desta Casa Legislativa uma atenção ainda maior, merece do nosso Estado, de cada militante presente aqui, dedicação, para que possamos, quem sabe, a partir dos encaminhamentos não só deste encontro, mas de todos desta CPI, dar as mãos e fazer justiça neste País.

Deputado Reginaldo, quero parabenizá-lo novamente e a todos os membros da CPI, desejando-lhes muito sucesso. E reafirmo as palavras do nosso querido Deputado Cristiano, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Assembleia, reafirmo a parceria desta Assembleia Legislativa, que estará aberta e disposta a encaminhar com a CPI soluções para as demandas que surgirem. Contem conosco!

Um bom trabalho a todos. Espero que Assembleia possa ser parceira da CPI, para avançarmos cada vez mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Ulysses Gomes.

Passamos a palavra, para a sua saudação, ao Deputado Professor Neivaldo.

O SR. PROFESSOR NEIVALDO - Obrigado, Deputado Cristiano. Farei uma saudação realmente rápida. Quero cumprimentar os nossos companheiros e companheiras Deputados Federais, os nossos Secretários que estão aqui nesta tarde, todos que estão participando desta audiência. Cumprimento o Deputado Reginaldo em especial, por esta temática, por esta CPI.

Acho importantíssimo, quando tentam reduzir a maioria penal na Câmara dos Deputados, nós discutirmos o massacre da juventude negra. Para nós, este problema é maior. Tentam vitimar a nossa juventude, quando na verdade a nossa juventude é que é a vítima. Nós temos um índice altíssimo de mortes de jovens: 36%, de 2002 a 2012. E a tendência desse número é aumentar nos próximos anos, se nós não pensarmos políticas públicas para a nossa juventude, principalmente para a nossa juventude negra.



Então, ao invés de discutir redução da maioria penal, vamos discutir mais escolas — é o que esse coraçãozinho está dizendo — e menos prisão, mais respeito à nossa juventude, mais políticas públicas para a juventude, menos massacre.

Não à maioria penal!

Uma boa tarde e um bom evento para nós. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Professor Neivaldo.

Passamos a palavra, para a sua saudação, ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA - Presidente Cristiano, é um prazer estar com todos e todas aqui. Quero parabenizá-lo pela marcação desta audiência, bem como ao Deputado Reginaldo Lopes pela iniciativa na Câmara Federal.

O Deputado Reginaldo tinha falado deste assunto, e eu sugeri a ele que nós incluíssemos a Comissão de Direitos Humanos, que tem tradição na Assembleia Legislativa e, sendo conduzida pelo Deputado Cristiano, estaria em boas mãos para este debate. Então quero parabenizá-los e, na pessoa dos dois, a todos os Deputados e Deputadas Federais aqui presentes e também aos nossos Deputados Estaduais, aos nossos Secretários, o Nilmário, o André, a todos que vieram de fora.

Serei bem rápido também.

Ainda bem que o Deputado Reginaldo propôs uma pauta positiva e progressista, um contraponto a outras pautas da Câmara Federal. Discutir o genocídio da juventude, em especial da juventude negra, é fundamental no Brasil. Os casos que nós temos visto são escandalosos. Os números são extremamente preocupantes. E realmente nós não vamos consertar nada disso discutindo terceirização para retirar direitos, discutindo financiamento privado de campanha para alimentar a corrupção, e muito menos discutindo mais prisão.

Eu acho que o tema fundamental é o tema da educação. A propósito, eu e o Deputado Neivaldo teremos que sair daqui a pouco, porque estamos discutindo mais alguns elementos para a aprovação do piso salarial. Aproveito para cumprimentar a Secretária Macaé (*palmas*), que está de parabéns por ter o Governo assinado um piso salarial junto com o SIND-UTE — Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Duas mulheres guerreiras, a Macaé e a Bia, do SIND-UTE, assinaram um termo fundamental de acordo para a educação. Então, eu e o



Deputado Neivaldo ainda teremos que nos ausentar, para participar de um debate sobre o tema, e agora vamos discutir como tratar a juventude, especialmente a juventude negra, neste contexto do Brasil. Acabo de receber no Twitter a informação de que apenas 18% dos cargos de elite no Brasil, leia-se primeiro escalão, etc., são ocupados por negros, o que mostra uma desigualdade muito grande.

Então, Deputado Reginaldo, parabéns! V.Exa. faz um contraponto à pauta conservadora do Deputado Eduardo Cunha, que eu acho que tem que ser vencida pela sociedade brasileira, e só se vence essa pauta conservadora com mobilização e com luta.

Parabéns!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Rogério Correia.

Passo a palavra para a Deputada Federal Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Boa tarde a todas e a todos, Deputado Ulysses, Deputado Cristiano, Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, a quem cumprimento especialmente, porque propôs e preside esta Comissão sobre o genocídio dos jovens negros no Brasil. Cumprimento também a Relatora da CPI, Deputada Rosangela Gomes, que está aqui ao nosso lado. Cumprimento a todos os Deputados Estaduais e Federais presentes e a todos os membros da sociedade civil que se organizam nesta audiência, uma audiência memorável. Como disse o Deputado Rogério Correia, esta é uma pauta importante, e ela não é apenas uma pauta que se contrapõe à ofensiva dos conservadores.

Ao tempo em que se realiza esta CPI, a Câmara também tem uma Comissão Especial tratando da redução da maioria penal, onde há uma lamentável espetacularização dos delitos, das infrações cometidas pelos jovens de menos de 18 anos. Nós nos organizamos para deter esse movimento francamente danoso e lesivo à pauta dos direitos humanos no Brasil. Nós avançamos na medida em que esta Comissão procede a esse reconhecimento importante na esfera pública.

A desigualdade no Brasil, ela não é linear, ela é extremamente complexa. Ela é uma desigualdade cometida de forma mais cruel contra as minorias desempoderadas, entre elas, com destaque, os negros e as negras. Então, eu



penso que, ao trazer para a consciência da sociedade que há cotas, cotas negativas, cotas de morte de que é vítima essa população, nós construímos uma plataforma para que ações afirmativas, em todos os níveis, possam ser defendidas e para que se possa defender também uma mudança profunda no sistema judiciário, no sistema de segurança, na legislação antidrogas, isto é, para que nós possamos falar a verdade neste País!

O grande problema entre nós é a violência, a violência contra os jovens, a violência contra os negros, a violência que é praticada e naturalizada. Mas, afortunadamente, nós temos a confiança de que medidas como a instalação desta CPI não de desvendam, não de permitir que a sociedade brasileira se olhe no espelho e junte forças para combater a injustiça.

Saúdo a todos. Que esta seja uma bela audiência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputada Margarida.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo orador, para sua saudação, quero convidar a Sra. Fabíola Paulino da Silva, Secretária-Adjunta de Desenvolvimento Agrário, que aqui representa o Secretário, Sr. Glênio Martins, para compor esta primeira Mesa conosco. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Boa tarde a todos e todas.

Primeiramente, deixem que me apresente. Eu sou Deputado Federal pela Paraíba no quarto mandato, sou padre, sou professor universitário aposentado e sou defensor dos direitos humanos há muito tempo. Esta tem sido a nossa prática.

Nós estamos numa luta para recuperar aquilo que a humanidade foi perdendo. O próprio nome "humanidade" já indica que nós deveríamos viver mais os valores humanos, os valores da solidariedade, do direito à vida, do respeito à dignidade do ser humano, como assegura a nossa Constituição. Infelizmente, nós fomos perdendo esse sentido da humanidade, e a nossa humanidade se tornou desumana, porque investe na morte, investe na cultura da morte, na cultura da destruição de direitos, na cultura da destruição da dignidade do ser humano, na falta de respeito às pessoas, principalmente crianças e adolescentes. Enfim, investimos numa cultura de violência.



Hoje, e a cada dia mais, nosso Congresso Nacional tem uma tendência a ver tudo que há de violência, de aumento de violência, como responsabilidade da criança, do adolescente, do jovem, quando na realidade eles são as vítimas da violência, desta cultura de morte.

Mas verificamos também que estão numa luta para revogar o Estatuto do Desarmamento. Estão querendo agora que cada cidadão possa ter pelo menos nove armas de aspecto diferente. Querem armar, e não investir em educação de qualidade e para todos, em educação para a cidadania, aquilo que nós consideramos importante na cultura da solidariedade, de que todos nós precisamos. Como diz D. Helder Câmara, nós nos esquecemos de cuidar: de cuidar da natureza, de cuidar do ser humano, de cuidar das nossas crianças, de cuidar da cultura, da educação, da saúde. Fomos destruindo tudo isso. É preciso recuperar o sentido do cuidar, do cuidar das relações, para que elas sejam relações humanas. Como diz o Papa Francisco, o importante é a gente cuidar. Precisamos ser cuidadores, e não destruidores da vida.

Enfim, nós estamos aqui para dizer que lutamos. Fui Relator, derrotado, na Comissão de Justiça quando analisávamos a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993 — o nome é até característico, porque os senhores sabem o que significa 171 no Código Penal. Fomos derrotados, mas estamos na luta e esperamos que a PEC seja derrotada, porque nós queremos investir na educação, na cultura e no cuidado das nossas crianças e adolescentes.

Tenho a certeza de que nós estamos nesta CPI não apenas para receber denúncias de violação de direitos dos nossos jovens e adolescentes, mas principalmente para fazer com que tenhamos políticas públicas que possam de fato enfrentar este momento da cultura da morte e da violência e transformá-la numa cultura de paz.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Passamos a palavra para a Sra. Fabíola Paulino da Silva, Secretária-Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário — SEDA.

A SRA. FABÍOLA PAULINO DA SILVA - Boa tarde a todas e todos. Boa tarde, Presidente da Comissão, Deputado Cristiano. Boa tarde, Deputado Reginaldo



Lopes, a quem parablenizo pela iniciativa de trazer a público um debate tão importante. Saúdo especialmente a Deputada Federal Margarida Salomão, a Relatora, Deputada Rosangela Gomes, e a Secretária Macaé, únicas mulheres na Mesa. Acho importante destacar isso. No Plenário há tantas outras mulheres, que quantitativamente muitas vezes não se fazem representar.

Hoje eu represento, quantitativamente, uma parcela grande da população, porque a população negra no Brasil é maioria — mais de 50% da nossa população é negra. Mas de outro lado eu represento uma minoria, porque quantos jovens e quantas jovens que completam seus 30 anos de idade conseguem ter educação superior no Brasil e conseguem ter uma trajetória no mercado de trabalho? Enfim, acho muito importante destacar o que acontece hoje com a nossa juventude negra, porque, mesmo com todas as políticas educacionais que o Governo apresentou, mesmo com todo esse conjunto de esforços, ainda assim não vemos representada essa população nas universidades, nos postos de emprego, nos cargos públicos. Então eu acho que cabe essa reflexão.

Muitos dos nossos jovens têm sido exterminados, majoritariamente a população masculina negra. O que precisamos trabalhar, mais do que a redução da maioria, que tem sido debatida, e mais do que a própria questão dos homicídios, é que política nós queremos construir para a nossa juventude. Eu acho que essa é a reflexão que cabe.

Aqui está o adesivo da campanha: *Menos Prisões e Mais Escolas*. Mas não adianta termos mais escolas, se não tivermos profissionais valorizados. Então acho importante destacar a vitória que nós tivemos no Governo de Minas. Ao longo dos anos todos, uma categoria fundamental para a vida dos cidadãos, para sua formação, tem sido desvalorizada, as nossas professoras, uma categoria majoritariamente formada por mulheres e que é responsável pelo conjunto da formação dos cidadãos. Então, é lógico, nós fazemos todo um trabalho de formação, mas a escola desempenha um papel fundamental. Medidas como essa de valorização do funcionalismo público da educação certamente significam avanços.

Acho que esta iniciativa vem dar visibilidade aos números alarmantes que nós temos no Brasil de morte de jovens, nos mais diferentes Estados. Acho que temos



que dar um basta nisso. Não podemos aceitar a perda de nem mais uma vida de jovem negro.

Tenham da parte da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, porque essa realidade também atinge o campo, toda a solidariedade e compromisso, para que essa vitória seja alcançada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - A Presidência agradece à Subsecretária Fabíola.

Passamos a palavra à Deputada Federal Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e todas.

Tomei um susto. Pensei que eu estivesse sozinha, Deputado Reginaldo.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cristiano Silveira, que tive a oportunidade de conhecer pela manhã, quando estávamos em audiência no bairro Alto Vera Cruz. E quero cumprimentar também o nosso Secretário Nilmário Miranda.

Os nomes estão corretos? É que os conheci hoje, então tenho que tomar cuidado para não errar.

Estendo os meus cumprimentos, na pessoa da Deputada Margarida Salomão, a esta Mesa. E cumprimento o Estado de Minas, as autoridades civis aqui presentes e todos os senhores e senhoras.

Eu fico muito feliz de ser recebida no Estado onde os meus pais nasceram. Eles são aqui de Minas. Eu não sou mineira, sou do Estado do Rio de Janeiro. Estou no meu primeiro mandato de Deputada Federal, dividindo uma experiência importantíssima como essa com o Deputado Reginaldo Lopes, que me abraçou lá, na Câmara Federal, e me convidou para que eu pudesse fazer parte desse trabalho junto com ele. Eu fiquei muito feliz de fazer parte desse trabalho, não pelo tema que infelizmente assola e destrói os nossos jovens. Aqui ouvindo todos falarem, eu acho que nós tivemos o privilégio de passar por duas décadas em vida, mas quantos jovens nossos não tiveram essa oportunidade em nome de uma injustiça, em nome de uma covardia que fizeram e estão fazendo até o dia de hoje?

Eu sou uma pessoa que escuta muito e fala pouco. Eu sou muito observadora. Vim de um lar destruído, pai e mãe alcoólatras. E gosto de falar isso



por onde eu vou, porque, além de pesquisarmos, de fazermos propostas de leis que sejam mais benéficas para a população, sobretudo devemos ouvir a sociedade. A lei é boa quando sai do meio do povo; se não sai do meio do povo, a lei não pode ser boa. Eu procuro ouvir atentamente e sempre deixar também a nossa mensagem de esperança e de fé.

Hoje pela manhã ouvimos experiências de jovens que superaram as adversidades naquela comunidade. Também vi atentamente a dor e o sofrimento de uma mãe que perdeu o seu filho e disse que não iria parar enquanto não vingasse essa morte. Se eu não me engano, ela está ali no cantinho.

Então, em nome dessas mães que choram, em nome das avós, das tias, dos familiares, nós, o Deputado Reginaldo, a Comissão, iremos trabalhar com muito afinho e determinação, sobretudo prezando a verdade. Há pessoas que não acreditam no trabalho da Comissão; há pessoas que não acreditam na relatoria. Nós já fomos a vários Estados e, por onde passamos, as pessoas acham que essa será mais uma audiência, mais uma CPI. Mas eu quero dizer para vocês que acredito na força do trabalho, na seriedade das pessoas que estão nesta Mesa, como o Padre Luiz Couto, que é um homem sério, com experiência. Eu estive no Estado dele na sexta-feira e vi o trabalho que ele faz lá. O Deputado Reginaldo é um homem honrado, que trabalha muito na Câmara Federal e já deu uma contribuição para a juventude, criando o Estatuto da Juventude e outras propostas importantes.

Nessa ocasião, enquanto ele trabalhava com o Estatuto da Juventude, eu estava sentada aí, como sociedade civil, ouvindo atentamente. Então, é preciso acreditar que nós poderemos mudar a história, essa história que, ao longo dos anos, vem destruindo o povo negro e pobre, porque, no passado, quando nós negros saíamos de uma casa, ou éramos mortos ou então fugidos, enquanto o branco sempre saía pela porta da frente.

Nós, hoje, vivemos ainda essa discriminação da cor da pele de forma enrustida, escondida. Alguém falou sobre isso hoje de manhã, e é a pura realidade. E eu dizia que, ao mesmo tempo em que eu sei o que é ser negra, pobre, de periferia e de família destruída, porque a minha mãe era alcoólatra, o meu pai morreu bebendo, o meu maior sonho, Secretária de Educação Macaé, era estudar,



porque acreditava que no estudo eu poderia mudar a história da minha vida e da minha família.

Então, nós não estamos aqui hoje de graça, fazendo peça. Eu faço questão de dizer da seriedade do nosso relatório. No final, depois de ouvir os relatos de todos os familiares, de todas as instituições, de toda a representação do Estado, queremos produzir um pacto de enfrentamento à violência contra a juventude no nosso País. E eu tenho certeza de que estamos no caminho certo, porque vocês estão fazendo parte desse trabalho conosco.

Que tenhamos uma boa audiência nesta tarde. Deputado Cristiano, quero falar para você que admiro a sua força de trabalho. Eu também sou Vice-Presidente Nacional da Comissão de Direitos Humanos e tenho certeza de que, se nós continuarmos nessa unidade, nós conseguiremos dar ao País um resultado satisfatório e produtivo naquilo que estamos fazendo.

Muito obrigada. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Muito obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

A Presidência passa a palavra, para a sua saudação, ao Deputado Federal Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Boa tarde, Sr. Presidente! Uma boa tarde a todos da Mesa, ao Deputado Reginaldo Lopes!

Eu acho que, daqui da Mesa, sou o único que vai falar ao contrário do que tudo mundo falou aqui. Primeiro: eu sou a favor da redução da maioridade penal. Eu acho que já está na hora de se discutir. Foi muito bem discutido, e a maioria da população brasileira, 87%, quer a redução da maioridade penal. (*Manifestação na plateia.*)

Eu não acho... Sr. Presidente, V.Exa. vai me garantir a palavra? Por que vocês não vaiaram os outros?

Deixem-me continuar aqui. Eu sabia que ia acontecer isso aí.

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Quero pedir aos nossos convidados que possamos terminar de ouvir a saudação do Deputado Edson Moreira.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sou a favor também de que seja dado o direito ao cidadão de querer ou não comprar uma arma. É um direito que ele deve ter. E não se deve cercear o direito dele. E não cheguem a uma sala de Ministério, juntarem duas ONGs e mais o Ministro da Justiça, e falarem assim: “*O referendo, passando ou não passando, nós não vamos facilitar a vida para alguém ter uma arma, para comprar uma arma.*” Embora a população brasileira tenha escolhido — e a maioria tem que vencer, eu acho isso — querem proibir a compra de uma arma. Colocarem 3 mil reais de taxa para a licença de compra de uma arma, eu acho que não é por aí. A imparcialidade deve ser o primor. O cerne da questão tem que ser a imparcialidade. Temos que ser imparcial.

Sou filho de negro, com muito orgulho. Andei descalço, com calção rasgado, cresci em escola pública, andava para ir à faculdade 5 quilômetros —10 quilômetros de ida e volta —, e pegava no serviço às 6 horas da manhã. Isso não me fez ser... E não precisei de nenhum privilégio, de nenhuma cota para passar no vestibular, para passar nos concursos que eu passei, e foram vários. Foram vários, mas com muito sacrifício. Por quê? Enquanto os outros iam se divertir na noite, eu estava lá, até às 2 horas da manhã, estudando. (*Manifestação na plateia.*) Procurem conhecer a minha vida que vocês vão saber.

Então, é o seguinte: sou a favor da redução da maioridade penal, sou a favor de que se acabe com essa roubalheira que se instituiu no País, roubando das empresas públicas como roubaram. Esse dinheiro podia muito bem ser investido em educação. Com certeza, em longo prazo, se não houvesse essa roubalheira que houve aí, e se pegassem esse dinheiro e investissem em educação, em segurança e em infraestrutura, não haveria essa roubalheira que há aí.

Outra coisa: nenhum policial, nenhum policial sai de casa, de manhã, para matar ninguém, não. (*Manifestação na plateia.*) Muito pelo contrário. O policial só mata em legítima defesa. (*Manifestação na plateia.*) E o Código Penal autoriza ele a fazer isso. O art. 23 e o art. 25 do Código Penal autorizam que, em legítima defesa, se mate. Estado de necessidade; legítima defesa; exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal são as quatro faculdades que o Código Penal faculta para que se tire a vida de alguém. É o Código Penal brasileiro.



Tem pena de morte no Brasil? Tem, sim. Tem pena de morte para aquela dentista que foi incendiada por aqueles menores que foram roubá-la; para aquele rapaz, o estudante que estava chegando a casa, quando um menor chegou lá, pegou o telefone dele, deu um tiro na cara dele e o matou; e aquele menor que chegou lá, na casa que foi assaltada, foi fechar o portão, outro menor voltou e deu um tiro na cara dele; o policial que hoje foi assassinado na Paraíba, em Patos, num assalto. Dois adolescentes foram lá e meteram bala no policial que estava abastecendo a motocicleta dele; e há infinitos casos mais.

Então, é o seguinte: responsabilização. Uma sociedade para crescer precisa ter responsabilidade, educação, investimento e saber escolher. Agora, a gente tem que marcar posição. Se 87% da população quer a redução da maioria penal, 90% quer ter o direito de escolher ter ou não ter uma arma; quem não quiser ter uma arma, deixe na loja. Mas não se pode proibir ou dificultar uma pessoa de tê-la.

Eu acho que é por aí. E também que cotas segregam, acirram mais o racismo. Eu acho que sim: as cotas acirram. Essa é a grande realidade. Agora, eu não sou unanimidade. Eu não quero que ninguém concorde comigo, mas eu quero ter a minha posição e me manifestar. E sempre vou me manifestar, quer gostem, quer não gostem. A verdade é essa.

Muito obrigado a todos. É um prazer imenso estar aqui. Espero que consigamos fazer um bom trabalho nessa investigação da morte de jovens negros e pobres. Mas que seja imparcial. E tenho certeza de que as estatísticas que estão sendo apresentadas sem mentira nenhuma não mostram esse genocídio. Genocídio é uma palavra muito forte para mim.

Muito obrigado a todos. Boa tarde! *(Manifestação na plateia.)*

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - A Presidência passa a palavra ao Deputado Federal Odelmo Leão.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Boa tarde, pessoal!

Eu quero cumprimentar todas e todos aqui da Mesa. Quero cumprimentar de modo muito especial as mulheres. E me permita a minha amiga Diva Moreira que eu faça esse cumprimento em seu nome a todas as mulheres aqui presentes. *(Palmas.)*

Eu considero que o Deputado Delegado Edson Moreira, embora solitário nesta Mesa, felizmente, merece ser escutado, porque a sua voz não é isolada neste



País. E nós temos que escutar com muita atenção os argumentos, as reflexões que faz o Deputado Edson para nós sabermos de que lado vamos ficar, não do ponto de vista só do posicionamento político aqui, do posicionamento retórico, mas do que nós vamos tratar neste País neste momento.

Se nós voltarmos pouco mais de 2 mil anos atrás, certamente um sujeito que ficou muito bem na história também lavou as mãos diante de uma situação grave, séria. O povo, na maioria, queria, naquele momento, que, ao invés de Barrabás, fosse Cristo crucificado. Estamos num tempo em que não nos cabe lavar as mãos, mas nos posicionarmos.

Com todo respeito ao Deputado Edson e com profunda tristeza em função desse posicionamento, eu também quero dizer que nós precisamos tratar dessa questão não só do ponto de vista do Congresso, do ponto de vista da opinião pública, que muitas vezes está contaminada por vários Datenas da vida, por uma mídia que direciona a sua política e a sua ação — nós sabemos disso —, por interesses econômicos, inclusive, e por vários interesses em que o pensamento dominante, como já dizia Marx, é o dos dominantes. É isso que nós estamos vivendo.

É preciso reverter essa situação, no sentido de fazer com que o pensamento dominante seja o daqueles que queiram a liberdade, a justiça, a igualdade de oportunidade para todos. Não é isso o que prevalece neste Brasil, que é um país ainda profundamente injusto e violento. E, por ser injusto, a injustiça recai com muito mais peso e com muito mais força sobre os mais fracos, os mais humildes, os marginalizados, os que estão à margem das conquistas humanas. E entre eles se inclui a imensa maioria dos negros e das negras, brasileiros e brasileiras, em função da própria história que nós estamos contando e construindo no dia a dia. Por isso mesmo, a minha concepção é de que esta ação, feita com empenho extraordinário, merece o aplauso e o reconhecimento do povo brasileiro a esse jovem Deputado Federal Reginaldo Lopes, sujeito de uma nova história para o Brasil. (*Palmas.*)

Por isso, eu quero parabenizá-lo, Deputado Reginaldo. Eu estou acompanhando — embora não tenha participado efetivamente da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque eu participo de outra —, o seu empenho e o seu trabalho no Brasil inteiro. E isso é muito importante. Neste momento, não basta nós



só chegarmos aqui... Nós já sabemos que são os negros as maiores vítimas das injustiças, do preconceito e da discriminação, os que estão mais distantes das boas escolas, do trabalho digno, do trabalho melhor deste País, dos melhores cargos. Nós já sabemos disso. Mas eu tenho a convicção de que nesta CPI nós vamos ter a oportunidade de fazer um bom diagnóstico das razões, não só da questão do preconceito, mas do conjunto das razões das variáveis que constituem essa situação, para que, nas palavras da Deputada Rosângela, possamos fazer o tratamento adequado.

O que nos desafia não é só olhar para o passado e chegar à conclusão de que há efetivamente um genocídio, de que há um massacre da juventude brasileira, e nela os negros estão incluídos majoritariamente. São majoritários não em relação a serem majoritários no Brasil, mas a serem majoritários nessa relação. Eles são muito mais utilizados, crucificados, explorados. Essa é a situação que existe. Por isso mesmo eu entendo que nós temos que fazer um grande trabalho neste momento. E volto a dizer: não é só uma questão da Câmara, porque a Câmara representa hoje o pensamento dos dominantes, que eventualmente contamina uma imensa maioria dos dominados.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se nós discutirmos, apesar de estar chocando há 10 anos no Congresso Nacional, a PEC 171 —, e o Deputado Luiz Couto está lá para revelar que está guardada, não se está discutindo, não se está debatendo —, o debate é agora. E estão apressando o debate, dizendo que está tramitando há muito tempo, para votar antes que o povo tome consciência. Eu tenho a mais plena convicção de que as pessoas bem explicadas, bem orientadas, têm consciência de que essa medida de redução da idade penal é absolutamente inaceitável, inconveniente, improdutiva e não dá resultado do ponto de vista do combate à violência. As ações de violência são outras. Nós não precisamos de mais penitenciárias, de mais cadeias. O Brasil é o quarto país do mundo que mais prende. O Estatuto da Criança e do Adolescente também estabelece penalidade, mas nós temos um Estado que não cuida adequadamente de aplicar de maneira universal, integral e justa as leis.

As leis brasileiras infelizmente são muito ágeis. E são ágeis para duas coisas: ágeis para punir os pobres, os negros e os marginalizados; e ágeis também para



proteger os poderosos. E nós temos que mudar essa realidade, não só mudar as leis. (*Palmas.*) Nós temos que mudar a cultura brasileira, para não aceitarmos que existem medidas diferentes aplicadas para punir uns e proteger outros. É nesse sentido que nós queremos construir o Estado brasileiro.

Eu espero e tenho confiança de que, no Congresso Nacional, também possamos convencer muitos que hoje estão ao lado da redução da idade penal, não porque eles tenham convicção disso, mas porque a maioria do povo brasileiro quer. Mas, se bem explicado, espero que a maioria do povo brasileiro amanhã, com um bom debate, com uma boa discussão, possa ver os mecanismos necessários para nós construirmos o Brasil como um território da justiça social, um território da cidadania, um território de todos os irmãos e irmãs.

Felicidades, Deputado Reginaldo! Parabéns a V.Exa.! Estamos juntos nessa luta, é nela que nós vamos construir o Brasil.

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Odelmo.

Passamos, em seguida, a palavra ao Secretário André Quintão.

O SR. ANDRÉ QUINTÃO - Boa tarde a todos e a todas!

Na pessoa do Deputado Cristiano, eu quero cumprimentar os demais Deputados Estaduais, também o Deputado Federal Reginaldo Lopes e, na sua pessoa, todas as autoridades desta Mesa e do Plenário.

Quero agradecer, Deputado Cristiano, o convite para participar desta abertura e dizer que, por orientação do Governador Fernando Pimentel, nós, integrantes do Governo — e estamos aqui com o Nilmário, Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, com a Macaé, Secretária de Educação, e com representantes de outras áreas do Governo — trataremos dessa temática com responsabilidade, seriedade e também buscando efetividade.

Foi muito importante essa iniciativa do Deputado Federal Reginaldo Lopes e dos demais membros, ao colocarem essa questão na agenda do País. É muito importante. E nós, como integrantes de um Governo democrático e popular, temos esse compromisso de buscar desenhar intervenções de políticas públicas que busquem superar essa realidade no âmbito do Estado de Minas Gerais. É uma realidade muito complexa, é um desafio ético e civilizatório. Na minha opinião é genocídio sim, é uma guerra civil, são milhares de seres humanos que morrem



assassinados precocemente, que sofreram sucessivas exclusões ao longo de suas vidas e sofreram também com a omissão dos poderes públicos.

É um desafio complexo de política pública. Nós avançamos muito. Sendo muito breve na reflexão que deixo à Secretária Macaé, ao Secretário Nilmário e a outros representantes do Governo que comporão também uma Mesa mais substantiva de debate e de política pública, na minha reflexão, ao longo dos últimos anos, principalmente nos Governos Lula e Dilma, é verdade que nós avançamos muito do ponto de vista da mobilidade, da ascensão. Milhões de brasileiros saíram da pobreza, universalizamos políticas públicas importantes, e a própria transferência de renda foi estratégica nessas conquistas, mas nós temos singularidades. Nós temos o jovem que se evade principalmente do ensino médio; nós temos o jovem vítima de violências de diversas naturezas; nós temos o jovem que hoje está envolvido com as drogas, é usuário de drogas. Então, nós vamos precisar de uma intervenção integrada.

No caso do desenvolvimento social, nós estamos priorizando na relação com os Municípios essa temática, esse debate, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, seja na proteção básica, seja na proteção especial, que tem a previsão das medidas socioeducativas em meio aberto, seja na prestação de serviço à comunidade e na liberdade assistida, que a maioria dos Municípios e o Estado, que teria essa responsabilidade também, não apoiam efetivamente. E nós estamos já alterando essa realidade, inclusive com a regularidade na transferência do recurso para os Municípios.

O Piso Mineiro de Assistência Social, criado há 5 anos, nunca foi pago em dia. Com 3 ou 4 meses, nós regularizamos esse pagamento, para que os Municípios possam planejar esse serviço socioassistencial lá na ponta. Nós vamos também associar esse público com a área do trabalho e da inclusão produtiva, da qualificação profissional, do empreendedorismo, da economia solidária.

Nós temos que gerar oportunidades para esses jovens. Agora, é um trabalho integrado e, nesse sentido, não há uma integração por decreto, mas entre integrantes de um mesmo Governo, e não só dentro do Governo, mas também com os conselhos, com os fóruns, com os movimentos, com a assembleia e com o Congresso, Deputado Reginaldo.



Eu termino dizendo à Deputada Rosangela Gomes, Relatora: esta CPI, não posso falar pelo Brasil, mas aqui em Minas, vai nos auxiliar muito, assim como o relatório que for produzido, porque é um trabalho sério daqueles que integram esta Comissão. Um desafio complexo precisa de muita gente pensando, muita gente contribuindo, gente que já faz o trabalho na ponta, mas também na área da cultura, do esporte. Nós temos que fazer um mutirão mesmo, porque são vidas, são seres humanos. E essa rede de proteção social, com essa universalização, não foi capaz de dar resultados para esse público. Então, nós temos que combinar também essas histórias de vida. Cada um é um ser humano. Então, a gente vai precisar muito de todos.

É por isso que nós do Governo estamos valorizando essa iniciativa. Esperamos que, com os desdobramentos futuros junto à Assembleia e aos movimentos sociais e com políticas públicas efetivas aqui em Minas, revertamos essa realidade. A melhor forma de a gente fazer esse debate com a sociedade, inclusive respeitando as posições, mas contra a redução, é também o Estado apresentar — e essa é a nossa tarefa — propostas concretas de ação, de políticas públicas que gerem oportunidades e dignidade para esses jovens, que são seres humanos e que, infelizmente, ao longo de décadas sofreram, como disse, sucessivas exclusões.

Parabéns à CPI! Parabéns à Assembleia Legislativa! Contem conosco nas ações efetivas em Minas Gerais.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Oliveira) - Obrigado, Secretário e Deputado André Quintão.

Passamos a palavra, em seguida, à Secretária de Educação, Macaé Evaristo.

A SRA. MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS - Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Deputado Cristiano. Parabéns pela iniciativa! Ela é importantíssima. Nós todos aqui estamos comprometidos com essa agenda e temos certeza de que levaremos à frente esse trabalho e os resultados do trabalho desta Comissão.



Quero saudar e parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, que está aí nessa agenda forte de debate em torno da juventude, da defesa do ensino médio, da reestruturação do ensino médio, das universidades, enfim, construindo uma agenda de políticas públicas para a juventude. Parece-me que o que nós estamos debatendo aqui nesta audiência é a ausência do Estado brasileiro, a ausência de políticas públicas, que fez com que milhares de jovens tivessem suas vidas ceifadas.

Eu queria ainda, cumprimentando o restante da Mesa, saudar minhas colegas, as Deputadas Margarida e Rosangela Gomes, que estão visitando o nosso Estado, e a Fabíola, que é a nossa Secretária. A Fabíola estava ali no cantinho, eu não a estou vendo mais. Mas, nas pessoas dessas bravas companheiras, eu quero saudar todas as pessoas desta plenária, os militantes do movimento negro. E queria falar do movimento negro e dos negros em movimento que há muito tempo têm pautado essa agenda e a necessidade de um debate forte sobre a garantia dos direitos da juventude.

Quero saudar a Larissa, da SEPPIR, que é uma companheira importante para nós no Governo Federal.

Eu estou na dúvida, Deputado Cristiano, se eu vou ter outra fala ou se é só essa que eu tenho, porque quero escolher bem aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS - É agora. Então, vamos logo.

Primeiro, eu acho que é um desafio muito grande a gente pensar essa agenda no cenário que se tem hoje de discussões importantes. Quando eu me preparava aqui, eu falava que se tratava de uma agenda pela vida, de uma agenda para a ampliação de direitos. E eu acho que fica muito claro e demarcado nesta Mesa o que está em disputa no nosso País hoje quando pensamos em ampliação de direitos. E eu queria começar pelo direito à memória. Eu acho que é sempre importante, numa agenda como essa, lembrar que o nosso País foi o último país das Américas a abolir a escravatura. E pós-abolição o nosso País não fez políticas de Estado para a população negra, como reforma agrária, como direito à educação. Eu gosto sempre de lembrar dois decretos do final do século XIX que proibiam as pessoas negras de frequentar a escola. Passado todo o século XX, nós só vamos



fazer no País a universalização da educação básica no final dos anos 80, no início dos anos 90.

Então, o direito à memória é um aspecto importante quando estamos fazendo o debate da juventude e o debate de várias vidas que estão sendo ceifadas, na adolescência praticamente — eu poderia dizer assim. E o País não fez o seu dever de casa de garantir educação para todos ao longo de todo o século XX. Passados 10 ou 15 anos que universalizamos o ensino fundamental, é importante lembrarmos que, no ano passado, nós aprovamos o Plano Nacional de Educação e teremos, até o ano que vem, que universalizar o atendimento para a população de 4 a 5 anos e o atendimento ao ensino médio, que é exatamente para essa juventude de 15, 16 e 17 anos. Ainda assim, temos posições tão distintas que caminham no sentido da retirada dos direitos.

Então, eu penso que o direito à memória é um aspecto importante. Quando as pessoas falam, fica parecendo que temos direitos demais, e não é verdade. No nosso País, o que tivemos para a população negra foi uma negação dos direitos historicamente construídos. Por quê? Porque o Brasil trabalhava com uma política de que a meta dos eugenistas do início do século XX era de que, no final do século XX, não haveria nenhuma pessoa negra. Então, se fizemos, nos últimos 20 anos, um grande debate pela redução da mortalidade infantil, eu falo: agora que as nossas crianças conseguem viver até os 12, 13, 14 anos, estamos vendo outra forma de extermínio, que é a mortalidade, que é o assassinato da juventude negra.

A segunda questão para a qual eu queria chamar a atenção é o direito à juventude. Ter o direito de ser jovem, pensar o futuro da juventude é pensar a vida. E eu estou sempre chamando a atenção para uma frase do Dr. House, aquele médico do seriado que passa na televisão, em quem a gente às vezes tem vontade de bater. Ele fala assim: *“Quase morrer não significa nada. Morrer significa tudo”*. E é isso o que está acontecendo com a nossa juventude.

Então eu sou muito solidária com a mãe que hoje pela manhã fez um relato. Mas uma coisa que chamou muito atenção, logo no início deste ano, na primeira reunião que nós fizemos com diretores de escolas estaduais da região metropolitana — e havia mais de 600 diretores de escola presentes —, começamos um debate



sobre a necessidade de transformar as nossas escolas, como inclusive construir uma escola que seja interessante, que garanta a permanência da juventude.

Essa questão da mortalidade de jovens foi colocada em tela, e eu perguntei aos diretores da região metropolitana: *“Gente, alguém aqui já perdeu algum estudante assassinado?”* E foi um momento que chocou todo mundo. Estavam todos os Subsecretários de Educação e majoritariamente a Plenária — havia mais de 600 diretores dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte —, maciçamente, levantou a mão. Um diretor falou: *“Macaé, eu tenho que levantar as minhas duas mãos, porque é dramático. A gente não sabe o que fazer.”*

Então, o direito à juventude é direito a viver, e é disso que se trata. Eu queria chamar muito a atenção para isso, porque nós não podemos neste momento entrar num debate de: eu defendo o jovem ou eu defendo a polícia? Não se trata disso. Estamos defendendo a vida! E nós estamos a favor de todos aqueles que defendem a vida! *(Palmas na plateia.)* O que estamos discutindo aqui é: seja um policial, seja um jovem, todos têm direito a serem investigados, têm direito a ter processo, têm direito a ver que seu processo não foi arquivado e colocado debaixo do tapete.

O que acontece em nosso País, que foi instituído dessa forma, é que a Justiça, que deveria ser cega, deveria funcionar igual para todos, não funciona desse jeito. Então, quando eu discutia a pauta da juventude, alguém entrava e falava: *“Macaé, a educação é importante?”* A educação é estratégica. Eu acho que é preciso fortalecer políticas de qualificação profissional, fortalecer a educação integral, pensar um ensino médio que dialogue com a universidade e com o mundo do trabalho. É preciso avançar, porque, em Minas Gerais, 15% dos jovens, de 15 a 17 anos, estão fora da escola; e 40% estão no ensino fundamental. Então é preciso trabalhar para que esses jovens concluam o ensino fundamental e se insiram no ensino médio. Mas o que é fundamental? A educação sozinha não será panaceia e não será solução para essa questão.

Se não rediscutirmos política de segurança pública e o entendimento que temos sobre isso, se não discutirmos o racismo institucional... Olhe, gente, é muito complicado. Até hoje eu ainda sou barrada em muitos lugares, e já não sou uma pessoa assim tão desconhecida! Se eu sou barrada, imaginem minha filha, imaginem meus sobrinhos quando saem de casa! E aqui há muitas mães e pais de



adolescentes negros. Quando nossos filhos saem de casa, nós ficamos sempre preocupados. Perguntamos: está levando algum documento? A que horas vai voltar para casa? Identifique-se. Por quê? Porque sabemos que qualquer pessoa pode morrer antes de se identificar.

Essa é uma preocupação que eu tenho, e muitas pessoas não sabem o que é isso, não sabem! Não sabem porque não são negras. Eu não tenho como me despir de minha pele para existir, e nem quero me despir de minha pele. E acho que a nossa juventude negra não quer se despir de sua pele, quer ter reconhecido o seu direito: o direito de estar presente e não incomodar o outro porque está aqui.

Quando falamos de relações raciais em nosso Brasil, nós estamos falando disso, nós estamos falando de uma presença que incomoda. As pessoas não nos querem nos lugares, mas eu estou aqui! Eu estou viva! Aqui, em Minas, temos um programa chamado Fica Vivo. Eu estou aqui, eu estou viva e pretendo ficar viva. E acho que essa é a defesa que nós estamos fazendo nesta Mesa.

E pensando sobre isso, sobre o futuro da juventude, que é a vida, eu acho que há algumas coisas sobre as quais nós precisamos nos manifestar.

Eu vou me manifestar, como Secretária de Educação e como professora. Eu acho que faço muito essa defesa, porque está na essência do magistério uma preocupação com a dignidade, uma preocupação com a vida.

É preciso superar essa tese da redução da maioridade penal, porque, por trás dessa tese, o que volta outra vez é a tese de que se perpetuou a política pública ao longo de todo o século XX, a mesma política pública que não permitia que as crianças negras frequentassem escolas.

Para vocês terem uma ideia, temos um decreto no Brasil que diz que, para frequentar a escola, só se tiver mais de 14 anos, não pode frequentar escola no turno diurno — pessoa negra não podia frequentar escola no turno diurno —, e somente se o professor quiser receber.

Reduzir a maioridade penal trata-se de voltar, na minha concepção, ao final do século XIX, a um Estado brasileiro que absolutamente pretendeu branquear a população e excluir de toda e qualquer política pública a população negra.

Então, eu defendo a educação integral. Eu defendo a educação na infância, e acho que nós temos no Brasil experiências significativas de atendimento à infância,



de educação integral para a infância. Não precisamos andar muito. Em Belo Horizonte, temos uma política vigorosa de atenção à educação infantil. E nós precisamos avançar com a educação integral para as crianças de 6 a 10 anos, para a juventude acima de 12, 13, 14 anos. E eu estou defendendo o que está escrito aqui: mais educação, menos prisão.

Gostaria de chamar a atenção para uma questão: eu sou do interior de Minas, e uma coisa em Minas todo mundo conhece. Todo mundo defende a abertura de uma escola lá em seu Município, e todo mundo também defende a construção de uma penitenciária, desde que seja na cidade dos outros. Na minha cidade, ninguém quer; no seu bairro, então! Vamos fazer mais presídios no bairro de quem está votando a favor. Ninguém quer. Por que você não quer no seu bairro? Porque trabalhamos com o conceito de exclusão de direitos, mas a exclusão de direitos é porque também, do ponto de vista do território do nosso Estado, escolhemos Municípios que serão excluídos. Alguns são premiados: lá, não fazemos nenhuma escola, mas fazemos inúmeros presídios.

Precisamos, portanto, refletir sobre isso: qual o futuro que queremos para o nosso Estado, qual é o futuro que queremos para o nosso País, num contexto em que a educação básica nem foi ainda universalizada. Precisamos, portanto, universalizar, investir em educação de qualidade, garantir proteção para toda e qualquer criança, para todo e qualquer jovem, independente do seu lugar de origem, independente da cor de sua pele. O papel do Estado é a proteção integral.

André, temos um conceito em que conseguimos avançar muito no que diz respeito à criança e ao adolescente, e precisamos hoje estendê-lo para a juventude. Então, muitas vezes, o conceito de proteção integral é bem compreendido em nossa sociedade quando falamos em criança pequena, quando falamos em adolescente, mas é pouco compreendido quando falamos em jovens. E precisamos estender esse conceito de proteção integral para a juventude. Juventude hoje é essa moçada de 15, 16, 17 anos. Esses jovens foram os primeiros que começaram a sentir um cheiro, uma perspectiva de universalização da educação. Mas esses jovens de hoje não tiveram acesso à educação infantil. Então, o que nós temos com essa juventude é uma dívida enorme.



E, para concluir, eu queria dizer o seguinte: nós todos, negros que estamos aqui, vimos de família pobre, tivemos uma trajetória difícil, caminhamos para estudar, nos molhamos na chuva, andamos quilômetros, nós fizemos muita coisa para chegar onde chegamos. Trabalhamos e estudamos. Isso definitivamente não nos matou, mas, com certeza, matou muitos colegas nossos, muitos que não estão aqui entre nós, hoje.

Portanto, sempre desejamos para a geração futura algo muito melhor do que nós tivemos. Então, eu espero um Estado brasileiro com muito mais direitos do que o Estado brasileiro que me acolheu na minha juventude. E acho que essa é a agenda que precisamos defender como pressuposto, mas também como agenda pública.

É muito importante, Deputado Reginaldo, considerar algumas ações estratégicas. Eu acho que, para o ensino médio, nós precisamos ter um amplo programa de investimento na construção de escolas. Nós fizemos creches para a educação infantil, mas temos que universalizar o ensino médio, e não fizemos isso. Na maioria de nossas escolas de ensino médio não há laboratórios de informática, de química, de física, não há bibliotecas.

Então, eu estou sempre defendendo mais escolas, menos prisões. E eu queria defender outra coisa aqui, gente: mais livros, menos armas. *(Palmas.)*

Se em vez de comprarmos armas, nós comprássemos livros, eu acho que seríamos mais sensíveis à vida humana. E eu acho que temos que defender vidas. É para isso que viemos aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Secretária de Educação Macaé Evaristo.

Para encerrar a primeira parte das saudações e das falas, passo a palavra, em seguida, ao Secretário Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Boa tarde a todos e a todas.

Deputado Reginaldo, Deputada Rosangela, o Governo quis deixar bem clara a sua preocupação e o seu apoio, tanto que temos aqui a presença de três Secretários, a Subsecretária de Fomento Agrário... Há dezenas de pessoas também vinculadas ao Governo, que vieram para discutir essa temática, demonstrar adesão a esse projeto de enfrentamento à violência. Aqui também estão Subsecretários:



Miguel Ângelo, da Secretaria de Direitos Humanos e Juventude; Cleide Hilda, Subsecretária de Promoção de Políticas da Igualdade Racial; Ana Penido, da Participação Social, e também para mostrar que tudo faremos para apoiar o projeto desta CPI.

Queria saudar a Deputada Rosangela Gomes, filha de mineiros de Muriaé, e o Deputado Luiz Couto, campeão da luta pelos direitos humanos. Ele veio ontem lá da Paraíba, para poder amanhecer o dia, lá no Alto Vera Cruz, junto com a Deputada Rosangela.

Quero cumprimentar também o Deputado Delegado Edson Moreira, com todo o respeito, apesar de divergir de suas opiniões, e o Deputado Adelmo Carneiro Leão. O nosso Deputado Estadual Cristiano Silveira — o Deputado Durval Ângelo ficou tantos anos dirigindo esta Comissão, e vemos que não há ninguém insubstituível —, entrou agora, e em pouco tempo já conquistou o respeito de todos, com boas e ótimas iniciativas no campo dos direitos humanos, e o nosso querido Deputado Ulysses, nosso Primeiro-Secretário.

Quero cumprimentar também a Promotora Nívia Monica, também uma figura que toda Minas Gerais respeita pela sua postura, pela sua coerência, pelo seu bom combate.

Há também aqui Vereadores cujos nomes seriam importantes registrar. Eu não sei o nome de todos. Mas, por exemplo, eu vi aqui o Vereador Artur, de Araçuaí; a Jaqueline, a Suzane, de Santa Luzia; o Marcus Vinícius, de Itaobim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Vale do Jequitinhonha; o Adriano Ventura, da nossa Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. E vejo aqui também representantes de muitas cidades. É importante — isso nos mostra como as pessoas estão reconhecendo o que está acontecendo aqui — a Assembleia receber a CPI, que trata do genocídio de jovens e negros.

Vejo aqui companheiros dos Municípios de Nova Lima, de Divinópolis, um grupo bem razoável de Araçuaí, de Juiz de Fora, de Betim, de Santa Luzia, que já citei, de Ibité, de São Gonçalo do Rio Abaixo, de José Gonçalves de Minas, lá de Irapé. É provável que tenham aqui representantes de várias outras cidades. Isso mostra também que os senhores estão atentos.



Deputado Delegado Edson Moreira, temos aqui muitas pessoas do movimento Minas diz Não à Redução da Maioridade Penal. Mas se quisermos fazer esse debate, devemos fazer um debate mesmo, ouvir os argumentos diferentes. Quem participa dessa frente Minas diz Não, levante a mão, por favor! *(Pausa.)* São pessoas de vários lugares da sociedade. Eu acho que as pessoas têm que defender seus interesses, independente de ser maioria ou não. Deputado, se V.Exa. tivesse participado da Torcida de Deus, no Mineirão, iria ver que, das 50 mil pessoas ali presentes, 40 mil são contra a redução da maioridade penal.

Portanto, onde há debate, as pessoas mudam de opinião, passam a considerar vários fatores. Vemos a complexidade que está sendo colocada aqui, e a Secretária Macaé colocou com tanta importância.

Está aqui também o William dos Santos, Secretário de Direitos Humanos da OAB, e várias gerações dos movimentos negros. Representantes de variados movimentos negros estão ajudando a reconstruir uma nação melhor.

E aqui, Deputado Reginaldo — eu já falei isso pela manhã —, esta é a CPI mais importante do Congresso Nacional. Muita gente procura CPI só para aparecer na televisão, gosta de escândalo — Itabira também está aqui presente. E esta CPI, sem disputar holofotes, juntou um grupo de pessoas notáveis, está correndo o Brasil e tem um objetivo totalmente propositivo.

Além de levantar todos os dados — é importante socializar esses dados — para o Brasil, como disse o Deputado André Quintão, foram postos na agenda nacional, mas é importante também mostrar que é preciso uma nova política de segurança pública no País.

A segurança pública é um direito de todos e não só de alguns. O papel da segurança pública não é defender o patrimônio dos ricos, mas assegurar o direito à vida para todos. Isso faz uma diferença notável. E rever também o papel da União, dos Estados, dos Municípios e de outras esferas do poder público. Tudo isso tem que ser debatido, e sei que vocês estão buscando opiniões por todo o País.

Eu queria dizer que o Governo do Pimentel tem uma proposta. Quando o Governador fez um acordo histórico — e esta Assembleia votou na semana passada —, que garantiu o piso salarial, motivo de inúmeras greves, ao longo dos últimos 12 anos, ele abriu também o caminho para fazer um grande plano estadual de



educação. Só haverá um plano estadual de educação de que Minas precisa, que terá grande incidência sobre o que está sendo discutido aqui, o genocídio da juventude negra, se todos os professores, todas as professoras e todos os trabalhadores estiverem engajados na construção desse plano estadual. Será um plano decenal, que vai garantir isso que a Macaé falou: coisas fundamentais para reduzir a desigualdade. A raiz da violência é a desigualdade, não é a pobreza.

Em Minas, há dezenas de cidades em que, por décadas, não houve um homicídio, mesmo sendo cidades pobres. Então, não vamos associar violência à pobreza; temos que associar à igualdade de oportunidades. É um ponto de partida comum a todos. E aí a educação e políticas integradas de Governo são fundamentais. É isso que eu percebi nos debates, e hoje de manhã também na exposição do Deputado Reginaldo, da Deputada Rosangela, nas intervenções dos Deputados Eros Biondini e Zé Silva. O Deputado Edson só falou agora, não falou na parte da manhã, por isso não me referi a S.Exa.

Então, o direito à creche, ao ensino infantil, ao ensino médio, tal como falou a Secretária, ao ensino técnico, abrir as portas do ensino superior, ensinar a história da África, que é tão importante também para a história verdadeira do país, ajudam também a mudar a cultura para combater a discriminação, o preconceito. Tudo isso está.

E acho também, Deputado Reginaldo e Deputada Rosangela, que Minas vai fazer um pacto pela redução de homicídios da juventude negra. Vai fazer mesmo! O Deputado Reginaldo falou que hoje o Estado de Minas Gerais está entre os seis Estados que têm menos homicídio, mas que o homicídio de jovens negros está superior à média nacional. Então alguma coisa está errada.

Quero ressaltar a presença de membros da nossa Polícia Militar que lidam com direitos humanos. (*Palmas.*) E nós vamos fazer um pacto também para reduzir, porque se reduzirem os homicídios e não reduzir os da juventude negra, nós temos que verificar as causas disso e fazer um trabalho integrado para que isso aconteça.

Do mesmo modo, acho que Minas também vai querer ir de encontro, na direção contrária ao discurso de ódio. Esse Governador lidera isso. Não foi só o acordo histórico com os professores e professoras, não. Vai fazer com a saúde, daqui a uns dias, vai fazer com operadoras de segurança, também. Vai construir



teias, vai descriminalizar os conflitos. O Estado vai descriminalizar os conflitos sociais. Aqui não vai acontecer, seguramente nos próximos 4 anos, aquela vergonha daquela repressão no Paraná, os professores e professoras. Não há a menor chance de acontecer isso aqui.

Aqui é para a mesa de negociação, é mediação pacífica, é a paciência infinita para buscar acordos pacíficos e, sobretudo, com todos os movimentos sociais. Aqui também nós vamos trabalhar a humanização dos presídios, vamos estreitar a porta de entrada e alargar a de saída, usando máximas penas alternativas. E também as revistas vexatórias. Tenho certeza de que Minas, ao longo do seu Governo, vai enfrentar as revistas vexatórias e se desfazer disso, porque tudo isso ajuda a criar um clima de paz, de diálogo, e há incidência sobre a violência contra todos, mas, sobretudo, contra a juventude negra, que sofre muita discriminação. Vamos fortalecer as APACs, um modelo que desmentiu aquela ideia de que bandido bom é bandido morto. Nós provamos ali que pessoas, tendo condições, que cometam crime o crime que cometerem, nas APACs, eles têm 90% de ressocialização. Por que não podemos estender isso a um conjunto do sistema prisional? Nós vamos perseguir isso.

E por que não também, ao invés de levar adolescentes infratores para cadeias como a de Valadares, em que houve uma rebelião no fim de semana, quando duas pessoas morreram e cinco ficaram feridas, mas havia 800 pessoas onde cabem 290. Como vai se ressocializar um lugar desses? Nunca. Vamos ter que enfrentar isso para poder efetivamente ressocializar, e não passar por essas coisas. Então é preciso implantar o SINASE.

Em Minas, nós temos centenas de adolescentes cumprindo penas em cadeias comuns, o que é proibido por lei, porque não temos onde colocá-los. Não foram construídas instituições adequadas em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. E nós vamos permitir que adolescentes, por omissão do Estado, vão para prisões como a de Valadares? O que é isso, gente? Em que isso vai ajudar a humanidade? Em que isso vai ajudar o direito à vida? Em que isso vai ajudar a paz social, que é o objetivo que todos almejamos?

Então, aqui não vai prosperar o discurso de ódio. Aqui o discurso é de paz, é de diálogo com todos, inclusive político. E devemos também respeitar todas as



opiniões. Na política, não há inimigos a destruir, há adversários. Esse combate é no plano das ideias, não é demonizando pessoas, não é estimulando a violência de qualquer natureza, com base na discriminação, no racismo, na intolerância política ou religiosa. Esse é o caminho que eu vejo. Acho que nada disso é separado.

E há mais um ponto também que acho importante dizer. Este ano nós vamos realizar 14 conferências nacionais. Estamos fazendo as fases municipais, e, depois, as fases estaduais. Também vamos ter um grande ambiente para discutir o genocídio da juventude negra em todas as fases, e também esclarecer as reais consequências da redução da maioria penal. E aí, com debate, com argumentos, de forma serena, de forma reflexiva, quem sabe também a maioria de Minas não vai ser contra a redução da maioria penal, não vai ser a favor do direito à vida, de uma segurança, de uma política de segurança justa de que o Brasil precisa e está na nossa Constituição?

Deputada Rosângela, amanhã também o Governador vai assinar um decreto criando 17 territórios em Minas com fóruns de Governo. Vai levar o Governo para mais perto e colocar a discussão em todos os lugares, inclusive essa. O papel é aproximar o Governo do cidadão, chegar a todos, porque a desigualdade também regional, ela é importantíssima em Minas. Em uma parte de Minas, os direitos são totalmente sonegados, ao contrário de outras. Isso também nós não podemos aceitar. Tudo isso faz parte.

O inimigo não é o outro. O inimigo é a desigualdade. Esse que é o inimigo comum, que nós todos temos que nos unir, todos os homens de bem, todas as mulheres de bem, todas as redes possíveis para construirmos isso aí, Deputado. Então, pode levar. O Deputado Luiz Couto também conhece como nunca este País, pode levar para lá.

Em Minas, a proposta é a mesma de vocês: justiça e paz.

Obrigado. (*Palmas na plateia.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Secretário Nilmário Miranda.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Reginaldo Lopes, a Presidência registra as seguintes presenças: Laísa Silva Campos, da Pastoral da Juventude e também da Campanha



contra a Violência e o Extermínio de Jovens; Jassiara dos Santos Figueiredo, articuladora da Pastoral da Juventude; Guilherme Xodoy Aguiar, da Pastoral da Juventude de BH; Suzane Almada, Vereadora de Santa Luzia; Adriano Ventura, Vereador de Belo Horizonte; Denise de Paulo, Diretora de Gestão de Pessoas da FAEMIG; Dra. Nívia Silva, Promotora de Justiça; Marcos Vinícius, Vereador de Itaobim e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Itaobim; Alex de Oliveira, da Prefeitura de Betim; Paulo Thadeus Pinto, da Câmara Municipal de Betim; Carlúcia Maria Silva, do Instituto IDH e do Conselho Nacional do Laicato do Brasil; Florisbela Alves Mourão, da Associação Feminina Evangélica Comunitária da Vila CEMIG; Ana Lúcia da Silva, Coordenadora da Igualdade Racial de Nova Lima; a Coordenadora Lúcia Helena Apolinária; Enir Fonseca, Vice-Presidente do PT de Ibirité; Giordan Oliveira, Coordenador de Juventude de Nova Lima; Maria José do Amaral, Vice-Prefeita de Sarzedo, do PT; Daniela Almeida Rodrigues, Diretora de Prevenção à Violência da Prefeitura de Contagem; Paulo Roberto Fonseca, Diretor do Observatório de Segurança da Prefeitura de Contagem; Tiago André Felício, Coordenador de Políticas para a Juventude de Contagem; Artur Cândido Filho, Vereador de Araçuaí; Humberto Pozzolini, da Associação de Moradores de Divinópolis; Regina Coeli Silva, Secretária Executiva do COMPIR de Ouro Preto; Renato Delgado, Presidente do PT de Divinópolis, Vereador Welinton (Sapão), Presidente da Comissão de Segurança; Wanderson dos Santos.

Registramos ainda as presenças de Geraldo Francisco da Cunha, membro do Movimento Unificado Negro de Divinópolis — MUNDI; Alisson Augusto Ferreira, Vice-Presidente do MUNDI de Divinópolis; Eduardo Lopes, educador; Márcia Campos, auxiliar administrativo; Anderson Rodrigues Caetano, Vice-Prefeito de Itaguara; Prof. Pimenta, Presidente da Rede SOS Racismo; Teresa Cristina Gusmão, representando Maria Teresa Lara, Presidente da Fundação Caio Martins; José Joaquim, do CMB de Betim; Nila Rodrigues Barbosa, Gerente de Atendimento Jurídico e Social na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte; Mara Catarina Evaristo, Coordenadora do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Wanderson de Sousa, Vice-Diretor da Escola Estadual Álvaro Pimentel; Rodrigo Marzano Antunes, Secretário de Juventude do PT de Minas Gerais; Miguel Ângelo,



Subsecretário de Juventude de Minas; Bruno Vieira, integrante do Fórum das Juventudes da Grande BH; Leonardo Koury Martins, Superintendente de Segurança Alimentar de Minas Gerais; Gisele Meyre Melo, assessora de gabinete da SDA; Carlos Eduardo Pereira, assessor de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais; Wanderlei de Paula Costa, Vereador de Igarapé; Edson Gonçalves, Chefe de Gabinete — Edson Souró, não é isso? — da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; Manoel Cordeiro, assessor parlamentar; Emerson Gregório Santos, Assessor do MUNDI de Divinópolis; Alexandre Martins da Costa, Diretor da Gerência Regional de Saúde de Itabira; Vaner Martins da Costa, Coordenador de RH da Gerência Regional de Saúde de Itabira; Marcionílio Maia, Secretário de Cultura de Carmópolis de Minas; Marcos Antônio de Oliveira Costa, estudante; Elisabeth Dinardo Abreu, Delegada de Polícia; Luiz Flávio Cortat, Delegado de Polícia; Dênio Sebastião Martins de Carvalho, Major representando o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Celso Máximo de Oliveira, Presidente da Associação Minas Futebol; Diva Moreira, Coordenadora do Projeto Instituto Pauline Reichstul; Marinalva Maria de Jesus, Coordenadora da Associação Povos Indígenas; Sandra Elisabeth, Conselheira Tutelar de Santa Cruz de Minas; Carla Cristina de Paiva, Conselheira Tutelar, também de Santa Cruz de Minas; Hayden Batista, Prefeito de Fronteira dos Vales; Micharlis Stânio, Vereador de Igarapé; Joel Araújo, Presidente do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos Humanos; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB — Seção Minas Gerais; Mauro Costa Rodrigues, Coordenador da Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para a Juventude de Belo Horizonte; Nilma Aparecida Silva, Vereadora de Ouro Branco; José Henrique, coordenador político; Marcos Nunes Coelho Júnior, Vereador de Viçosa; Sávio José do Carmo, Vereador de Viçosa; e Jefferson Paulino da Silva, Vereador.

Registradas as presenças, demais autoridades presentes, a assessoria vai colaborar aqui no registro.

Passamos a palavra agora ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente da CPI. *(Palmas na plateia.)*

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Vou ser breve. Nós queremos aqui também ouvir. Temos várias lideranças importantes que nós convidamos, e



também queremos ouvir o plenário. Nós tínhamos um limite de horário, até às 17h30min, mas ganhamos uma hora e meia. Então, até às 19 horas podemos estar aqui no plenário. É importante esta reunião, porque está sendo transmitida, por canal aberto, a todos os Municípios mineiros, e esse tema exige de nós bastante visibilidade.

Boa tarde a todas e a todos.

Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa das mulheres, Macaé, nossa Secretária Estadual de Educação e a nossa Relatora da CPI, Rosangela Gomes.

Cumprimento também os meninos da Mesa. Quero cumprimentar aqui o Prefeito Branco, de Fronteira dos Vales, longe; o Aécio, de José Gonçalves de Minas. Cumprimento vários Vereadores e lideranças.

Quero inicialmente dizer que sempre sou questionado se há ou não genocídio de jovens negros no País.

O que mais importa, e que nós precisamos reverter, é que nossos jovens estão sendo assassinados. Eu poderia dizer que é uma falsa polêmica se é extermínio, se é genocídio. Deputado Edson Moreira, com todo o respeito a sua fala, eu estou falando, enquanto Deputado, e não como Presidente da CPI. Eu torço para que a CPI possa concluir pelo genocídio, e quero rapidamente dizer por quê.

Eu vou recorrer ao Florestan Fernandes. Ele definiu muito bem genocídio. No *lato sensu* da palavra, a gente pode dizer que não, mas, no *stricto sensu* da palavra, eu vou dizer que sim. E por que ele falava que de fato existe o genocídio? Porque, além das estatísticas de morte física dos nossos jovens negros... O próprio Secretário de Segurança Pública de Pernambuco dizia que acha que não existe genocídio, mas, quando eu perguntei na CPI qual o número de mortes de jovens brancos, ele disse que é 5,8. Quando eu perguntei quais são os indicadores de morte de jovens negros para cada 100 mil habitantes, em Pernambuco, são 58. Sim, a morte física está aí. São estarrecedores os indicadores.

A Secretária Macaé colocou um indicador aqui que é bom, porque ela diz que nós lutamos para que as crianças negras não fossem mortas ao nascer. Não é isso, Macaé? Na mortalidade infantil o Brasil melhorou muito os seus indicadores. De fato, se a gente pegar o mapa da violência, para cada 100 mil, Deputado Cristiano, até 12 anos, de morte de brancos, nós temos uma morte para cada 100 mil habitantes.



Quando a gente pega as crianças negras, nós temos 1,3. Então, realmente, Macaé, talvez tenha total equilíbrio entre a população que é maior, 106 milhões de brasileiros, para 90 e poucos milhões de brancos. Então, até é razoável 0,3. Não tem disparidade até 12 anos de idade, mas, depois dos 12 anos de idade, o que acontece? Na faixa de 19 anos, nós chegamos a ter 20 vezes mais assassinatos de jovens negros do que brancos. Nós não estamos defendendo assassinato de branco. É evidente. Nós não queremos assassinato de ninguém, nenhum homicídio, nenhuma morte, mas nós temos oito Estados que têm mais de 19 mortes de jovens negros para cada um branco. Oito Estados! Nós temos cidades em que os indicadores chegam a 400 mortes de jovens negros para cada 100 mil; para brancos, são cinco, três.

Acima de dez, a Organização das Nações Unidas considera guerra civil. Então, nós estamos vivendo uma guerra civil! Inclusive, pelos dados, nos últimos 5 anos, nós matamos mais que em todas as guerras internacionais. Todas! Em todos os 72 conflitos internacionais, mataram 206 mil pessoas. Nós matamos 208 mil. Estou falando de homicídios, sem considerar os outros 210 mil dos acidentes de trânsito, que hoje, predominantemente, são jovens negros e pobres nessa guerra das cidades que não prioriza as pessoas, só os carros, só os automóveis.

Então, nós precisamos reverter isso. De fato, os jovens negros e pobres são vítimas dos homicídios no Brasil. Para cada 4 no Brasil, 3 são jovens negros e pobres. Para cada 100 mil brasileiros, são 29 assassinatos, mas contra jovem negro chega quase a 60. Em Minas Gerais, nós estamos abaixo da média, do ponto de vista da população em geral. São 22 homicídios para cada 100 mil, mas, em relação a jovens negros, nós temos um indicador de 48 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Portanto, do ponto de vista da morte física, está comprovado que é um genocídio. Agora, do ponto de vista da morte simbólica, como Florestan Fernandes dizia muito bem, a morte simbólica é muito mais perversa que a morte física, porque são 400 anos em que as principais políticas são diferenciadas para os brancos em relação aos negros. Posso dar três políticas aqui fundamentais que têm uma extrema diferença. Qual é a qualidade da política educacional dos brancos em relação aos negros? É a mesma? A Secretária colocou isso muito bem aqui.



Vamos comparar outro direito fundamental: moradia. Quais são as condições de moradia da nossa população negra e quais são as condições de moradia da população branca? A qualidade do trabalho, da remuneração.

A CPI tem que, na minha opinião, Relatora, concluir que há um genocídio: um genocídio do ponto de vista da morte simbólica dos nossos jovens negros pela ausência do Estado, pela ausência de políticas públicas universais para todos e também do ponto de vista da morte física. Portanto, a CPI tem essa enorme tarefa.

É evidente que isso não é novidade para os senhores e as senhoras que estão aqui. Vocês que militam no movimento negro há 30 anos têm denunciado. Se o Estado brasileiro não tivesse se silenciado perante o que vocês denunciaram há mais de 30 anos, o Brasil teria evitado um Uruguai de pessoas que foram mortas. Em 30 anos, nós matamos 2 milhões e 400 mil pessoas: 1 milhão e 200 pessoas, em homicídios; 1 milhão, em acidente de trânsito; e 210 mil por suicídio. Nós matamos quase 3 milhões de pessoas em 30 anos, no processo de redemocratização do Brasil, sem falar dos inúmeros desaparecidos, porque, quando reduzem os homicídios, aumentam os desaparecidos. Nós temos que investigar. Por que, quando tem redução de homicídios, aumentam os desaparecidos? Tem muita subnotificação.

O principal dado da política pública no Brasil é não ter dado. Os Estados, Nilmário, não são responsáveis... Os agentes de segurança pública não são responsáveis por alimentar o Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública. Nós precisamos colocar na Constituição, criminalizar. Temos que penalizar. Temos que ter um Sistema Único Nacional. O Brasil não pode querer resolver o seu problema negando, como fez na democracia racial, como nega que é um Estado racista. Aí nós não resolvemos o problema da segurança pública.

Quando vamos discutir as estatísticas, quem trabalha com o tema segurança pública questiona os dados, mas também não apresenta os dados. Então, nós temos que resolver. A CPI tem que dar conta de pelo menos criar um Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública. A CPI tem que dar conta de pelo menos democratizar esse debate. Nós temos que constitucionalizar que este debate sobre segurança pública não fique privatizado como ele é hoje. Hoje só debate



segurança pública quem trabalha com o tema: só as forças e os agentes de segurança pública. Por quê? Eles não são donos da verdade.

O tema segurança pública, como o tema educação... Quem debate a educação não é o cidadão? Não funciona? Todo mundo não participa? Todo mundo não tem opinião? Do tema saúde pública, todos nós não participamos? Do tema assistência social, todos nós não participamos? Por que o tema segurança pública só pode ser debatido, na maioria das vezes, pelos donos da verdade que trabalham como agentes de segurança pública do Estado?

Portanto, nós também queremos constitucionalizar a responsabilidade. A concepção, os planos estratégicos, a concepção sobre a ordem pública, tudo isso tem que ser definido pelo povo. Por isso, nós temos que obrigar os Municípios, os Estados e a União também, que só organizou uma conferência sobre segurança pública. Mais do que constitucionalizar, temos que ter um novo sistema federativo. Mais do que um sistema federativo — é bom que o Ministério Público esteja aqui —, temos que ter um pacto republicano. Todos os Poderes juntos devem buscar reduzir as taxas de homicídio a patamares de países civilizados.

Como o Brasil vai explicar para o mundo que convive com essa guerra civil e está neutralizado? Por que se naturalizou matar tantos jovens no Brasil? Por que são negros e pobres? Essa é a pergunta. Se fossem ricos, se fossem das elites, se fossem brancos, o Brasil teria enfrentado esse problema. Isso também é uma verdade. Negar isso é ser racista, dissimulado, e nós não queremos viver numa sociedade racista, dissimulada. (*Palmas.*)

Então, nesse sentido, eu quero aqui dizer que defendo um novo sistema compartilhado. Os Municípios não podem ficar ausentes do debate. A União não pode, não deve continuar ausente do debate, e os Estados precisam construir junto.

Também defendo que nós temos que fazer esse pacto federativo para redução. Agora, eu tenho dito: não dá para o Governo Federal, o meu Governo, o Governo da Presidenta Dilma, achar que vai elaborar um Plano Nacional de Enfrentamento de Homicídios sem definir território, sem definir por gênero, sem definir a questão racial, sem definir a questão do corte, porque quem está morrendo são jovens. Se o Governo Federal fizer um plano generalista, não vai resolver, porque nós sabemos muito bem que 90% da violência se concentra em 142



Municípios. Nós sabemos até as ruas, os bairros, os dias, as idades de quem vai ser assassinado, o sexo, a questão social e a cor da pele. Então, não tem legitimidade se o Governo da Presidenta Dilma não construir um plano nacional que leve em consideração o território, a raça, o sexo, a idade.

Não dá também para o Governo nosso, da Presidenta Dilma, Nilmário Miranda, achar que vai apresentar um plano para reduzir 20%. Vinte por cento? É só acabar com os autos de resistência. Basta os agentes de segurança pública não cometerem nenhum assassinato que nós vamos reduzir automaticamente em 20%. Nós temos que reduzir, nos próximos 10 anos, para um dígito. Não podemos conviver, no Brasil, com mais de um dígito de homicídio para cada 100 mil. Esses são os indicadores do Brasil civilizado. O Brasil precisa entrar no século XXI.

Eu também faço críticas. O nosso Governo, em 12 anos, em que mudou a vida do povo? Mudou-a para melhor. Só nega que nós não mudamos este País quem não conhece o Brasil ou quem não conhecia o Brasil. Nós fizemos profundas transformações, mas eu também reconheço que, no campo da segurança pública, o nosso partido, o nosso Governo ousou pouco.

Chegou a hora de enfrentar esses problemas. O nosso Governo deve ter como prioridade esse tema segurança pública e deve propor metas ousadas. E uma das metas que eu defendo, Deputada Rosangela Gomes, é que o nosso relatório deixe de conviver com um plano feito pelo Governo, que esta Comissão transforme este plano num PL, que volte para esta Assembleia, que chame a população para rever as metas, metas do ponto de vista da redução, mas, em especial, metas do ponto de vista de políticas públicas, políticas preventivas de cultura, de saúde, de educação, de moradia, universal para os negros, para os jovens negros que estão vivos hoje, para que eles possam continuar vivos no futuro. (*Palmas.*)

Então, nesse sentido, nós queremos um plano ousado. Não dá para querer que a política Juventude Viva, que foi muito bem construída do ponto de vista transversal, interfederativo, fique no papel. Nós precisamos redesenhá-la, mas como uma política do Estado brasileiro. Esse plano nacional tem que ser votado pelo Congresso Nacional e tem que virar obrigação de todos os Municípios e Estados nesse amplo pacto federativo, mas pacto republicano a favor da vida dos que sempre foram perseguidos neste País pelas elites, que são os negros no Brasil.



Então, nesse sentido, eu quero aqui assumir o compromisso, se depender da minha parte, de que essas duas ações serão fruto da CPI, tanto essa alteração da Constituição para definir democraticamente, compartilhada, interfederativa e republicana essa nova concepção sobre segurança pública; e, na outra vertente, esse plano de metas, que vai ter dois eixos, o eixo da prevenção e o pacto para a redução dos homicídios, trazendo-os para um dígito nos próximos 10 anos.

Eu sei que é ousado. Podemos não atingir, mas nós não podemos ter metas de Terceiro Mundo, nós temos que ter metas de países civilizados. E o Brasil tem condição. Todos os pactos republicanos construídos no Brasil tiveram avanço. Eu espero que o Judiciário, que também tem que ser chamado, porque não julga nenhum crime contra a vida, só crime contra o patrimônio. Nós temos que chamar todos os Poderes, Legislativo e Executivo, e todos os entes da Federação nessa pactuação republicana a favor da vida.

Se a CPI der conta de fazer isso, nós estaremos avançando muito para que o Brasil faça um acerto com a sua história.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Cristiano Silveira) - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Quero registrar a presença do Sr. Orozimo Ramos Pechim, Presidente do PT de São Gonçalo do Rio Abaixo.

Neste momento, quero solicitar aos membros da Mesa que permaneçam aqui em cima, porém tomando assento nas cadeiras que se encontram aqui atrás.

Passo a Presidência dos Trabalhos para o Deputado Reginaldo Lopes, que vai compor a próxima Mesa e conduzir aqui as discussões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos lá.

Quero convidar, representando aqui o Secretário Bernardo Santana de Vasconcellos, Secretário de Segurança Pública de Estado de Defesa Social, Antônio Armando dos Anjos, Sub-Secretário de Medidas Socioeducativas. Convido para sentar-se à Mesa.

Também o Major Dênio Sebastião Martins de Carvalho, representando aqui o Comandante-Geral Bianchini.



Quero convidar também a nossa Subsecretária de Igualdade Racial do Estado de Minas Gerais, Sra. Cleide Hilda. (*Palmas.*)

Representando também a Defensoria Pública Geral do Estado de Minas Gerais, Ana Claudia da Silva Alexandre. (*Palmas.*)

Não sei se o Presidente da OAB está aqui, mas eu vi o William dos Santos. Não sei se está presente para compor a Mesa, representando a OAB e a Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Também o nosso ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martvs Antônio Alves das Chagas. (*Palmas.*)

Dra. Nívea Mônica Silva, Promotora do Ministério Público de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Pedro Henrique Afonso, estudante da UEMG, da Universidade Estadual de Minas Gerais, vítima de abordagem racista, diga-se de passagem. (*Palmas.*)

Marcos Cardoso, Coordenador Nacional das Entidades Negras. (*Palmas.*)

Francis, nosso Presidente da CUFA — Central Única das Favelas. Quero agradecer a nossa reunião lá no Centro Cultural Alto Vera Cruz. (*Palmas.*)

Nosso cantor *rapper* Flávio Renegado. (*Palmas.*)

Bruno Vieira, do Fórum das Juventudes da Grande BH. (*Palmas.*)

Ângela Maria da Fonseca, da Associação de Moradores do Bairro Gutierrez. (*Palmas.*)

Kerison Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas. (*Palmas.*)

Na minha nominata aqui, parece que eu chamei todos, mas eles olharam os que estavam presentes, os que não tinham chegado ainda. Eu pergunto ao Estevão também...

Então, Miguel Ângelo, para compor a Mesa com a gente, Subsecretário de Juventude do Governo Fernando Pimentel. (*Palmas.*)

Mais alguém? (*Pausa.*)

Nós vamos ter que fazer um acerto de procedimento aqui, vamos dizer assim. Nós temos 2 horas para ouvir o plenário e também ouvir a Mesa. A Mesa nossa está bem grande aqui, bem representada. Eu acho que tem que ser intervenções de 3 ou 4 minutos, com tolerância de até 5 minutos.



Também está presente a Larissa Borges, Coordenadora do Plano da Juventude da SEPPIR, nossa mineira. (*Palmas.*)

Então, vamos começar pelo Antônio Armando dos Anjos, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, representando aqui o Secretário Estadual de Defesa Social, a quem concedo a palavra.

O SR. DÊNIO SEBASTIÃO MARTINS DE CARVALHO - Deputado Reginaldo, em nome de quem nós cumprimentamos todos os componentes da Mesa, também levamos as nossas saudações a todas as pessoas que aqui se fazem presentes, bem como àqueles telespectadores que nos acompanham.

Primeiramente, gostaria de ressaltar a ausência do Sr. Comandante-Geral, Coronel Bianchini, devido à agenda anteriormente já firmada para este dia.

Nós, da Polícia Militar, como encarregados da aplicação da lei, reputamos de relevada importância o que neste momento aqui se faz acontecer, porque a Polícia Militar de Minas Gerais completa este ano 240 anos de existência, de serviço em prol do povo mineiro.

Seguindo essa temática, Deputado, trazida à baila, essas tratativas no âmbito do Governo de Minas, nós ressaltamos nesta oportunidade que a Polícia Militar, além de parceira com a sociedade, faz inserção em todos os segmentos nessa questão de combate à letalidade, vamos dizer assim, porque a vida é o bem maior que cada um de nós tem, e o direito de tirá-la vem resguardado somente no Código Penal Brasileiro, que trata das situações em que o cidadão pode agir em legítima defesa sua ou no estrito cumprimento do dever legal, além dos dois itens que o Deputado Federal Delegado Edson anteriormente mencionou.

É importante ressaltar que nós, da Polícia Militar, estamos de mãos dadas com essa questão e essa preocupação. Como até o ex-Deputado e atual Secretário Nilmário disse, a questão da redução da mortalidade está diminuindo em Minas, mas a intenção nossa, no que diz respeito à letalidade, é reduzir ainda mais.

Para se ter uma ideia, de 2010 para cá, mais especificamente a partir de 2011, todas as unidades da Polícia Militar de Minas Gerais passaram a fazer parte da Comissão de Monitoramento da Letalidade. Essa Comissão visa precipuamente estudar todos os casos em que houve o uso da força que culminou com lesão grave ou até a morte de um cidadão. A finalidade dessa Comissão é justamente dar um



suporte para a melhoria do serviço do policial militar, bem como reduzir esse indicador de letalidade, porque nós trabalhamos efetivamente para a preservação do bem maior do cidadão, que é a vida.

Não adianta nós termos o serviço feito se a vida de alguém tiver sido ceifada, independentemente de quem seja. Nós não estamos aqui para falar que a vida de A vale mais ou menos do que a vida de B. Nós tratamos a questão da vida, Deputado, como uma questão de suma importância e de inteira relevância.

Só para se ter uma noção da quantidade de homicídios ocorridos em Minas Gerais de que nós temos registro, no ano de 2014, houve 4.120 homicídios, sendo 105 em decorrência de intervenção policial. Sete policiais foram vítimas dessas intervenções e vinte e um deles saíram em estado gravíssimo.

Nós não estamos julgando aqui a questão de qual foi a ação. Nós estamos falando de número de vitimização, porque, não obstante, para cada ato desses, para cada intervenção dessas, tem-se tido notadamente o devido processo legal, que é a instauração de procedimento apuratório para verificar as circunstâncias.

Há outra questão que também pode levar as pessoas que aqui se fazem presentes a ter uma noção da preocupação do nosso serviço com essa situação. Em 2014, a Polícia Militar fez 20.580 apreensões de armas de fogo.

Além disso, a gente desenvolve a Campanha do Desarmamento, em que é o cidadão quem chega e faz a entrega da arma. É uma campanha até do Governo Federal, e a Polícia Militar faz essa divulgação.

No mais, Deputado, nós queremos nos colocar aqui à disposição de todos. Somos parceiros de todos e estamos dispostos a agir em rede, como já fazemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado!

Vamos combinar de distribuir a concessão da palavra entre os representantes de movimentos, de entidades.

Então, quero passar a palavra para o Marquinho Cardoso, que é o Coordenador Nacional de Entidades Negras.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CARDOSO - Boa tarde a todos e todas!

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes por esta iniciativa, que eu considero uma das mais importantes que o Parlamento



brasileiro teve nos últimos tempos, até porque essa agenda é muito cara à comunidade negra, à juventude negra no Brasil.

Alguém falou mais cedo — se me lembro bem, foi a Macaé — de direito à memória. Tenho décadas de militância contra o racismo aqui no Brasil. Quando as pessoas questionam essa expressão “genocídio”, eu acho que é importante a gente compreender o genocídio como estruturante das relações raciais da sociedade brasileira. O genocídio faz parte da cultura do racismo. O racismo está constituído na própria história do Brasil, na própria história da América. Então, o genocídio para a gente é isto: ele estrutura as relações de poder, equilibra os conflitos, porque extermina o nosso povo.

Quando eu falo do povo, eu vou lembrar uma fala, talvez da Cleide, no sentido de que, no final dos anos 1980, ainda no Movimento Negro Unificado — MNU, uma das primeiras campanhas que nós fizemos foi exatamente da luta contra a esterilização em massa das mulheres negras no Brasil, provocada inclusive por ações dos médicos do Brasil e com campanha até do Governo do Estado.

Então, quem faz parte da luta feminista lembra da ação do Estado no sentido de querer controlar a natalidade da população brasileira. Ou seja, é como se dissessem que não querem que negro nasça neste País, porque a maior parte das pessoas cuja natalidade era controlada através desse tipo de intervenção do Estado eram mulheres negras.

Quando eu falo dessa questão do controle da natalidade via esterilização em massa das mulheres por meio de métodos sem o consentimento delas, eu estou falando de genocídio. Isso aconteceu nos anos 1980!

Nos anos 1990, foram as crianças que começaram a ser o foco principal da violência do Estado, da violência urbana, da violência da bandidagem neste País. E nós fomos para a rua fazer uma campanha muito grande, pedindo que não matassem nossas crianças.

No final dos anos 1990, entrando no século XXI, ao nos depararmos com esses dados, para confirmar essas denúncias que fazíamos na década passada, deparamo-nos com o fato que, no momento em que se começa a pensar em executar políticas públicas para a juventude, se percebe exatamente um incremento do assassinato e do extermínio em massa da juventude negra.



As Nações Unidas instituíram este ano de 2015 como o inicial da Década Internacional de Afrodescendentes. E nós temos índices com os quais, como o Deputado disse, é possível saber até a hora em que o jovem vai morrer no Brasil. Sabe-se até o nome da rua. Então, não é preciso ficar aqui desfiando mais dados. Nós sabemos disso. Se esse índice continuar nessa *vibe*, em 2024, daqui a 10 anos, quando terminar a Década Internacional de Afrodescendentes, pelo menos 250 mil jovens entre 14 e 19 anos serão assassinados no Brasil! Esse índice é muito maior do que o de qualquer guerra civil, maior do que o do Boko Haram, mais do que o da guerra civil na Bósnia. Ou seja, há uma política planejada, pensada, dirigida para a população negra, que neste momento é a nossa juventude — é importante que se diga isso.

Agora, é importante também dizer neste debate que os jovens e as jovens negras não são criminosos. Os jovens e as jovens pobres não são criminosos! Eles podem até ser envolvidos pelo crime, mas essa ideia de naturalizar isso, essa ideia lombrosiana de que essa juventude é perigosa e é criminosa por natureza, faz parte dessa estratégia de eliminação do nosso povo, dessa cultura do racismo. (*Palmas.*)

Então, é isso que nós temos que combater, porque, como alguém disse aqui, a vida tem que ser igual para todos, seja na Zona Sul, seja na periferia, e o tratamento também tem que ser igual. O problema é que nós — a população negra, sobretudo a juventude — temos um tratamento perversamente desigual. Então, ser jovem não é ser criminoso. Essa bancada conservadora do Congresso Nacional começa a fazer esse discurso, inclusive trazendo de volta à pauta essa questão da redução da maioria penal. Reduzir a maioria penal é também compactuar com o genocídio da juventude negra, porque isso significa dar de bandeja para a indústria da criminalidade deste País um exército de mão de obra barata. (*Palmas.*)

Parece-me que o debate da segurança pública no Brasil, que tem a ver com esse genocídio da juventude negra, tem a ver também com essa indústria permanente da criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Marcos.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CARDOSO - Concluindo, essa indústria da criminalidade aumenta inclusive o lucro daqueles que investem nela, porque se



compra mais cerca elétrica, mais armamento. Então, tudo isso faz parte desse processo.

Assim, nas rodas de diálogo que nós temos com a juventude, há duas questões que eu acho fundamental a gente debater — não sei se a CPI vai debater. Uma delas é a desmilitarização ou o fim da Polícia Militar e a outra é a descriminalização das drogas. Ambos são debates que estão na roda.

Parece que a CPI tem que enfrentar isso, porque não adianta discutir essas questões sem discutir também a humanização dos presídios, porque a gente sabe muito bem quem está preso neste País. A humanização dos presídios faz parte dessa luta pelos direitos humanos, faz parte dessa luta pelo direito à vida, faz parte dessa luta contra o racismo, porque a juventude negra brasileira quer viver!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem, Marquinho Cardoso, Coordenador Nacional de Entidades Negras.

Passo a palavra para o nosso ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martvs Antônio Alves das Chagas.

O SR. MARTVS ANTÔNIO ALVES DAS CHAGAS - Boa tarde a todos e todas! Boa tarde especialmente ao Presidente da Mesa neste momento, Deputado Reginaldo Lopes, que eu vou cumprimentar, mas não vou parabenizar, porque o que se espera das pessoas públicas, dos homens e mulheres agentes públicos, são atitudes como esta, de criar uma CPI desta forma para exatamente debater os principais problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

Então, além da sensibilidade — muitos nos falam que nós temos sensibilidade com a causa negra —, é preciso compromisso, e o Deputado Reginaldo Lopes está demonstrando compromisso ao ser o autor desse pedido de CPI.

O nosso tempo é curto, mas quero falar que a gente sempre ouve dizer que há uma dívida histórica para com a população negra, há uma dívida histórica, que vem desde a escravidão, para com os negros e as negras no Brasil. Mas quem está disposto a pagar essa dívida? Acho que é essa a pergunta que a gente tem que fazer, porque todo mundo afirma que essa dívida existe, mas ninguém quer meter a mão no bolso para pagá-la, ninguém quer dizer que quem fez a dívida tem maior responsabilidade em pagá-la. E quem fez a dívida foi a elite branca do Brasil! Quem



fez a dívida foi a maioria do nosso Congresso Nacional! Quem fez a dívida foram os donos e patrões das grandes empresas e multinacionais!

Eu estou dizendo isso porque é necessário, num debate como este, a gente ir além do tema, porque o tema por si só — a mortalidade da juventude negra, o genocídio da juventude negra, melhor dizendo — está alicerçado inclusive neste modelo capitalista que a gente vive e que o Marcos Cardoso acabou de dizer, de muito bom tom, que cria uma política da arma, cria uma política da falta de respeito, da coisificação do homem e da mulher.

Marcos, eu vou um pouco além daquilo que você disse: a redução da maioridade penal, no meu entendimento, na verdade vai ser um salvo-conduto que a sociedade brasileira vai dar à polícia para esta continuar matando os nossos jovens! *(Palmas.)*

Isso é o que vai acontecer, porque aí vai haver uma lei, vai haver uma redução. Não! Hoje, até 18 anos, a pessoa é considerada criança; até os 18 anos, ela é inimputável, do ponto de vista da criminalização direta, mas, a partir da redução da maioridade, isso vai mudar.

Aliás, eu recebi aqui dentro, e vocês viram circulando por aí — não sei se ela está aqui, não gostaria nem de fazer propaganda disso —, mas havia uma pessoa defendendo que a redução da maioridade penal deveria ser para 14 anos! Daqui a pouco, nós vamos debater a redução da maioridade penal — citando Lombroso — para o feto!

E, aí, de quem vai ser o feto que já vai nascer passível de ir para a prisão? Será filho de quem? Quem serão essas mães? Serão mães negras, mães pobres. Serão delas esses filhos! Então, eu acho que a gente, sempre que puder, tem que lutar contra a redução da maioridade penal. Isso não está certo! Não está certo!

O Deputado ainda há pouco disse que a maioria da população é a favor da redução da maioridade penal. Mas há pesquisas também que indicam que a maioria da população quer fechar o Congresso Nacional, e nós não somos a favor de que se feche o Congresso Nacional. E aqueles que estão lá também não são a favor de que se feche o Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O que nós queremos é mudar o Congresso Nacional, para que a sociedade não tenha essa visão. O que nós queremos é debater com a sociedade, para que



ela mude essa visão a respeito da redução da maioridade penal. Por isso, esta CPI cumpre muito bem o seu papel.

Eu vou encerrar, mas não antes de falar da minha cidade. Eu sou de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, e nós temos lá, Deputado Reginaldo Lopes, determinados territórios que eu chamo de territórios livres para a prática do crime.

A Polícia Militar hoje deixa esses territórios livres para a prática de crimes, mas trata-se de crimes de negros contra negros, de pobres contra pobres. Eles sabem exatamente aquilo que o Deputado falou aqui — o local, a hora e a idade —, mas não fazem nada. Esse território é chamado Faixa de Gaza.

E eu estou chamando à responsabilidade a Polícia Militar porque eu estou entendendo que nós estamos numa nova gestão, com um Governador que não só é sensível, mas também tem compromisso com esse tipo de política, e que não vai permitir que a Polícia Militar, que ele comanda, continue matando da maneira que está matando. (*Palmas.*) É impossível que isso aconteça.

Então, esses territórios livres têm que deixar de existir. Na verdade, hoje estão deixando os territórios livres para jovens negros se matarem. Amanhã, esses territórios livres vão se tornar territórios como os do Rio de Janeiro, onde a polícia nem chega, nos quais ela nem entra, porque já foram dominados completamente pelo crime.

Por fim, eu quero dizer que este debate que nós fazemos quebra a ordem natural da vida. Qual é a ordem natural da vida? Os filhos enterrarem seus pais. E o que ocorre é que, a cada dia, mais pais estão enterrando seus filhos. Isso quebra qualquer regra natural da vida. Vai muito além de política pública, muito além de debate o que a gente está fazendo aqui.

Para concluir mesmo, eu queria solicitar que uma audiência — nesta audiência, já conversei com o Deputado a respeito disso — fosse feita em Juiz de Fora, fosse na Zona da Mata e em outras regiões, porque a mortalidade lá — agora a gente já sabe — é em torno de cinco jovens por semana; sabemos inclusive as regiões onde eles morrem.

Outra proposta, Deputado, membros da CPI, Deputada Rosângela Gomes, Deputado Luiz Couto, que há muito tempo eu não vejo e a quem faço minha saudação especial e pessoal: eu, na condição de Secretário Nacional de Políticas de



Ações Afirmativas na SEPPIR, tive a oportunidade de propor o seminário internacional, realizado em Brasília, que discutiu a ação das polícias e a juventude negra. Eu gostaria — não sei se a CPI tem poder para isso, mas eu acho que seria muito interessante — que a CPI montasse um seminário desses e convidasse os comandantes das polícias — eles sempre têm uma agenda antes, então que os convide com bastante antecedência para que eles não tenham uma agenda anterior. A ideia é convidar os comandantes das polícias, convidar os comandantes das academias de polícia — é lá que se forma essa visão do negro submisso, do negro bandido, do negro acabado — e representantes da juventude negra e do movimento negro para um debate em Brasília.

Se a CPI pudesse fazer isso, eu acho que seria muito bom. E aí, com muita tranquilidade, todos, com o espírito acalmado, baixado, poderiam ouvir e ser ouvidos, porque, antes de mais nada, falta muito diálogo entre nós, e geralmente o diálogo é somente aquele do poder constituído: *“Olha, negrinho, escute o que eu estou lhe dizendo porque eu sei o que você está fazendo”*. Então, temos que parar com isso.

Eu centrei a minha fala aqui na Polícia Militar — vocês me desculpem —, mas é porque eu percebo, a partir da minha experiência, da minha vivência, que esse é um dos principais problemas. E, se o enfrentarmos, esse índice que o Deputado falou em diminuir vai diminuir logo. Nós vamos ter uma diminuição muito grande na mortalidade da nossa juventude negra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Martvs. Quero só dizer, Martvs, que nós já convocamos, de doze Estados, os Comandantes das PMs, os Delegados Chefes da Polícia Civil, as Defensorias Públicas e os Secretários. Nós preferimos fazer um debate na Câmara mesmo, nas audiências.

Então, nós escolhemos, com isonomia, os seis Estados com os maiores indicadores de homicídio, de acordo com o mapa da violência, e os seis com os menores indicadores de homicídio. Já fizemos em Pernambuco; esta semana, no Distrito Federal; na semana que vem, em São Paulo, etc.



Eu quero passar a palavra para a Subsecretária de Igualdade Racial do Estado de Minas Gerais, do Governo Fernando Pimentel, a nossa companheira Cleide Hilda de Lima Souza.

A SRA. CLEIDE HILDA DE LIMA SOUZA - Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar o nosso querido Deputado Reginaldo, que preside esta CPI tão necessária e tão cara à nossa população negra. Quero cumprimentar todas as mulheres à Mesa, na pessoa da Larissa, a nossa jovem que está lá na SEPPIR e acompanha o projeto Juventude Viva — pelo menos estava nesse processo; não sei se continua nessa Pasta —, e, através da Larissa, eu quero cumprimentar os demais integrantes da Mesa.

As falas que antecederam a minha aqui — e eu gravei todas elas — na realidade são falas do Movimento Negro há 30 anos. Eu sou do Movimento Negro há mais de 30 anos, junto com Marcos Cardoso, com Martvs e outras pessoas aqui, e fazíamos esse discurso lá atrás. Nos anos 80 o Marquinho dizia: “*Não matem nossas crianças!*”; a Cleide Hilda dizia: “*Não matem nossas crianças!*” No final da década de 80, o Movimento Negro do Brasil dizia: “*Não matem nossas crianças!*” Eu me lembro até hoje: em 1989 foram nove assassinatos de crianças de 6 a 9 anos na Praça da Candelária. Aconteceu aqui do lado, no Taquaril, vizinho ao bairro em que nós estávamos hoje, na audiência pública. Logo na sequência desses nove assassinatos, ocorreram mais seis assassinatos de crianças negras no Taquaril — você era criancinha ainda, Renegado. Mas eu sou daquela região, eu nasci ali, eu descia e subia aquela vila ali do Alto Vera Cruz. E eu acompanho isso há trinta e tantos anos, desde que tomei consciência crítica.

O povo negro que veio para o Brasil passou quase 400 anos trabalhando de graça para este Estado brasileiro e saiu dele com uma mão à frente e outra atrás, sem nenhuma política que garantisse que pudesse sobreviver. Como negar, naquele tempo, quase metade da população brasileira, sem dar escola, como disse nossa Secretária de Estado de Educação, Macaé, sem dar saúde, sem dar trabalho, fazendo-os sair com uma mão à frente e outra atrás?

O Brasil faz mudanças no seu sistema econômico; traz imigrantes que ocupam os novos setores da indústria, das empresas, de tudo que estava começando na nova rota da economia, do capitalismo; substitui a mão de obra que



era gratuita por uma mão de obra paga; dá casa para quem vem de fora; e os que já estavam aqui, que eram os negros, ficaram sem nada! Obviamente esse problema ia acontecer. Não é de graça que está acontecendo isso nem o porquê dessa violência.

Eu costumo dizer o seguinte: é tudo muito bem planejado e arquitetado. Se a teoria do embranquecimento queria que desaparecêssemos em 100 anos, imaginem o extermínio da juventude negra, que já compromete o futuro do Brasil! Esterilizaram aquelas mulheres na década de 80, principalmente do Norte e do Nordeste, para controlar a natalidade, ou seja, a população, e não deu certo. Tinham que inventar uma nova rota: *“Agora nós vamos matar jovens negros”*. Gente, não há nada por acaso! Não há nada por acaso! Mata-se às vezes pelas costas, sem direito a ter o crime julgado. Por que não se olha na cara para matar? Por isso o PL 4.471, de 2012, sobre os autos de resistência.

Então, o povo negro sempre foi vítima! Foi vítima quando foi sequestrado da África, trazido para o Brasil para um trabalho escravo; foi vítima quando saiu da Abolição, da escravidão, em 1888, sem direito nenhum do Estado brasileiro; e é vítima hoje porque precisa desaparecer porque ainda incomoda. O nosso cabelo *black* incomoda! A nossa música incomoda! O nosso corpo incomoda! A nossa história incomoda o Brasil! Nós construímos o Brasil e não desfrutamos dele, não estamos no poder, ainda estamos em minoria nas universidades — a partir das cotas, um pouco mais; a partir das políticas de ações afirmativas, um pouco mais, mas há uma dívida, Reginaldo, muito cara ao Estado brasileiro, a de integrar e incluir 52% dessa população.

O mapa da violência apresentado, que aborda e discute a questão do extermínio da juventude negra, diz que há três pilares essenciais para resolver esse extermínio — não é para resolvê-lo, mas para ajudar a contribuir para um processo de maior inclusão da juventude negra: a privatização da segurança pública, a privatização da educação e a privatização da saúde, que são três elementos básicos que dificultam o acesso dessa população à sua cidadania plena. E sem ter que vivenciar tanta violência.

Mas eu acredito — eu tenho certeza — que, nesses anos em que nós estamos aí enfrentando a questão racial no Brasil, nessas 3 décadas, nós



aprendemos que o racismo no Brasil é a base de tudo, é estruturante, é institucionalizado. E, se você não trabalhar para desinstitucionalizar o racismo — na educação, na saúde, na cultura, no esporte, no lazer —, se não fizer um trabalho de combate ao racismo, não adianta fazer políticas afirmativas. Elas têm que caminhar junto com o combate ao racismo.

Só para terminar a minha fala, eu penso, Reginaldo, que o nosso Governo Pimentel tem esse compromisso, porque um dia eu era a militante Cleide Hilda, da CONEN, hoje eu sou gestora pública. E eu não estou nesse Governo por acaso. Eu não estou ali para fazer apenas o movimento social negro; eu estou ali para ajudar a pensar políticas de promoção da igualdade racial para uma população com a qual o Estado tem uma dívida muito grande. E ele pode começar a pagar aqui no nosso Estado de Minas Gerais.

Já começamos, lá em 2003, no Governo de Lula, quando foi criado o Ministério de Promoção da Igualdade Racial, e nós hoje avançamos um pouco mais quando criamos, aqui, a Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial, que pode trabalhar, na realidade, na transversalidade, com todas as demais secretarias. Se não for assim a gente não consegue superar o que está colocado, porque é muito bem arquitetado para exterminar a população negra.

Obrigada. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Cleide Hilda, nossa Subsecretária.

Quero informar ao Plenário que o Robson, que é o Secretário da CPI, estará fazendo as inscrições para intervenção após a fala da Mesa. Quem quiser se inscrever, as inscrições estão abertas.

Com a palavra Bruno Vieira, que é do Fórum das Juventudes da Grande BH.

O SR. BRUNO VIEIRA DOS SANTOS - Meus queridos, minhas queridas, boa tarde. Meu nome é Bruno Vieira. Tenho 28 anos, quase completando 29 anos. Sou morador nascido e criado em Belo Horizonte, integro o Fórum das Juventudes da Grande BH e já fiz essa fala em outro seminário, em 2012.

Eu me considero um sobrevivente. Qual é o motivo? Primeiro, pela minha idade, eu deixei de ser estatística. Estou com 28 anos, e a estatística diz que boa parte da mortalidade entre os jovens negros, negro como eu sou... Porque se você é



filho de negros, você é negro, não é? É esquisito falar assim: *“Eu sou filho de negros.”* Tá, mas assumo-se negro, então.

Eu só gostaria de aproveitar para contextualizar e poder falar um pouco dessa questão do genocídio da juventude negra. Como pode não ser genocídio se para cada garoto branco que morre assassinado morrem três negros? Como pode ser isso? Já foi tudo dito aqui. A Cleide colocou muito claramente a questão do racismo estrutural, do embranquecimento da população brasileira, quando trazem imigrantes italianinhos, alemãezinhos, portuguesesinhos, para poder dar uma diferenciada na nossa cor. *“Não somos racistas. Pelo contrário, a gente só quer dar uma tonalidade diferente na nossa população.”*

Eu gostaria de dizer que todos nós vimos o adolescente que cometeu um assalto e matou um médico que era ciclista, no Rio de Janeiro. A ele, a gente pede uma execução sumária. Quando Thor Batista, filho do Eike Batista, atropela e mata, a gente suspende o júízo. Quando aquele garoto assaltante no Rio de Janeiro é pego, acorrentado, empalado, como se fosse em um pelourinho, todas as mídias conservadoras aplaudem de pé, louvam como se fosse um culto. *“Redução, já! Redução da maioria penal! Tem que prender!”* De 14 anos para 12 anos, de 12 anos para 8 anos, aí chega ao feto... *“Não, feto não, a gente é contra o aborto!”* Enfim. E quando artistas branquelos e branquinhos como Justin Bieber causam o mesmo tipo de furor, eles só são um garoto problema.

Existe um corte racial muito forte na questão de lidar com a juventude, e principalmente com a juventude que está aí morrendo e com a juventude com que o Fórum das Juventudes da Grande BH tem lidado diretamente, que é a juventude negra. O Fórum das Juventudes da Grande BH é uma ampla articulação de grupos, entidades, coletivos e pessoas autônomas, que está desde 2004 discutindo políticas públicas para a juventude, não só em Belo Horizonte, mas também na Região Metropolitana e principalmente nos Municípios mais tensos, como Betim, Santa Luzia, Contagem, Ibirité, Sarzedo, Pedro Leopoldo e afins. Desde 2004 a gente procura pautar políticas públicas e desde 2012 a gente elenca como principal agenda o enfrentamento à violência contra a juventude, entendendo violência não somente pelo sentido letal, da morte, do extermínio, do genocídio, mas entendendo que todo genocídio começa a partir de uma violação de direitos.



Se eu não tenho condições de pegar o meu ônibus para poder circular pela cidade, pagando uma passagem caríssima, isso já se configura em uma violência a um direito que é me dado, que é o direito à cidade. Se eu não consigo ter um julgamento digno por aquilo que eu cometi de errado na sociedade, isso se configura em uma violência por não ter acesso à justiça digna. Se eu, enquanto adolescente, não consigo cumprir, de acordo com o que está previsto na lei, tudo o que eu tenho que cumprir... Se realmente eu matei, se eu roubei, eu tenho que cumprir, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas previstas, inclusive de internação. Se o Estado não garante uma condição favorável para que eu possa cumprir essa medida socioeducativa, isso acaba sendo uma violação de direitos.

Toda ação, seja institucional, policial, de reprimenda... É interessante perceber que o Major falou que a polícia realiza um combate. Eu sou jornalista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Existe um campo da comunicação chamado Semiótica, que eu gosto de dizer que é o estudo das entrelinhas. Quando você usa algumas palavras, você quer dizer algumas coisas, e, quando você as omite, você quer dizer outras. Dizer que é um combate é justamente pensar que existe um inimigo que tem que ser abatido.

Nós, jovens negros, não somos inimigos que temos que ser abatidos. Pelo contrário, a gente quer justamente viver e construir políticas juntos, lado a lado, de mãos dadas, no sentido de pensar a sociedade fora desse racismo institucional, fora de todas as condições adversas que a juventude negra enfrenta, e que vai, sim, se fortalecer e vai se estremecer cada vez mais se a redução da maioria penal for aprovada no Congresso.

Estamos falando de Minas Gerais, um Estado no qual a letalidade, de 2001 a 2011, segundo o mapa da violência de 2013, aumentou 80% entre os jovens, e jovens negros. E aí a gente pergunta: o que se pode tirar de experiência disso?

O Fórum das Juventudes teve uma experiência muito exitosa em Santa Luzia, que é um dos Municípios mais atingidos e é um dos Municípios onde mais se mata jovens negros, que foi um evento chamado "*Juventude oKupa a Cidade*", no qual ressignificamos um lugar considerado o Texas, que é a Praça da Savassi, no bairro



Palmital. Conseguimos realizar um evento que conseguiu ressignificar aquele espaço.

Então, para além de pensar numa política de combate, para além de pensar numa política de “*Vamos abater um inimigo*”, vamos pensar numa política que possa incluir, numa política que possa trazer você, eu, todas as pessoas negras, pretos e pretas que estão aqui, para poder pensar nisso.

Gostaria de convidar todas e todos que têm esse interesse. Nós temos uma plataforma política que elenca todos esses pontos, e o extermínio da juventude negra, o genocídio da juventude negra é o guarda-chuva central que acaba culminando nessas diversas violações que acontecem. Por quê? Se eu não tenho condições de poder frequentar uma escola digna, se eu não tenho condições de poder ter uma mobilidade digna na minha cidade, o que eu vou fazer? Vou ficar enclausurado na minha quebrada? Posso até ficar, mas como a gente vive num mundo capitalista, e o capitalismo é cruel, a gente não vai querer viver pouco como um Zé, mas vai querer viver muito como um rei.

Concluindo, foi muito bom o Adelmo Carneiro Leão ter trazido aqui o exemplo de Jesus Cristo, pensando nessa pauta dos 87% que estão a favor e 13% contra, porque fetiche de *playboy* é colar com Barrabás, e não é Barrabás que a gente quer pensar na política pública para os nossos jovens, para as nossas jovens. E vamos pensar, sim, que temos que ter orçamento, temos que ter rubrica para enfrentar o extermínio, o genocídio da juventude negra em nosso País, em nosso Estado, em nosso Município.

Muito obrigado. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Bruno Vieira, do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual Jean Freire. Muito obrigado pela presença, pela participação e pela contribuição no tema. Também registro a presença da Deputada Marília Campos. Obrigado, Marília, pela presença e pela participação. Também vamos estar em Contagem fazendo audiência pública, a pedido de V.Exa.

Quero passar a palavra para o nosso Presidente da CUFA Minas, futuro Presidente da CUFA Nacional, Central Única das Favelas, Francis Henrique.



O SR. FRANCISLEI HENRIQUE SANTOS - Boa tarde a todos. Eu vou procurar ser bem sucinto aqui, porque já tivemos várias contribuições verdadeiras, francas, e outras virão também após a minha participação aqui.

Queria, antes de qualquer coisa, agradecer ao Presidente da CPI pela iniciativa e pela responsabilidade de fazer com que o Estado cumpra o seu papel de fato de promover uma discussão sobre números e dados que estão colocados aí há décadas. Poucos tiveram a coragem de trazer isso como uma discussão pública, principalmente levando para um território que é bastante mistificado, como as favelas do Brasil inteiro, mas, sobretudo, a de Belo Horizonte aqui também, no Alto Vera Cruz, na manhã dessa segunda.

Eu acho que é bastante importante a gente iniciar esse debate ou prosseguir nesse debate pregando “não” ao ódio sobre qualquer caminho que seja. Quando a gente vem trazer algumas questões que fazem parte ou que são indiferentes, é importante a gente dizer que isso faz parte do processo de debate e que a gente precisa avançar cada vez mais.

Falar sobre o genocídio da juventude negra é importante, necessário e fundamental, assim como também é importante a gente não se furtar ao debate de que o Estado é quem mais promove esse genocídio, e que a Polícia Militar e a Polícia Civil, sendo braços do Estado, têm uma ação de fato, mas, na minha perspectiva, não são os responsáveis literais por isso.

Por quê? Se todos aqui concordam de que a educação é a saída para esse processo, para esse caos social em que a gente vive, a gente tem que ver que o próprio Estado também promove um processo de formação dos policiais que é equivocado e que deveria estar muito distante do ano que a gente vive hoje, quando os testes de sobrevivência continuam sendo simulados através de campos e matas e os testes de tiros e de situação de risco continuam sendo simulados com barracos como os barracos de favelas. Então, se há um problema de formação, a consequência também aparece em vários outros momentos, em dados estarrecedores.

Mais do que discutir quem é o braço que promove alguma dessas ações é preciso discutir qual é o papel do Estado de fato, quando a gente encontra dados que mostram que, em 2013, foram mais de 56 mil assassinatos. E, recentemente,



também outros números trouxeram à tona que em somente 8% desses assassinatos chegam ao autor de fato.

Então, isso tem que nos levar a uma reflexão de que é mais do que fundamental que tenhamos uma polícia também com poder de investigação, preparada de fato para poder fazer a investigação correta e fazer com que a lei se cumpra de fato, porque se você não tem quem é o verdadeiro autor do ato, se você não consegue ter uma reflexão do que o levou a cometer determinado ato, o que nada justifica, mas é importante a gente entender isso, porque não é um ou dois, mas são 56 mil assassinatos!

Quando um copiloto derruba um avião e todo mundo vai procurar quais são as razões ou o que o motivou a isso, e descobre-se que o copiloto tinha problemas de depressão e alguns problemas de relacionamento, isso é necessário para poder entender e não deixar que aquilo aconteça mais.

E o que vem acontecendo é que, desses 56 mil assassinatos, a grande maioria deles é entendida pelo Estado e pela sociedade, de maneira geral, como feitos e promovidos pelo tráfico de drogas.

Assim como o Deputado Estadual Edson disse que esta CPI é importante, desde que seja imparcial, é importante também a averiguação desses assassinatos de uma maneira imparcial. Se a gente parte do pressuposto de que o jovem negro, de favela, que sofre violência que não necessariamente acaba como violência letal, tem envolvimento com o tráfico de drogas, isso por si só já está justificado pela sociedade e pelas autoridades. Mas isso não é o suficiente para poder dar uma resposta necessária, como tem que ser.

Eu gostaria de fazer uma proposta a esta CPI, embora eu não saiba se é constitucional, Deputado, mas que, a exemplo do que acontece de uma forma normal, com qualquer entidade, onde qualquer pessoa que assina convênio ou que gesta recursos públicos, recurso financeiro, se essa pessoa não presta conta adequadamente ela pode ser criminalizada e até responder por esses atos, então, eu gostaria de fazer a sugestão de que qualquer gestor público, principalmente nessa área de segurança, qualquer Secretário de Segurança, qualquer Ministro, ao se dispor a assumir determinada cadeira, ao receber suas metas, que ele tenha que cumpri-las sim. E, caso essas metas não sejam cumpridas, ele tem que ser



criminalizado, penalizado e tem que ser preso, porque 56 mil mortes por ano não são qualquer coisa. A gente está falando não só de números, a gente está falando de vidas! E não podemos manter um estereótipo do jovem negro, morador de favela ou de um território de favela, como sendo o causador e como sendo o que justifica toda essa criminalidade.

Então, acredito que os números demonstram que o genocídio existe, que 56 mil mortes são mais do que ocorre em qualquer guerra estabelecida no País, há décadas, no mundo, há décadas, e isso tem que ser tratado com a devida seriedade.

Eu espero que esta CPI termine da mesma maneira que começou, de uma maneira séria, como tem que ser. E a seriedade, para mim, é não só estabelecer metas ou prospecção, mas também entender e responsabilizar as pessoas que estão em locais estratégicos, exatamente para evitar que esse tipo de genocídio aconteça.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Francis. Quero agradecer à organização do movimento Amor ao Alto Vera Cruz, que ajudou a CPI a estar lá presente, e também fazendo um contraponto muito importante, declarando amor ao seu território, ao seu bairro, à comunidade e buscando dar visibilidade às pessoas que moram nessa comunidade.

Então, quero aqui agradecer e também pedir desculpas, porque, na convocatória que nós fizemos à diligência, veio uma estatística que eu acho que deve ser abolida, ao afirmar que uma comunidade é mais violenta do que a outra.

Na minha concepção, as comunidades periféricas são territórios dos grandes trabalhadores brasileiros, das pessoas que constroem este País. As periferias são muito distintas e, na ampla maioria, são de pessoas de bem, pessoas que trabalham. Às vezes a abordagem da segurança pública é que é preconceituosa em relação a essas comunidades.

Então, quero aqui pedir desculpas e dizer que a convocatória para a nossa diligência ao morro deveria ter sido em referência — e era isso que a gente tinha combinado, não é, Kerison e Flávio Renegado? — ao movimento de declaração de amor ao seu território.



Obrigado, Francis. (*Palmas.*)

Quero passar a palavra para Larissa Borges, que coordena, pela SEPPIR, o acompanhamento do Programa Juventude Viva, que agora está sendo redesenhado, na sua segunda fase. Nós queremos trazer todas as suas metas para o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio, nas ações preventivas, para virar uma política de Estado brasileira, e não apenas do nosso Governo, Governo Dilma.

A SRA. LARISSA AMORIM BORGES - Com certeza!

Boa tarde a todas, boa tarde a todos! Com a licença e a bênção dos ancestrais, eu peço licença para usar a palavra nesta Casa, saudando a memória da D. Valdete, nossa companheira do Alto Vera Cruz, que tem inspirado a nossa luta (*palmas*) e também a memória da D. Isabel, do Congado, que nos deixou recentemente. E em nome das mães que perderam seus filhos para a violência, eu saúdo a Mesa, saúdo todos os presentes.

Trago a todos aqui um abraço da nossa Ministra Nilma Lino Gomes, que tem se dedicado muito ao acompanhamento desta pauta e tem estabelecido como prioridade a defesa da vida da juventude negra.

Uma CPI sobre a violência contra a juventude negra e pobre é uma iniciativa que merece ser reverenciada, que merece ser reconhecida como um trabalho fundamental para o desenvolvimento e para a democracia no País. Nesse sentido, eu saúdo o nosso Deputado Reginaldo Lopes e a nossa Deputada Rosangela Gomes, que têm, de forma bastante aguerrida, defendido a nossa pauta no Congresso, apesar do cenário tão desafiador que aquela Casa nos apresenta.

Em nome da SEPPIR, eu gostaria de apresentar algumas perspectivas que nós temos pensado. O racismo, de fato, é um estruturante das desigualdades brasileiras. Ele não estrutura só a violência, ele estrutura todas as desigualdades e todas as relações de poder no Brasil. Por isso, ele deve ter centralidade em todas as políticas públicas que se propõem universais.

Uma política pública só é universal se ela atende a toda a população. E, para atender a população negra, que é 52,9% da população brasileira e 58% da população jovem brasileira, a gente precisa centralizar a perspectiva racial em todas as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no Governo.



O Plano Juventude Viva foi uma iniciativa bastante exitosa, se nós considerarmos que, com uma equipe de menos de 20 pessoas, desenvolveu atividades em mais de 150 Municípios. Foram mais de 1.500 atividades realizadas entre reuniões, conferências, rodas de conversa, debates, audiências públicas, atividades com as comunidades. Então, o Plano Juventude Viva, mesmo sem ter um orçamento específico, convocou toda a sociedade, junto com a sociedade civil, que já vinha fazendo essa convocação, para compreender a urgência e a necessidade de se fazer o enfrentamento da violência que atinge a juventude negra.

Nesse percurso de 2011 até aqui, o Plano Juventude Viva percorreu vários Estados, conversou com várias comunidades e ouviu várias pessoas, principalmente as mães. E eu acho que são as pessoas que a gente mais precisa ouvir neste momento. E a gente precisa desenvolver alguma política direcionada para elas.

O Plano Juventude Viva tem ouvido este clamor de que o que acontece no Brasil é uma situação de genocídio. E quando a sociedade civil vem nos dizer isso, ela vem nos dizer isso pautada na seguinte perspectiva: o requinte de violência e crueldade e a quantidade de mortes que acontecem no dia a dia das nossas comunidades são semelhantes aos de contextos de guerra.

No caso específico das mulheres, nós temos um processo de violência física, simbólica e sexual que deve ser olhado com bastante atenção. Além de o Brasil ser um dos países que comete mais homicídios no mundo, é um dos países onde há um número alarmante de estupros. O número de estupros no Brasil hoje passa de 50 mil por ano.

Nesse sentido, além de olhar a morte a bala, há também, no caso, um ponto importante: os nossos jovens não estão sendo assassinados, estão sendo exterminados. Geralmente, essas mortes não são ocasionada por um tiro, mas por três tiros, cinco tiros, precedidos por um processo de extrema violência. Então, é importante que a gente perceba o requinte de crueldade e a complexidade dessa violência que a sociedade civil tem apontado e desenvolva ações específicas nesse sentido.

Considerando todo esse percurso, a produção de dados que o Plano Juventude Viva conseguiu desenvolver e a mobilização tanto dentro quanto fora da gestão pública que o Plano Juventude Viva conseguiu impulsionar, nós



consideramos, sim, que o Plano Juventude Viva é uma vitória e que precisam ser aportados orçamento e condições para o seu desenvolvimento, considerando que é uma coordenação feita entre a SEPPIR e a SNJ — Secretaria Nacional de Juventude. Essas duas secretarias precisam continuar à frente desse Plano Juventude Viva para que, ao lado de uma política de redução de homicídios, possam trabalhar a perspectiva da prevenção à violência, com a centralidade na perspectiva racial, e a perspectiva do novo conceito, do novo paradigma de segurança pública.

Hoje, no Brasil, a cada dois dias um policial é assassinado. A cada dia, seis pessoas da sociedade civil são assassinadas por policiais. A cada 20 minutos, um jovem negro é assassinado. Esses dados dão para a gente a dimensão de que os jovens são as principais vítimas dessa violência e que a redução da maioria penal só vai possibilitar o aceleramento dessas mortes.

Por isso, é tão importante pensarmos possibilidades de fortalecimento do ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, de implementação adequada do SINASE e de aprimoramento de políticas como o Plano Juventude Viva, para o qual deve ser aportado orçamento e também constituída uma perspectiva de legislação que embase a continuidade à existência desse programa.

Para finalizar, eu queria dizer que a principal vitória do Plano Juventude Viva nesse período todo foi que, mesmo sem ter orçamento, conseguiu mobilizar gestores e sociedade civil para trabalharmos juntos. Todos precisamos trabalhar juntos no enfrentamento à violência contra a juventude negra. Esse não é um problema só da população negra: é um problema do Brasil e precisa ser enfrentado por todos. A educação, a cultura, o esporte, as políticas para as mulheres são fundamentais enquanto elementos que podem garantir a vida e a dignidade dessa juventude.

Nesse sentido, eu agradeço a possibilidade do diálogo. Quero ressaltar políticas como as que temos em Belo Horizonte: o Projeto JAE e o Projeto Jovens Vivos na EJA, que são projetos que, via PROEXT, fazem parte do Plano Juventude Viva, estão desenvolvendo suas atividades com grande êxito no Município.

Eu quero conclamar a todos e a todas para que juntos com a SEPPIR e com esta CPI possamos colaborar para que a gente avance no enfrentamento à violência contra a juventude negra. Estamos desenhando uma nova fase do Plano Juventude



Viva para a qual esperamos ter recursos e esperamos ter condições melhores de desenvolver esse projeto, porque tem sido demandado, e não só dos 142 Municípios com os quais o Governo Federal assumiu compromisso: há vários Municípios no Brasil que autonomamente têm desenvolvido as ações propostas pelo Plano Juventude Viva.

Nesse sentido, quero agradecer essa possibilidade de diálogo e convidar todos para que a gente reúna mais esforços ainda para enfrentar essa violência e impedir a redução da maioria penal, que, se ocorrer, será o maior retrocesso da história do Brasil no seu período democrático. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Larissa. A CPI já reconheceu que o Juventude Viva, do ponto de vista dos estudos e das estatísticas, através do mapa da violência, do mapa de encarceramento e também dos crimes cometidos por armas de fogo no Brasil, tem ajudado a pautar o extermínio da juventude negra no País. Portanto, eu acho que esses três documentos do Plano Juventude Viva têm contribuído muito para o debate. Portanto, quero agradecer.

Quero passar a palavra para a Dra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, que está representando a nossa Dra. Christiane Neves, que representa a Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais.

A SRA. ANA CLÁUDIA DA SILVA ALEXANDRE - Boa noite, Deputado Reginaldo Lopes, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa!

Boa a todos e a todas aqui presentes!

Eu vou pedir licença para falar aqui da Mesa. Estou quebrando um pouco o protocolo no uso da tribuna, porque acho que as falas anteriores já contemplaram muito esta temática tão relevante que hoje estamos aqui discutindo. Tentarei ser breve.

Vou ler — retirei da Internet — a narrativa de um fato corriqueiro:

“Domingo, 27 de outubro de 2014. Dois adolescentes caminham nas ruas pobres de Vila Medeiros, Zona Norte de São Paulo. Douglas, 17 anos, estudante do ensino médio, chapeiro em uma lanchonete, e seu irmão de 13 anos. Um carro de polícia se aproxima.



Veio para investigar uma denúncia de ‘perturbação de sossego’ pelo som alto de um carro.

Sem que fosse feita qualquer pergunta, o policial disparou no peito de Douglas. O garoto ainda perguntou antes de morrer: ‘Por que o senhor atirou em mim?’”

Eu tenho certeza de que, se estamos discutindo genocídio da juventude negra, é porque precisamos encarar esses fatos corriqueiros como crimes que devem ser coibidos pelo Estado brasileiro. Com certeza, como disse a Secretária Macaé, Educação é estratégia. Políticas sociais de acesso são necessárias, mas é necessário que as políticas públicas de segurança pública sejam igualitárias, e não apenas voltadas para a defesa das elites, seus patrimônios e seus interesses.

Não tem como falar sobre um assunto dessa natureza... E nós, defensores públicos, defensoras e defensores públicos, convivemos diariamente com oitivas como a da Maria Tereza, do grupo de familiares e amigos de presos, famílias desses jovens negros. Muitas vezes são assassinados ou violentados de alguma forma e têm seu sofrimento no dia a dia levado a uma instituição que também, não por acaso, ainda é muito esfacelada e não tem condições de fazer frente a um sistema de justiça que mantém essa situação de injustiça e de omissão estatal, na medida em que a gente está falando de crimes que não são investigados nem denunciados por esse Estado, que tem essa missão de garantir a segurança pública de todos e todas.

Então, algumas coisas têm que ser colocados da forma como exatamente são. Enfrentar este problema é enfrentar, sim, a melhoria do acesso das pessoas, de uma forma geral, a políticas sociais. Mas nós temos também que considerar que essa opção, essa escolha por não apurar os crimes contra jovens negros, não denunciar, não tratá-los como crime, esta é uma opção que a gente chama de racismo institucional. É necessário dizer isso e também encarar isso como um desafio.

A gente tem acompanhado um novo rumo, acredito, de política estadual, que vem com uma Secretaria de Direitos Humanos que, a gente acredita, está também afinada e disposta a enfrentar esse desafio. Vir falar numa mesa, numa reunião em que já está instaurada na Câmara Federal a CPI, para não só dar conhecimento e



dar publicidade a números realmente tão importantes e lamentáveis de violência contra a juventude negra, vem ao encontro dessa nossa esperança: que esse desafio possa realmente encontrar guarida nos rumos que, estamos acreditando, venham a modificar a política de segurança pública no nosso Estado de Minas Gerais e no Estado brasileiro.

É um desafio, mas acreditamos que essa realidade pode ser transformada. E, para transformá-la, é necessário que essa situação seja, antes de mais nada, encarada como uma violência que permeia, até hoje, toda a construção institucional que a gente tem, como uma realidade que acaba sendo banalizada, a desses crimes. A preservação de direitos, o acesso a políticas públicas, especialmente à segurança pública, serão fortalecidos, acreditamos, ao encararmos esse desafio; e também com o fortalecimento da Defensoria Pública.

Aguardamos, Srs. Deputados, que esse trabalho desta CPI contribua para diminuir o racismo institucional. Oxalá, algum dia este possa deixar de ser uma política de Estado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dra. Ana Cláudia.

Quero registrar a presença do Prefeito Vitor Donizetti Siqueira, de Santana da Vargem. Obrigado pela presença.

Quero passar a palavra para o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sr. Kerison dos Santos.

O SR. KERISON ARNÓBIO LOPES SANTOS - Boa noite a todos e a todas! Quero agradecer muito o convite ao sindicato para que pudesse também se posicionar nesta que eu considero — outros já disseram isto, mas vale a pena ressaltar — uma das CPIs mais importantes que já existiram no País. E não tenho dúvida nenhuma de que, das que estão no Congresso Nacional atualmente, é a mais importante.

E deveria ter a atenção da mídia, como outras têm. Deveria ter a atenção dos grupos políticos e, principalmente, deveria ter a atenção dos Congressistas, para se envolverem e resolverem este que talvez seja um dos maiores problemas da sociedade brasileira hoje, porque uma parte da população está sendo exterminada.



Existe um genocídio no País, que infelizmente está sendo cada vez mais banalizado. Pela importância desta CPI, acho que tem que se elogiar a atitude do Deputado Reginaldo Lopes, que foi um dos proponentes, a dos outros componentes da CPI que aqui estão e a do Congresso, por ter tomado essa iniciativa, porque o maior problema é a banalização. O que nós estamos enfrentando aqui é justamente isso.

Há uma frase em um poema de Carlos Drummond de Andrade que diz: “*Eu não sou as coisas e me revolto*”. A gente não pode deixar de se indignar com os números que são colocados. Já foram citados aqui, mas nós nunca podemos esquecer-los, porque os números são muito claros. Já evidenciam a necessidade de se tratar a fundo esse problema. Só para citar um deles — talvez não tenha sido citado ainda —, em 2010, em Belo Horizonte, 653 negros foram assassinados, em contraponto a 189 brancos. Então, está evidenciada, através dos números, a necessidade de tratar e enfrentar esse problema. Nós estamos lutando aqui é contra a banalização.

Como representante do Sindicato dos Jornalistas, até para não ser repetitivo aqui, porque já foram inúmeras falas, eu queria me concentrar no aspecto da comunicação.

Foi muito importante a fala do Bruno, que também é jornalista, do Fórum da Juventude. Ele lembrou um caso aqui superinteressante. Ele tratou do caso do ciclista, médico rico de classe média, um ciclista do Rio de Janeiro que foi assassinado por um jovem que roubou sua bicicleta. Em função disso, assassinou-o. Virou uma comoção nacional. A mídia pautou. Aí vai para o *Jornal Nacional*, 10 minutos. Aí tem uma cobertura enorme. Mas teve um jornal do Rio de Janeiro que tratou muito corretamente o caso. E foi tão inusitado, que virou até — talvez vocês até já tenham acompanhando nas redes sociais — capa do jornal *Extra*, do dia 21 do mês passado, que tinha simplesmente duas fotos. O jornal colocou o seguinte: “*Crime bárbaro na Lagoa choca o Rio*”. E vem a foto do ciclista assassinado. Mas logo embaixo coloca: “*Só não se esqueçam de Gilson e Wanderson*”, que são dois jovens negros assassinados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro no mesmo dia. (Palmas.)



É claro que não é tratado como assassinato, porque, quando é a polícia que mata, aí os termos são outros. Como o próprio Bruno falou também, há as semióticas, as entrelinhas. Quando é a polícia que mata, são jovens que morreram durante uma ação policial; mas, quando é o contrário, são assassinatos.

Essa foi uma capa superelogiada do jornal *Extra*. Mas por que ela foi inusitada? Porque isso não é o comum. A imprensa também banaliza os crimes contra os negros. Tratam como habitual, não é notícia. É notícia quando o jovem branco é assassinado, quando o jovem é de classe média ou é contra algum... Aí é capa de jornal. Cria-se uma comoção, e imediatamente os programas policiaiscos já estão defendendo a redução da maioridade penal, a prisão de jovens, a prisão de negros, porque a mídia também reflete esse preconceito que a sociedade tem.

Então, eu acho que esta CPI é superimportante para também despertar uma cobrança que nós devemos ter. E eu, como Presidente do Sindicato dos Jornalistas, digo que isso não é uma ação dos jornalistas, isso é ação dos donos dos jornais. Eles é que impõem a editoração de qualquer publicação. Mas eles é que tratam dessa forma. O jovem negro hoje, infelizmente, o jovem assassinado negro não é notícia. Por quê? Porque é habitual.

E nós não podemos tratar isso como... Nós não podemos nos acomodar. Nós temos que denunciar. A cada jovem negro que é assassinado, devemos cobrar a apuração dos criminosos. Por exemplo, por que ficou famoso o caso Amarildo? Por que hoje há uma repercussão nacional e até internacional? Porque, de repente, os movimentos do Rio lançaram a campanha seguinte: não pode continuar isso! Some um negro, e ninguém fala nada! Sumiu mais um, entra para a estatística. E foi mais um caso de ação policial, que lá está sendo apurado, mas evidencia que foi mais um caso de assassinato pela Polícia Militar.

Sei que tem policiais militares aqui. Sei, respeito a opinião do Deputado Delegado Edson Moreira, que falou aqui — é um delegado da Polícia Civil —, mas eu acho que a própria Polícia Civil e que a própria Polícia Militar deveriam se preocupar em apurar os casos em que há assassinato cometido por esses agentes da lei, para inclusive preservarem a imagem das suas corporações. Porque, infelizmente, a marca que fica é que no Brasil a polícia mata, e mata jovem, e mata negro, indiscriminadamente. Então, deveriam se preocupar em tirar — usando o



termo — as maçãs podres, para preservar a imagem dessas instituições. Porque, se a gente perde a credibilidade nas instituições que têm o dever de cuidar da segurança do País, o que nós estamos perdendo é a credibilidade no Estado de Direito. Não podem os que moram nas favelas do País terem mais medo da polícia do que medo de bandido! E é esse o clima de qualquer um que vai. É isso que não pode acontecer. Acho que nós devemos nos indignar cada vez mais.

Eu queria só tratar de um assunto aqui que diz respeito... O Delegado Deputado Edson disse que policial não se levanta de casa para assassinar, não faz isso; mas existem muitos casos desses. Eu queria citar um caso. Estive em Ipatinga, duas semanas atrás, fazendo um documentário inclusive sobre um caso que aconteceu exatamente dois anos atrás, em 2013, quando foram assassinados dois jornalistas em Ipatinga: o Rodrigo Neto e o Walgney Carvalho. Um foi assassinado no dia 8 de março de 2013 e o outro, assassinado exatamente 37 dias pelo mesmo autor. E lá foi um policial civil que assassinou os dois jornalistas.

Felizmente, um está preso. O outro, que não é policial civil, está preso numa unidade prisional para ex-policiais. Então, dois estão presos. Não prenderam os outros envolvidos, ainda, mas está em apuração. Mas só foram presos porque houve uma comoção, houve uma força-tarefa que foi enviada lá para a região. Eu estive lá.

O que me deixa indignado é o seguinte: o Rodrigo Neto foi assassinado — eu só estou dizendo isso porque tem uns casos em que a imprensa não cumpre papel, mas tem casos, e muitos, em que a imprensa cumpre o papel de denunciar e de cobrar apurações —, o Rodrigo Neto foi assassinado porque estava denunciando duas chacinas de jovens adolescentes na região do Vale do Aço que haviam acontecido naquele ano de 2013, chacinas de jovens: uma foi em Belo Oriente e a outra foi na região. Ele denunciou, cobrou. Ele estava indignado com o que vinha acontecendo e foi assassinado por isso.

Felizmente, agora já houve até a condenação e dois já estão presos, mas as denúncias foram caladas junto com a voz — que foi calada — do Rodrigo Neto. As chacinas que aconteceram naquela região não foram apuradas, e não foram presos os que cometeram aquilo ali, o que demonstra que são dois pesos e duas medidas. As chacinas de jovens no País não são apuradas, e não há presos.



Então, é uma necessidade, é um compromisso que nós temos que ter com a história do nosso País, a partir desta CPI. Eu acho que é uma das CPIs mais importantes, para tratar este que é um problema fundamental do nosso País.

Eu espero que algumas medidas saiam disso. Defendo que se trate deste assunto da desmilitarização da Polícia Militar. Tem que ser desmilitarizada. A polícia não tem que ser tratada e criada para ser uma polícia que mata. Tem que se combater, com muita força — e acho que nós devemos nos unificar, com força, os movimentos sociais contra isto —, a redução da maioridade penal, porque a opção que eles estão dando para o jovem negro é esta: ou você é assassinado, ou você vai estar preso. É isso que eles estão querendo fazer com a redução da maioridade penal. Então, nós devemos ser firmes nisso.

Eu acho que esta CPI é muito importante, porque está trazendo este tema para o debate e está trazendo à luz do dia este tema que é fundamental. E, principalmente, tem ações. Que daqui para frente a gente não traga essa triste estatística, esse triste caso: o de o Brasil ser um país que mata a sua juventude, que assassina os jovens negros do País.

Falei do Drummond, mas há uma frase de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, que, eu acho, é um sonho de todo dia: haverá um dia em que não se vai usar mais matar gente. Eu acho que esse é o dia que a gente espera, e a gente trabalha por isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Kerison.

Informo que a CPI convidou, mas pode transformar o convite em convocatória, os chefes das principais emissoras do Brasil, justamente para explicarem por que a abordagem nas televisões sempre são negativas em relação aos negros. Nós estamos convidando os chefes responsáveis pelos principais jornais no Brasil e nas TVs abertas.

Também estamos convidando — estamos convidando, mas vamos convocar, se for necessário — os presidentes de entidades no campo da comunicação no Brasil, porque também o que se tem é 53% da população negra e não se prioriza a identidade dos negros nas propagandas. Então, nós também queremos convocá-los



para falar à CPI tanto sobre a lógica da política de comunicação quanto sobre a lógica dos chefes dos principais jornais de TVs abertas do Brasil.

Quero passar a palavra ao nosso convidado Sr. William dos Santos, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. WILLIAM DOS SANTOS - Boa tarde a todos e a todas! Vou pedir licença para falar daqui mesmo, por agilidade, pois sei que o tempo está curto e até porque nós temos que priorizar — não é, Deputado Reginaldo Lopes? — algumas pessoas que estão inscritas.

Eu agradeço. Acho que é muito oportuna e foi muito feliz, Deputado Reginaldo, esta CPI aqui em Minas Gerais, até porque nós temos alguns casos — eu já tinha adiantado isto para o Deputado Cristiano — e algumas coisas que a gente acompanha junto com o Ministério Público — a Dra. Nívia está aqui ao lado — e com a própria Secretaria que o Nilmário dirige hoje. Então, a gente faz o compartilhamento de alguns casos, até porque a sociedade quer explicação.

Eu queria ser rápido e breve e falar o seguinte: hoje, aqui em Minas, são mais de 65 mil detentos; no Brasil, 650 mil detentos. Quer dizer, estamos no limite, isso no Brasil todo.

Eu estive no Pará, há duas semanas, na Conferência Internacional da OAB. Antes, 10 dias antes, já tínhamos notícias, pela Comissão Nacional de Assuntos Penitenciários da OAB Nacional, da situação de caos. E chegando a Belém do Pará, assustei-me com a notícia. O que foi noticiado 10 dias antes, no dia da conferência, foi a semana do ápice da violência, inclusive da estrutura penitenciária.

E a gente, trazendo isso para cá, na orla daquilo que a maioria da população está defendendo com relação, por exemplo, à questão da maioria, a gente fica preocupado, porque, se o sistema hoje só pune e não há um processo de ressocialização daqueles que estão lá, imaginem se colocarem inclusive os menores? Então, nós fazemos coro com aqueles que são contra essa emenda constitucional da maioria penal. E acho que não podia ser diferente.

Inclusive, o Márcio colocou um negócio interessante aqui: eu acho que a pauta que está no Congresso Nacional, que é toda conservadora — é uma pauta conservadora —, se você colocá-la à opinião pública hoje, ela passa. Então, fica muito fácil se fazer essa defesa.



Aí tem um negócio interessante. Eu acho que o Márcio trouxe para cá um negócio interessante — e é bom ressaltar, Márcio —, que é o seguinte: se se colocar para a população a sugestão para se fechar Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e também a Câmara Federal e o Senado, o Congresso Nacional, também passa! Isso passa! Agora, não é isso que nós estamos defendendo, não. Eu acho que tem que ter debate. *(Palmas.)*

Eu acho que nós não temos que precipitar, por exemplo, situações. E devemos respeitar o contraditório, por exemplo, por que há posições diferentes, mas não podemos também deixar de mostrar à população, onde quer que a gente vá, as consequências disso. Isso é um retrocesso!

Eu venho inclusive repetindo aqui que eu recebi um documento — e há alguém o assinando aí — em que se quer aos 14 anos. Daqui a pouco também vão falar em pena de morte!

Está aqui o nosso amigo Deputado Luiz Couto, o nosso padre, que a gente conhece há muito tempo. Eu acho que é boa a presença dele.

Bem-vindo a Minas, Padre!

O Padre Luiz Couto é um grande lutador, lá do Nordeste, a favor das causas populares. *(Palmas.)* Tem sido ameaçado de morte há muito tempo! A gente acompanha o trabalho dele, inclusive.

Então, eu acho que a situação é esta. Se é uma situação que é desenhada no País e cuja solução depende de uma sistemática muito mais do Governo, das entidades e de tudo o mais, é uma preocupação a questão da minoridade.

Enfim, só para ter agilidade, Deputado Reginaldo Lopes, eu queria só passar alguns casos aqui. Eu trouxe três, mas há um, particularmente: está inscrita a Maria do Carmo, que vai falar sobre a questão do filho dela, o Thiago. Eu já pedi licença a ela. Tenho todos os documentos aqui, que já quero, de vez, entregar para a Relatora e para o Presidente, para os membros da Comissão: à Deputada Rosângela e ao próprio Deputado Reginaldo, Presidente da Comissão. Quero entregar esses documentos. Eu acho que é importante esse caso do Thiago, que vai ser relatado aqui pela mãe dele.

Já se falou, cedo, do Alto Vera Cruz. É uma situação colocada aqui, que, na verdade, foi uma morte dentro do cárcere. Houve inclusive dentro do Instituto de



Criminalística falha. Eu tenho que colocar isso aqui! Não foi autoextermínio, como colocado — até porque nós temos outros dois casos, desde o ano passado, dois casos de mortes, especialmente dentro do SERES, que nós denunciemos. Então, só para tornar aqui público que já tenho esse documento.

O outro, só para ilustrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir.

O SR. WILLIAM DOS SANTOS - Só para concluir, e serei rápido, há o caso do Paulo César, que, parece-me, está aqui também. Ele vai fazer a explanação do caso dele. Nós inclusive mandamos para a Corregedoria e Ouvidoria de Polícia também este caso. Inclusive, ele é filho do Biel, que você conhece muito bem.

O último caso, que é um caso exemplar, é o do Mateus de Souza Lopes, desaparecido desde 2012, em Belo Horizonte, morador da Pedreira Padre Lopes. Iamos trazer a mãe dele, com toda a insistência, mas ela está com medo, como toda a comunidade. Estivemos na comunidade, e lá tem o seguinte: uma repressão silenciosa por parte da Polícia Militar. É o que mais nos assusta.

E também há um dossiê, que nós vamos tirar cópia e entregar ao Deputado Cristiano, para chegar também à CPI. É um caso que merece atenção, porque, além de ser jovem, é negro e sumiu nas dependências, nas mãos da Polícia Militar, e até hoje não foi esclarecido. E eu vou falar aqui, com todo o trabalho que a Polícia Civil teve — e aí a gente tem que reconhecer —, com todo o trabalho que a Polícia Civil teve, até hoje não se sabe o destino disso. Mas a gente sabe o que está por trás disso. E eu não tenho medo aqui de falar, não!

Mas a mãe tem que ser ouvida, os familiares têm que ser ouvidos. Fizemos uma andança lá, inclusive com a população, e fomos abordados, na época — aliás, o ano passado —, pelo Coronel da Polícia Militar e vimos que era mais um motivo de repressão de que alguma coisa de esclarecimentos. Até porque o silêncio da comunidade sobre esse caso é um negócio que assusta. Então, eu acho que a CPI tem que tomar conta disso também. É o que a gente já pede aqui, por todo o trabalho que o Deputado Reginaldo tem. E acho que há mais este.

Mas não é à toa que foi o Deputado mais votado de Minas Gerais. Eu acho que está de parabéns a Comissão aqui.



Quero agradecer a vocês. A Comissão de Direitos Humanos da OAB está à disposição. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero passar a palavra ao Pedro Henrique Afonso, estudante da Universidade Estadual de Minas Gerais.

O SR. PEDRO HENRIQUE AFONSO - Boa noite a todos! Boa noite à Mesa!

Quero agradecer a oportunidade de estar sendo ouvido pela Comissão, por esta CPI que foi instaurada para apurar este genocídio da população negra. Quero agradecer também à Comissão de Direitos Humanos, que me abrigou, diante do fato que aconteceu comigo; agradecer à Universidade — UEMG; à Prof. Carlúcia, que está aqui presente, e agradecer por todo o amparo que a Universidade me trouxe. Eu quero relatar brevemente um fato que aconteceu comigo, não como mais uma denúncia, mas também como denúncia.

No dia 30 de março, por volta das 19 horas, quando eu chegava à faculdade, uma faculdade de políticas públicas, por sinal, ao parar o meu carro — eu o estava trancando —, fui verificar se o carro estava trancado ou não e dois agentes de segurança pública da Polícia Militar pararam alguns metros à frente questionando-me o que eu fazia ali. E ao responder que eu era trabalhador, que eu estava parando o meu carro, eu fui impedido de qualquer outro tipo de argumentação, fui agredido verbalmente, sendo chamado de vagabundo, e fui colocado em posição de parada. Pediram-me para colocar a mão na cabeça, e eu atendi àquele comando daqueles dois agentes, que estavam extremamente alterados. Fiz a parada com a mão na cabeça, fui agredido verbalmente como vagabundo e, ao mencionar que eles não estavam reconhecendo os meus direitos, que eu precisava... que aquilo ali, que aquela ação não estava reconhecendo os meus direitos de ir e vir, eles alegaram que eu estava desacatando, algemaram-me, prenderam-me, colocaram-me dentro da viatura, retiraram-me do local sem sequer averiguar os meus documentos, sem sequer averiguar os documentos do meu carro, sem sequer saber a origem da minha parada ali, sem sequer saber qualquer motivação.

Reconheço e acredito que foi uma ação baseada no estereótipo da raça, por eu ser negro e estar parando em frente a uma universidade localizada na zona sul, numa área nobre de Belo Horizonte; aquilo foi motivador para me pararem. E eles



me retiram do local sem nenhuma informação sobre para onde me levariam, sem nenhum critério de abordagem. E me levam...

E quando eu questionei novamente, porque aquela abordagem não estava se procedendo corretamente, porque nem averiguaram o meu carro, eles voltam à porta da faculdade, onde eu tenho a sorte de não ser exterminado, talvez — porque me tiraram do local sem avisar —, eu tenho a sorte de a comunidade em torno e da comunidade acadêmica terem se manifestado contra os policiais, pedindo para que aquela abordagem não fosse feita, pedindo para que eu fosse liberto naquele momento ali, que não fazia sentido aquela abordagem, mas isso não foi suficiente.

Ainda por cima, chegando à delegacia para onde eles me encaminharam, eu sofri uma outra lesão, que foi quando um dos agentes, um tenente que comandava a operação à distância, chegou lá e tirou uma foto minha. Aí, eu questionei a ele qual o motivo da foto, e ele falou que era para um arquivo pessoal. Isso me amedrontou, porque, que procedimento é esse?

Quando eu fui buscar informações, fui buscar inteirar-me do assunto, saber o porquê daquilo, eu descubro que dentro das corporações de polícia, principalmente da Polícia Militar, existe uma ausência de reconhecimento de que existe o racismo. Existe uma ausência ali do desejo em ser um agente público e combater o racismo institucional, o racismo estruturante que tem na nossa sociedade brasileira, ainda, muito presente.

E quando eu venho aqui a esta CPI, como estudante, como educador que sou, trabalho em uma instituição como educador, venho com o desejo de que esta CPI possa promover esse combate, que dura anos, como o Marquinhos falou e como outras pessoas aqui representando a comunidade negra falaram. Eu estive aqui no meio das pessoas, conversando, e muitos representaram que é uma luta contínua e que ela já é antiga. E esse é o meu desejo: que não haja a redução da maioria penal, que não existam dois treinamentos da corporação militar, que é o treinamento acadêmico, ali, da Academia, e o treinamento que ensina que o tipo de suspeito é o negro. O negro não é o tipo de suspeito, o negro já sofreu muito nesta sociedade.

Esse é o desejo que eu tenho de trazer a minha fala aqui, Reginaldo, agradecendo-lhe já pelo convite, agradecendo ao Nilmário também que me recebeu



com muito carinho e que me incentivou a buscar os mecanismos de defesa, a Corregedoria, a me manifestar contra essa ação policial. Eu tenho um desejo de que esta CPI possa promover a participação popular, esse movimento, para minimizar e tentar combater esse extermínio da juventude negra. Hoje eu não sou nenhum Amarildo, não sou nenhum Mateus da Pedreira Padro Lopes, não sou nenhum Edson da comunidade da Serra. Eu sou só mais um negro que teve a oportunidade de falar, foi amparado por diversos mecanismos: Corregedoria, Comissão de Direitos Humanos da OAB, aqui a CPI, e outros negros que se calaram. Este é o meu desejo: que esta voz, esse desejo de que esses negros, que todos os negros que sofreram com o genocídio, que têm sofrido com a morte, com o silêncio, possam ser ouvidos e possam, de alguma forma, minimizar essa atrocidade contra a população negra.

Eu queria falar minimamente. Tentei me alongar, tentei me aprofundar, mas o meu desejo é o de que não se reduza a maioria penal, que não tenha terceirização, porque é a população negra que vai sofrer. Eu vejo isso; onde eu convivo, eu percebo isso. A população negra tem sofrido e vai sofrer mais com ações como a redução da maioria penal.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Pedro Henrique. É evidente que é inaceitável que qualquer tipo de política de segurança pública tenha abordagem pela cor da pele. Eu acho isso o fim do mundo. Então, é evidente que a CPI vai buscar trabalhar textos e leis nesse sentido. Quero agradecer a sua coragem e sua presença aqui. Estamos juntos.

Quero passar a palavra à Dra. Nívia Mônica, representando aqui o Ministério Público.

A SRA. NÍVIA MÔNICA SILVA - Boa noite a todos e a todas. Hoje a gente tem acompanhado os trabalhos da Comissão desde mais cedo; estivemos lá no Alto e, agora, mais uma vez, com o compromisso de ser bastante sintética.

Eu acho que a gente tem muita coisa para ouvir das pessoas que têm depoimentos como esse para nos ensinar mais, enfim, sobretudo, a nós, do sistema de justiça, quem é da área da segurança pública, porque muitas dessas injustiças



estão, assim, nas nossas barbas, sob nossos olhos, sobre as nossas mãos e, muitas vezes, muitos ainda insistem em não enxergar.

Eu separei aqui algumas coisas que eu acho bastante importante. Eu li, um tempo atrás, já há algum tempo, uma dissertação de um policial militar que escreveu... Ele é aluno de Mestrado da UNB e escreveu. A dissertação dele se chama: *O retrato de um suspeito*. E aí talvez seja o pecado do proprietário do veículo, que não sabia se estava trancado ou não o carro. Ele talvez se encaixasse nesse perfil. E lá, no caso, ele trabalhou a realidade do Distrito Federal.

E a gente se refere à Polícia Militar, porque ela é que está na função ostensiva, mas acaba que a atividade policial é uma atividade que parte da suspeita. E a suspeita é construída por um constructo social, que, na verdade, o treinamento tem que ser para que ele se desvencilhe do que a sociedade tem reproduzido. Esse que é o grande desafio.

Então, lá é até curioso que tem um nome: *kit peba*. Quem está com roupas largas, boné, tatuagens, e tal. É o suspeito padrão.

Então, ele conta na dissertação, é muito interessante, como esse esteriótipo é construído. Eu nem sabia o que era peba. Eu fui ver, é o nome de um tatu, o nome que os nordestinos dão a um tatu, e também é uma gíria usada para coisa que não vale nada. Então, na gíria policial é isso. Então, eu acho que é importante.

Outra coisa, e aí não parte da polícia propriamente, mas são pessoas da sociedade que desempenham vários tipos de funções e vários níveis de escolaridade, em uma entrevista do Data Senado, até que motivou todo esse trabalho de resgate de tantas vidas que estavam sendo perdidas, pesquisa de 2011/2012, quase 56% das pessoas demonstram mais repugnância ao ver um cadáver branco do que ao ver um cadáver negro. Eu acho que isso, para mim, como ser humano, é muito sintomático.

E isso repercute. E quando a gente fala, eu acho que a prevenção já foi muito abordada aqui. Eu acho que a gente tem programas de prevenção idealmente bons. Eu acho que eles têm que ser mais bem articulados na prática e alcançar as cidades que de fato precisam. Minas Gerais, por exemplo, nunca aderiu aos programas de prevenção à criminalidade com esse foco de juventude negra.



Espero que agora nós possamos avançar nesse sentido, mas que seja um programa verdadeiro, como foi dito aqui, com uma articulação, com direito à cidade, que o negro não seja territorializado. Talvez se o depoente, a pessoa que foi vítima, estivesse em um território que não fosse o território de pessoas brancas, digamos assim, que não fosse lá perto da escola Guignard, onde fica o UEMG, uma das áreas mais nobre de Belo Horizonte, Mangabeiras, e tal, talvez lá a abordagem fosse mais amena, porque ia achar que realmente aquela pessoa poderia ter um carro ali, naquela situação. Agora, ter um carro estacionado lá.

E isso é fato que nós sentimos mais quando vem da Polícia Militar, sobretudo, porque tem essa função ostensiva. E acho, sim, que eles têm um compromisso. São necessárias, eu venho falando isso desde há mais tempo, algumas políticas afirmativas verdadeiras na segurança pública que distingam essas questões que tanto fazem a diferença na hora de uma abordagem, na hora do processamento, e uma delas é a questão de raça e etnia: quem eu sou, de onde eu venho e qual cor eu tenho.

Agora, eu acho que é um ponto também muito importante, e aí foi abordado como recomendação no mapa de encarceramento agora publicado, que é a questão do fortalecimento dos métodos de controle, tanto do controle social, quanto do controle interno e externo, tanto da entrada e saída dos presídios, de como essas pessoas..., se essas pessoas têm ou não acesso à Justiça, como isso funciona, porque, se fizermos uma pesquisa, veremos que — eu não identifiquei nenhuma com esse recorte específico — certamente a maior parte dos negros presos é a maior parte das pessoas que não têm uma assistência jurídica de acesso fácil, como os demais.

E, indo um pouco além, eu acho que é o momento do fortalecimento do controle social da atividade policial e do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público. E aí, é um controle que não é um controle de ir lá e falar o que tem ou não tem que ser feito. É um controle de construir junto uma segurança pública que seja para todos, inclusive, e talvez neste momento especialmente, para esses que sempre ficaram à margem da segurança pública.

Eu acho que isso é um pacto que tem que ser construído e, como desde manhã o Deputado Reginaldo vem falando isso, nós já temos um pacto nesse



sentido com o Ministério da Justiça, com a Defensoria Pública, com o CNJ, com CNMP. Então, é só a gente recuperar.

Eu trouxe em um envelope aqui vários documentos que eu gostaria de passar às mãos do senhor, inclusive um deles é esse. Eu acho que no bojo desse protocolo de intenções, em que o foco é o enfrentamento ao racismo dentro do sistema de justiça e de segurança pública, o sistema de Justiça tem uma função muito forte em coibir esse tipo... O indiciamento indevido, um abuso de autoridade que entrou como desacato, uma morte que não foi investigada adequadamente e já tem uma promoção de arquivamento, muitas vezes não tem nem um laudo de necropsia. Isso é inadmissível.

E não precisa de PL 4.471, não. É claro, se ele for aprovado, excelente. Mas a gente tem no Código de Processo Penal institutos que garantem isso. E o Ministério Público tem o dever de zelar por isso.

Agora, tem que haver essa abertura e essa predisposição por parte da polícia para não achar que o Ministério Público está querendo roubar atribuição, que o Ministério Público está concorrendo. Nós estamos, sim, querendo uma polícia mais eficiente, e para todos, não para um ou para outro.

E isso, a gente só está fazendo o que é dever constitucional nosso (*palmas*). Aliás, é o que a população foi para a rua pedir quando pediu o fim da PEC. E não queremos investigar. Quem é preparado para investigar é a polícia. Excepcionalmente, talvez seja necessário.

Então, eu acho que é muito importante. E outra, a gente fica muito preocupado com as mortes decorrentes de intervenção policial. O.k. No Rio e em São Paulo é um grande problema. Capa do jornal *O Dia*: “308 inquéritos de autos de resistência na cidade do Rio de Janeiro de 2003 a 2009 foram arquivados pelo Ministério Público”, de pronto; a Polícia Civil mandou, ou a Militar, e foram arquivados. Tudo bem, isso pode ser um problema grave, que impacte muito, mas não em todas as Capitais; aqui, acho que sim. As mortes decorrentes de intervenção policial têm que ser melhores fiscalizadas pelo MP. Aqui também há uma minuta de resolução do CNMP, que está sendo votada até agosto. Também peço uma atenção da Comissão, porque é muito importante. Ela faz, de alguma forma, o papel do PL, em que a autoridade policial, a Polícia Civil, deve investigar todas as mortes



decorrentes de intervenção policial, etc. e tal. Eu acho que isso é um passo grande. O Ministério Público tem que acompanhar, etc. e tal. Então, isso também está aqui.

Agora, o ponto último onde eu queria chegar é que muitas dessas mortes, em muitos Estados, não têm ligação com a intervenção policial. Talvez a falta da intervenção policial, em locais onde não são policiados, porque é aquela coisa da segurança pública ser diferenciada, dependendo do local, ou talvez a falta de uma investigação eficiente, porque, em tudo hoje, falam: “Ah, esse aqui era envolvido com o tráfico.” Aí ele deixa de ser gente. Alguém falou que algum dia a pessoa usou droga... A gente sabe que a Polícia Civil é sobrecarregada, está sobrecarregada. A gente sabe que faltam investimentos. Eu falo da realidade de Minas Gerais, que é uma realidade que nós conhecemos um pouco — queríamos até conhecer mais e estamos trabalhando para isso. Mas a gente sabe também que, nesse critério de seletividade, isso, assim, o Judiciário e muitas vezes até o próprio Ministério Público e por aí vai... Então, tem que haver a cobrança de uma investigação e conhecer as razões. Pelo menos um laudo cadavérico, em todo inquérito de homicídio, tem que haver. Então, acho que esses 92% aí, como eu disse, a gente tem que saber qual a cor da pele dessas 92 vítimas, em cada cem que são mortas, em que o crime não é investigado. Eu ousou dizer que a absoluta maioria é de cor da pele escura.

Bom, enfim, o que eu tinha para dizer era isso. Agradeço imensamente a oportunidade. E só uma reflexão que eu queria deixar para aqueles que ainda insistem em acreditar que todos, negros, brancos, pardos, índios, temos as mesmas oportunidades, todos somos tratados com a mesma dignidade e respeito.

Eu vou deixar um poema do Eduardo Galeano, uma homenagem também a esta iniciativa. É bem curtinho. Ele fala de uma realidade que é do Uruguai. Então, lá não é propriamente o negro, mas é de outra minoria, de um tempo passado. É muito triste, é muito pesado, mas eu acho que cai bem. *Os Ninguéns* é o nome do poema.

“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

*Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida (...)*

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.



*Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”*

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dra. Nívia Mônica.

Quero passar a palavra para o Subsecretário de Juventude do Estado de Minas Gerais, Miguel Angelo.

Serão mais 10 minutos aqui, até as 19h10min; depois, nós vamos ter que ir para outro plenário.

O SR. MIGUEL ANGELO MONTEIRO ANDRADE - Boa noite a todos e a todas. Vou ser bem breve.

Hoje no Brasil a gente vê muitas pessoas negando, fechando os olhos e tratando com naturalidade essa violência que acomete os jovens no nosso País. No meu ponto de vista, é tratado com tanta naturalidade, porque não são jovens brancos, não são jovens ricos, não são jovens de bairros de classe alta que morrem. Quem está morrendo são jovens negros e pobres, da periferia. Jovens que sempre foram tratados à margem da sociedade — e continuam sendo —, como pessoas invisíveis. Mas, como o Deputado Reginaldo havia me dito, que tem rodado pelo País e tem visto muita dor, muito sofrimento das mães, das famílias que perdem esses jovens. Então, eles não são invisíveis para suas famílias e também não devem ser invisíveis aos olhos do Estado. Temos que dizer um basta a essa violência.



Quanto às duas iniciativas propostas pelo Deputado Reginaldo, no meu ponto de vista, se, ao fim desta CPI, alcançarmos esses dois objetivos, que são apresentar uma PEC, alterar a Constituição com o objetivo de restabelecer esse pacto entre Estados, Municípios e União, referentes à segurança pública, estabelecendo novas regras e novas atribuições de cada um desses entes e, se além disso, for criado um pacto, mas um pacto ousado, no final, pode ser que não consigamos cumprir o objetivo, mas pelo menos que seja levado a sério. Que a todo momento o Poder Público se empenhe para cumprir essas metas, porque a gente vê muitos pactos sendo criados, e, no fim das contas, muito poucos objetivos são atingidos.

Também tem a questão da redução da maioria penal. Hoje, no Brasil, os dados mostram que, com as medidas socioeducativas, cerca de 30% dos jovens voltam a cometer crimes, a rescindir em crimes. E, nas cadeias brasileiras, esse número é em torno de 80%. Então, qual é a lógica? O que as pessoas que defendem a redução da maioria penal querem? Encarcerar os jovens na cadeia, junto com os bandidos, onde o grau de reincidência de crimes é muito maior? No Brasil, eles dizem que a pessoa entra no presídio, entra na cadeia como aluno, e sai de lá um professor, na escola do crime. Então, essa não é a solução. Redução na maioria penal não é a solução, nunca foi, em nenhum lugar do mundo, e não é no Brasil que vai ser.

Então, estamos firmes na luta. Conte conosco, Deputado Reginaldo.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Miguel Angelo, pela participação.

Passamos a palavra ao nosso último orador aqui da Mesa e, logo após, vamos abrir para o plenário. Com a palavra o Flávio Renegado.

O SR. FLÁVIO RENEGADO - Boa noite a todos. Boa noite à Mesa e aos que permaneceram aí no plenário também.

Eu vou ser bem rápido mesmo. Queria contar para vocês aqui porque meu nome é Renegado, meu vulgo. Fui apelidado assim. Quando eu tinha uns 15 anos, a gente se reunia lá na comunidade, no Centro Cultural. Era o único espaço que a gente tinha, que a gente inclusive conseguiu ali por um orçamento participativo, na época do Governo Patrus. E lá a gente se reunia para poder estudar. Todo mundo lá



tinha um apelido, na rua ou no rap, e eu não tinha. Alguém virou uma hora e falou: “Ah, você é um renegado”. Eu fui embora com aquilo na cabeça, fiquei pensando: “Por que renegado”? E, quando eu entrei no barraco, lá em casa, fiquei olhando para o lado e falei assim: “Realmente, renegado porque me é negado uma casa digna, me é negado uma educação digna, me é negado uma condição de sobrevivência igualitária para que tivesse uma vida digna”. Eu voltei, fiquei com esse nome e falei: “Pô, é renegado”. E vi que esse nome incomodava muitas pessoas. Sabe por que incomoda, Deputado Reginaldo? Porque eu sou sobrevivente. Eu sou sobrevivi ao barraco mofado, à goteira; sobrevivi ao esgoto a céu aberto e vou sobreviver para ver a reforma política neste País, para mover absurdos, como eu ouvi aqui hoje da Taurus e da Colt (*palmas*), que estão bancando esse tipo de pessoas aqui, para poder fazer lei e para poder mudar a redução da maioria penal, como outros absurdos que estão rolando aqui neste País. Eu vou sobreviver para ver muita transformação. E quero fazer parte dela também, certo? Está aqui a pessoa que nos desonrou com essa fala também — acho que está aqui para poder ouvir. Realmente, vou até falar que sou sobrevivente e vou sobreviver para ver a reforma política para que esse tipo de pauta não seja falada nesta Casa, para desonrar essa população que está aqui, que merece ter o respeito, porque está aqui para representar o que a maioria da população fala. Como foi dito aqui também, a maioria da população queria que esta Casa fosse fechada, como o Parlamento fosse fechado também. Então, essas pessoas que têm esse tipo de pensamento, que estão aqui para atender a maioria da população, podiam entregar logo o cargo, que a gente ia ser muito feliz, para a gente poder mudar este País.

E quero falar que a gente está aqui para poder continuar enfrentando e lutando pela nossa juventude, porque a gente está lá na ponta, está ligado? E é lá na ponta que a gente vai travar esse discurso e essa luta, na rua, o.k.?

Vamos adiante que esta CPI é importantíssima. Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Flávio Renegado. Quero passar a palavra para a Deputada Marília Campos; passar a palavra, não, passar a Presidência aqui para a Deputada Marília Campos.

Nós vamos ter que mudar aqui para o auditório ao lado, nosso prazo está esgotado, para a gente continuar aqui a nossa audiência pública.



Então, vou passar a palavra e a Presidência para a nossa companheira Deputada Marília Campos.

A SRA. COORDENADORA (Marília Campos) - Eu fui convidada apenas para fazer o encerramento desta atividade solene, mas não poderia deixar de parabenizar todos que participaram deste evento e que continuam a participar, um tema dessa relevância, que, certamente, hoje, Reginaldo, é um marco para que a gente possa criar uma sensibilização em Minas Gerais sobre esse grave problema que nós temos em nosso País.

Eu acho que essa primeira etapa, que é sensibilizar, cria as condições para que as autoridades possam implementar políticas no sentido de solucionar esse grave problema, que é a morte dos nossos jovens negros no nosso País.

Parabéns a todos que participaram; parabéns, Reginaldo, por esse grande trabalho, e também à Deputada Federal, Rosângela.

A Presidência agradece a presença dos Deputados e Deputadas, dos convidados, das autoridades e dos participantes, pela presença, determina a lavratura da ata, encerra os trabalhos deste debate público e transfere este trabalho para o auditório.

Boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós estamos só esperando a *TV Câmara* montar aqui a transmissão ao vivo. Então, daqui a mais 10 minutos vamos retomar aqui a nossa audiência pública.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer ao Prefeito de Sem Peixe, Domingos, e ao Wilson, de Sem Peixe — temos que colocar peixe naquele rio lá, hein?

Agradeço ao Sávio e ao Nunes pelo acolhimento da CPI em Viçosa.

Nossa Secretária Macaé, a senhora está sendo convocada pela CPI novamente. (*Risos.*) Os amigos, a gente convoca! (*Pausa.*)

Ana, Nova Lima não liberou ainda a sua retirada.

Quero convidar o Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas, que está presente, na pessoa do Delegado Edson Camargos, e pedir mil perdões a ele. Por favor, sente-se ao nosso lado. Vamos abrir aqui com a fala do nosso delegado,



representando o Delegado-Chefe da Polícia Civil. Foi um erro do cerimonial, que fez a Presidência cometer outro erro. Sempre tem alguém culpado, não é isso? Então, passamos para alguém. O erro foi meu mesmo, quero admitir a minha falha.

Há nove inscritos: Nelci Barreiro, Júlio César, Diva Moreira, Leonardo Alves, Roberto Raimundo, Maria do Carmo, Welton Luiz da Silva, Miriam Alves e Maria Teresa. O.k.?

Convido a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, para sentar aqui do meu lado; a nossa Secretária Estadual de Educação, Macaé; e também o Deputado Luiz Couto.

Agradeço aos Vereadores de Viçosa, Nunes e Sávio, pela presença e também por terem oportunizado a ida da CPI à Câmara Municipal de Viçosa.

Agradeço também ao Prefeito de Sem Peixe, Domingos.

Passo a palavra ao Delegado, Edson Camargos, representando o Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

O SR. EDSON SERAFIM CAMARGOS - Boa noite, Deputado Reginaldo Lopes; boa noite, Relatora; boa noite, senhoras e senhores. Foi com muito prazer que a Polícia Civil recebeu o convite para esta audiência pública. Desde já, nós estamos de portas abertas para fornecer todas as informações com referência aos dados de que a Comissão estiver precisando.

A Polícia Civil está cumprindo o seu papel constitucional de investigar os delitos, de apurar a autoria e a criminalidade. Nós pedimos, Deputado, que V.Exas. nos solicitem porque queremos fornecer todos os dados necessários ao trabalho desta Comissão. Nós só não trouxemos os dados, porque temos de fazer essa estatística em todo o Estado. Nós temos alguns dados em relação a Belo Horizonte, mas os de todo o Estado nós poderemos fornecer posteriormente, quando V.Exa. precisar. Agradeço pela participação. Nós estamos de portas abertas à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Edson Camargos, pela participação. (*Palmas.*)

Nós já aprovamos o requerimento solicitando informações a todos os Delegados-Chefes da Polícia Civil do Brasil, inclusive do Distrito Federal. O próprio Deputado Delegado Edson Moreira tem ido às delegacias também, ao Chefe-Geral



da Polícia Civil, buscando dialogar em relação a essas estatísticas. Mas, muito obrigado pela presença do senhor aqui!

Passo a palavra à Nelci Barreiros, do Conselho Nacional de Assistência Social. A ideia é que a exposição seja de 3 até 5 minutos. É importante falar o nome e a entidade.

A SRA. NELCI BARREIROS - Boa noite a todos da Mesa. Em primeiro lugar, a minha instituição é a APO — Associação Palavra e Obra, e eu vim da ditadura e defendo a fala. Perdoe-me, Reginaldo, mas a gente tem que defender o direito à fala.

Queria muito que acontecesse esta CPI, é um prazer muito grande estar aqui. Parabênzo todas as pessoas que lutam em prol da nossa causa, do negro, e hoje eu não poderia deixar de falar.

Nós tivemos a primeira conferência, e única, sobre segurança pública e não tivemos mais. Então, eu estou aqui pedindo — gente, eu não tive muito estudo — que tenha outra conferência.

Em segundo lugar, eu sou membro nacional do Conselho de Assistência Social, Primeira Secretária-Geral do PMDB de Contagem, e estou na militância desde a ditadura militar e sempre lutei pelos direitos sociais.

Outra questão que eu quero falar é sobre a prevenção, ou seja, a respeito do fortalecimento das instituições que trabalham com a prevenção. Eu sou uma que trabalho, tenho ali um convênio com o PRODAL — Banco de Alimentos da CEASA, trabalho nas vilas e vejo o quanto aquele povo negro sofre, principalmente as mães pobres e as nossas crianças que ali necessitam de apoio.

Então, Reginaldo, estou aqui desde cedo, não almocei, estou tomando medicamento depois da campanha. Estou aqui por causa dessa questão muito importante sobre o negro. De onde eu vim, onde a gente trabalhava, as nossas carteiras não eram assinadas. Isso é muito triste, gente, para nós domésticas, era o que sobrava para nós, você sabe disso. E como vai ficar a nossa questão, pois trabalhamos por muitos anos e nunca tivemos o nosso direito garantido?

Também quero falar sobre a questão da violência no trânsito, que é uma questão muito séria, Reginaldo. A minha luta é pela pista exclusiva para os motociclistas, porque a maioria da nossa juventude é de negros que estão morrendo



em acidentes. Eu fico muito triste, porque eu fui candidata e apresentei, na minha proposta, a construção de uma pista exclusiva para os motociclistas. Não temos os números de quantos jovens negros têm morrido nos acidentes. Têm muitas mães, Reginaldo, chorando a perda dos seus filhos, porque somos negros e não temos o direito de ter um carro. Às vezes, os nossos jovens que compram sua moto para trabalhar têm perdido suas vidas. Então, a minha luta é esta, Reginaldo: que construam uma pista exclusiva para os motociclistas, para acabar com as mortes, principalmente dos negros.

A maior violência também é a questão que foi falada hoje, Reginaldo, e que eu defendo, de não se ouvir as pessoas, não se deixar que as pessoas falem. Eu sou muito grata a todas as pessoas, independente de raça, cor e etnia, que têm deixado as pessoas falarem, porque vim de ditadura. Militei contra isso! A gente era proibida de abrir a boca! Nós íamos para os debates e só os homens que falavam, e nós negros, principalmente, não tínhamos direito nem de dar opinião, nem direito à fala.

Então, hoje, como fundadora da Associação Palavra e Obra — APO, o que eu defendo é o direito à fala, principalmente dos negros, porque somos discriminados, principalmente, nós que não temos estudo. Mas levei a vida inteira defendendo os direitos sociais das pessoas, e tenho aqui em minhas mãos... Sou muito grata à nossa querida Marília e ao meu querido, sou do PMDB, Deputado Newton Cardoso, que tem pego a causa dos negros, construiu casas e à Marília, que tem valorizado a mulher negra de Contagem e que me deu a placa de honra pela mulher que mais trabalhou no Município de Contagem. Então, eu queria que vocês dessem uma salva de palma para essa mulher que defendeu a igualdade racial de contagem, Marília Campos, e para meu companheiro Newton Cardoso! (*Palmas.*)

Eu agradeço a todos que me deixam falar. É por isso que eu luto! A maior violência para mim é a de não se deixar as pessoas falarem.

Muito obrigada, Reginaldo! Que Deus continue te abençoando por esse trabalho maravilhoso que tem feito em nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Nelci Barreiros.



Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, o direito à aposentadoria especial está garantido. Agora, do ponto de vista dos direitos das domésticas, a senhora traz uma questão. Eu acho que, com a nova legislação que a Presidenta Dilma sancionou, nós acabamos com o último trabalho escravo no Brasil, porque, de fato, o trabalho das domésticas, lamentavelmente, algumas ou grande parte das pessoas exploravam. Então, acho que é um grande avanço da cidadania.

Do ponto de vista do passado, é um debate que se abre. Talvez, uma reparação de dano seria também uma aposentadoria especial. Se isso não ocorrer, entraria a aposentadoria do Estatuto do Idoso, a partir de 67 anos, ou a Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS. Nós temos vários marcos legais sobre os direitos previdenciários para as pessoas, mas é um debate que a senhora traz e vamos estudar. Não temos aqui uma proposta, mas de fato você tem uma solução para o futuro, mas tem um passivo grande que o Estado brasileiro deve responder por ele. Têm marcos legais que garantem esses direitos previdenciários, mas não é pelo exercício da profissão da doméstica e, sim, pela aposentadoria especial.

Quero também dizer que a senhora traz um debate que, eu confesso, foi a primeira vez que eu ouvi, inovador. A minha Secretária de Educação, como está à frente do Parlamento, falou que já chegou até ela essa proposta de pista exclusiva, de corredores para mototaxistas, motofretistas e motociclistas.

De fato, no Brasil, em 30 anos, morreram 1 milhão de jovens, 1 milhão de pessoas no trânsito, e a ampla maioria não foi na década de 80, mas no início do século XXI, sim, e no final da década de 90. Em relação à morte no trânsito, realmente, hoje, mudou-se o perfil. No passado, eram acidentes que envolviam álcool, não havia legislação de trânsito, alta velocidade e outras razões, mas, de fato, hoje a ampla maioria também é de jovens e negros, são trabalhadores pobres.

Pensando com o olhar de hoje, pode parecer uma proposta inviável, mas pensando no Brasil do futuro, a proposta da senhora é extremamente interessante porque é uma realidade. Eu mesmo ajudei a regulamentar a profissão de mototaxista. Fui muito criticado, mas o Brasil tem 4 milhões de mototaxistas. Não dava para negar o Brasil do presente. Muitos tentam não regulamentar, não dar nenhum direito, achando que se vai extinguir a profissão. Não é verdade. Em algumas comunidades, em cidades médias, são muito mais eficientes.



Então, nesse sentido, está aí, abro o debate também. A senhora traz uma proposta inovadora do meu ponto de vista. Ou, então, que se usem os corredores existentes ou até uma combinação das ciclovias e faixas. O Brasil hoje começa a colher a ideia das bicicletas, que é um transporte do futuro, moderno e tal, mas, de fato, hoje, a classe trabalhadora utiliza mais as motos. Então, deixo registrado e vou pensar sobre a provocação que a senhora traz nesta CPI.

Quero passar a palavra ao Júlio César.

A SRA. NELCI BARREIROS - Eu queria ainda dar um depoimento a respeito de uma perícia que eu fiz. Dê-me esse direito, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, sim, mais 1 minuto.

A SRA. NELCI BARREIROS - Eu fiz uma perícia médica no INSS, e a médica me machucou. Eu procurei a Polícia Civil. A Polícia Civil me deu todo apoio. O Delegado de Contagem enviou o laudo para o Ministério Público e, quando chegou no Ministério Público, eles arquivaram o meu processo, porque disseram que não tinham provas... Como é que fala? Quando é a pessoa... Eu falei: como é que pode entrar uma pessoa dentro do INSS se não deixam ninguém entrar? Então, o Juiz embargou.

Hoje, eu tenho um filho advogado, graduado em Direito. Por isso que eu falo que o Ministério Público tem de ter muito cuidado quando for analisar o processo das pessoas, Reginaldo, principalmente do negro.

Eu estou aqui defendendo não a Polícia Civil, mas, muitas vezes, a Polícia Civil faz todo o trabalho muito bem feito. Eu também precisei da Polícia Civil agora lá em Contagem, onde eu tive um problema, depois da campanha, de saúde. Ele me deu um laudo para eu fazer. Muitas vezes, nós não valorizamos também a Polícia Civil. Eu quero agradecer à Polícia Civil, em nome do nosso Comandante-Geral da Polícia Civil, porque, dentro da área social, eu vejo que vocês têm feito um trabalho, mas eu quero que você, Reginaldo, verifique essa questão aí, porque o Ministério Público, muitas vezes, quando chega lá, eles embargam. O meu processo está lá em Contagem, porque o Juiz não deu procedimento ao meu processo e tinha todas as provas. Ele exigiu que tivesse uma prova... Como é que fala quando a pessoa está junto com outro? É física?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Presencial ou testemunhal.

A SRA. NELCI BARREIROS - É. E eu tinha tudo. Tudo que você possa imaginar eu fiz para provar e eles chegaram lá e arquivaram meu processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passe a cópia para a gente depois, do processo, ou o número. Passe a cópia do processo.

A SRA. NELCI BARREIRO - Depois eu mando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tá bom. O.k.

Com a palavra Júlio César Pereira Souza, da Associação do Alto Vera Cruz, a quem também agradeço pela recepção calorosa da manhã de hoje.

O SR. JÚLIO CÉZAR PEREIRA SOUZA - Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Júlio César Pereira Souza. Sou Presidente da Associação do Bairro Alto Vera Cruz e Diretor da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais e militante de movimento social aí, e não vou ficar aqui falando porque senão vou gastar os 5 minutos só falando disso.

Então, na verdade, pessoal, hoje de manhã, nós tivemos o debate lá na nossa comunidade. Achei que foi muito importante. Queria parabenizar a Câmara dos Deputados, através do Deputado Reginaldo Lopes, da nossa Deputada Rosângela aqui e de todos os outros membros da CPI, por inovar nesse sentido de debater um tema tão importante quanto esse e de se ir às comunidades.

Nós estamos atualmente, no Alto Vera Cruz, com a campanha *Amor ao Alto Vera Cruz*, exatamente resultado de coisa malversada, de notícia colocada de forma atravessada em jornais e que levam uma comunidade de quase 50 mil pessoas a ficar parecendo que todo mundo é igual, mas há muitos problemas. Nós tivemos lá uma caminhada, uma série de questões, tiveram mortes na região, que é a coisa mais comum e corriqueira aí que fica parecendo que é. Tivemos grandes ações em que muitas pessoas contribuíram, e nós continuamos na luta.

Queria registrar aqui que esta questão tem uma importância muito grande e que a persistência vale. O movimento negro é o primeiro movimento que eu militei na minha vida. Eu sou de uma entidade do movimento negro, mas não foi por ela, inclusive, que eu conheci o movimento negro. Foi através do Marquinho, do



Hamilton Borges, de muitas pessoas, da própria Cleide, em 1995. Eu era bem jovem, naquela época, e a gente é... Eu era menor de idade, para vocês terem uma ideia. *(Risos.)* Era, sim. Eu os conheci e com muita persistência... Tem uma história que hoje tem de ser lembrada e, se hoje nós estamos aqui discutindo, é porque essas pessoas contribuíram e contribuem muito para a gente estar aqui fazendo esta luta sem nunca desistir; continuam firmes e fortes. Fizemos ano passado uma grande marcha, inclusive, aqui na Avenida Afonso Pena, para demonstrar isso. Eu acho que a gente consegue denunciar cotidianamente essas questões e isso é importante.

Eu queria aqui colocar algumas questões, rapidamente, só para registrar. Muita gente colocou muitas questões aqui das mazelas, dessa questão do movimento negro e da juventude negra, da qual participei também durante muito tempo, do movimento da juventude negra, junto com a Larissa. Fomos os dois delegados mais votados do Estado para a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e defendemos muito bem a juventude, lá naquele período.

Eu acho assim que tem algumas questões que a gente precisa... Primeiro, a minha grande proposta, vou começar pelo fim do que eu escrevi. Eu estou propondo aqui a mesma coisa que eu falei lá hoje de manhã: um fórum intersetorial do Governo, porque eu acredito neste Governo, até porque nós estamos aqui com pessoas que têm a história do movimento, que estão ali na Mesa, representam o movimento e que hoje estão no Governo e estão cumprindo um papel. Eu acho que o que a gente precisa discutir e o resultado desta CPI precisam ser políticas públicas de fato.

Hoje, eu graças a Deus, sou um gestor público formado. Tenho uma opinião. Acho que, com a gestão pública, a política pública bem executada, bem aplicada, com os programas de Governo direcionados de forma intersetorial, a gente vai conseguir avançar nos objetivos da CPI. Eu acho que a gente só vai conseguir a partir do momento em que a gente juntar a Secretaria de Participação Popular, com a Secretaria de Educação, mais as SEDS — Secretarias de Estado de Educação, as SEDESEs — Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, a Cultura e todo mundo, e começar a pensar a política pública que atenda essa



população, que é a maioria, tratada como minoria, mas é a maioria. A gente precisa de fato sentar, ter intersectorialidade, porque senão não adianta a gente discutir aqui, levantar dados, apresentar, se a gente não tiver política pública que seja um resultado final.

É importante que os gestores, que as pessoas que pensam a política pública comecem a desenvolver projetos de inovação na gestão pública que priorizem esse tipo de pensamento, que vejam a realidade da população, principalmente, da população negra e da juventude negra, porque os dados são estarrecedores. Estão aí! É verdade total, porque, se não fosse, nós não estaríamos aqui debatendo e discutindo para que a gente consiga apresentar de fato uma proposta que dê um retorno mesmo para a comunidade, e é só através de política pública.

Então, a minha proposta é a de um fórum intersectorial que vá além da CPI, que os resultados da CPI venham depois para poder munir o nosso fórum aqui, e o nosso fórum tem, inclusive, de ser um negócio intersectorial do ponto de vista intragovernamental, para dentro do Governo, como tem de ser para fora, para a gente poder pegar as experiências, como as exposições do Marquinho, que tem muito tempo de movimento e as de muita gente aqui que é do movimento cultural, de todo mundo, trazer também para a gente poder escutar essas experiências, para a gente poder trabalhar isso junto, chamar todo mundo e todo mundo entender que eles são servidores públicos. Não dá para a gente trabalhar na perspectiva de que alguns aí vêm pensando.

Inclusive, queria fazer uma fala para encerrar minha questão aqui, dizendo duas coisas: primeiro, em um Fórum da Juventude Negra que eu fui, em Brasília, a gente discutiu que apenas 4% da juventude tem interesse em participar da vida política, e é da juventude em geral. Vocês imaginem como está a juventude negra nesse contexto! Então, precisamos alterar e melhorar isso significativamente.

Eu acho que têm algumas coisas, pessoal, que não dá. O Parlamento representa a sociedade e a comunidade. Não dá para você ter um discurso e ficar fazendo críticas a uma coisa que é real, que está aqui com dados concretos, sendo que representa, gente. O Deputado Edson Moreira tem uma opinião, uma posição que não reflete. A pessoa para poder ter crítica e dizer que se pode ter arma, pode isso, pode aquilo, não pode ir lá no Alto Vera Cruz, por exemplo, como ele foi, pegar



voto. Porque, se vai lá, pega voto da juventude negra, pega voto das mulheres negras lá no Alto Vera Cruz e em outras favelas, é eleito e, de repente, não quer ser representante dessa classe. (*Palmas.*) Não quer representar essa parcela da população. Se não quer, então, vamos discutir como é mesmo esse negócio do voto distrital melhor. Eu não sei bem direito ainda não.

Vamos discutir melhor essas coisas para ver se esses caras, então, vão buscar o voto na parcela da classe social que ele quer representar, porque, para ir buscar voto nas favelas, buscar voto nas comunidades, buscar voto das mulheres negras, buscar voto dos menos favorecidos e, depois, vir dizer que não representa, vir dizer aqui que há armas. Vai lá. Que armas? Armas chegam de avião, pelo cais. Não têm armas. Armas não brotam no chão lá no Alto Vera Cruz, nem em lugar nenhum. Morreram 44 pessoas, de maio a setembro do ano passado, na região. É um genocídio isso!

E aí, para fechar, Reginaldo, desculpe-me, fechando mesmo, eu acho que tem uma questão que tem que entrar na CPI, que a gente tem que considerar. O Facebook, esse negócio das redes sociais ou da comunicação das mídias, tem que ser algo assim muito bem tratado. Havia regulação da mídia pelo computador, e os pais iam lá e controlavam, mas, hoje, com o What'sApp e outras coisas mais, não sei...

Eu tenho um vídeo aqui, que eu quero entregar na Comissão de Direitos Humanos, sobre uma jovem, de 18 anos, sendo brutalmente assassinada à "facçãozada". Está aqui o vídeo, que eu recebi sem pedir a ninguém. E essas coisas são tratadas como a mais comum do mundo.

Então, a CPI tem que regular isso, porque gera muita violência. Só de a pessoa assistir aquilo e achar que é natural... Porque isso agora virou moda. Eles estão matando as pessoas à "facçãozada" dentro dos presídios, e isso está virando moda do lado de fora. E a grande maioria das pessoas que morrem são mulheres; a do vídeo é negra, inclusive. Então, nós não podemos achar normal. Esse tipo de coisa tem que ser regulado também, senão a gente não vai ter resultado positivo na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, por favor.



O SR. JÚLIO CÉZAR PEREIRA SOUZA - Então, é uma sugestão que eu quero dar, principalmente à Macaé, à Cleide, ao pessoal do Governo que está aqui. Nós precisamos criar um fórum permanente com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com a Secretaria da Saúde e outras Secretarias e nós, dos movimentos sociais, para podermos discutir quais são as melhores políticas que nós queremos para o nosso Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, para o Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra a Sra. Diva Moreira. (*Manifestação na plateia: "Foi embora".*)

Então, com a palavra o Sr. Leonardo Alves, por 3 minutos, senão nós não vamos concluir até as 20 horas.

O SR. LEONARDO ALVES - Boa tarde a todos e a todas. Na figura do Marquinho Cardoso, eu quero cumprimentar toda a Mesa.

O Marquinho Cardoso, na conferência sobre igualdade e ação em Contagem, fez um debate muito qualificador que alterou a minha percepção nas discussões. Uma palavra tem poder. Não é verdade, Padre? Os esquimós têm 49 palavras diferentes para falar sobre neve. Tem gente que fala que isso é um desperdício. Não, muito pelo contrário. Cada palavra representa um conceito. Eu não sei o nome da neve na língua dos esquimós, mas, por exemplo, esta aqui é uma palavra significa que é um tipo de neve que você pode derreter e ter água para beber; aquela ali você pode usar para fazer casa; aquela ali você não pode pisar, senão você afunda.

É muito importante o reconhecimento do genocídio. Genocídio é matança em massa por motivação étnica. É o que está acontecendo no Brasil; isso é sistêmico, isso é orgânico, existe uma linha acadêmica que construiu toda uma lógica de política pública, que o nosso Estado, infelizmente, nesse período todo, assimilou, alombrou — que vem de Cesare Lombroso, se não me engano, um espanhol que ficou famoso por criar uma linha ideológica do que é o estigma, o estigma do criminoso. Tem gente que fala que ele é francês, outros dizem que ele é espanhol. É italiano? Não importa a Nação de onde aquele sujeito mal-amado veio.



Hoje, no Brasil, o que está acontecendo não tem outro nome mesmo. Nós estamos perdendo uma geração, nós estamos perdendo o futuro do nosso País e nós não podemos virar as costas para isso.

Existe o estigma. Estigma é aquela coisa que fica marcada, como se fosse na pele, vem do grego também a referência. Pelo resto da vida, a pessoa fica estigmatizada. Eu sou nascido e criado numa favela, moro lá com muito prazer. E eu sei o que é ser estigmatizado, porque eu sou da Vila Barraginha. Eu tinha vergonha de colocar que eu morava em Vila Barraginha no meu currículo, porque eu não arrumava emprego. A Barraginha era famosa por causa da tragédia que aconteceu em 1992. Para arrumar emprego, a pessoa tinha que esconder onde morava. Então, esse é um problema muito sério.

A forma como a Polícia chega a uma periferia é totalmente diferente da forma como chega a um bairro de classe média. Eu sou da geração quando na infância tinha-se medo de Polícia na rua — quando eu era criança e tal —, porque era a época dos grupos de extermínio. A gente falava: “*Não, fulano de tal morreu na Lagoa Várzea das Flores*”. Falavam: “*Morreu? Como assim? Ele nem ia lá nadar, como assim morreu na Lagoa Várzea das Flores?*”. Então, existe uma cultura, nós temos que enfiar o dedo na ferida. Tiveram dois cala-bocas na ditadura militar, um foi o que a Dilma e o Pimentel sofreram, o outro foi toda uma cultura autoritária que dá a linha, hoje, na condução do nosso processo político.

A Polícia, da forma que é organizada, como se fossem duas instituições, uma para fazer a questão da prevenção e outra para fazer a questão criminal, investigativa e tal. Isso é um absurdo! Nós temos que unificar a Polícia, temos que criar um plano nacional. O Governo Federal, a partir da sugestão da CPI, deve criar uma legislação, assumindo inclusive a responsabilidade na questão da segurança pública. Sei que o Reginaldo já defende essa proposta e a defendeu inclusive no lançamento da conferência da juventude.

A última coisa, Reginaldo, por gentileza. É muito importante a questão da comunicação. A nossa sociedade está sendo pautada, hoje, por uma verdadeira lógica de guerra, a violência apresentada cotidianamente contra o nosso povo, porque parece que há cidadãos de primeira classe e o resto. O nosso Estado Democrático de Direito não atende as nossas demandas, e tem proposta de lei que



deveria ser feita. Por exemplo, o art. 202 do Código de Processo Penal fala da questão do direito ao esquecimento. As pessoas que cumpriram suas penas na sociedade não têm que ser mais punidas, porém, são o resto da vida estigmatizadas como criminosas. A própria Polícia usa as referências de alguém que... tal, para poder iniciar as investigações. Prova disso aconteceu nesse assassinato do Rio, agora. O Secretário de Segurança do Rio falou: *“Ah! Mas eu não posso tratar a Zona Sul da mesma forma que trata da favela”*. Disso a gente já sabe há muito tempo, né gente? Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem a palavra o Sr. Roberto Raimundo. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO RAIMUNDO - Boa noite a todos e a todas! Eu me chamo Roberto. Eu sou do Fórum da Juventude de BH. Eu hoje passei a tarde toda ouvindo as pessoas falarem. Então, não vou repetir aqui. Eu estava ouvindo com a consciência tranquila, porque eu estou engajado no movimento de juventude desde os 16 anos de idade. Nessa época — o Reginaldo é testemunha disso —, não havia essa discussão de políticas públicas de juventude no Brasil ainda. Aí a gente construiu o primeiro Seminário de Políticas Públicas para a Juventude em Brasília. Organizamos o primeiro Seminário de Políticas Públicas aqui em Belo Horizonte, na Escola de Direito.

Então, a gente vem acompanhando essa trajetória e conquistando as coisas ao longo dos anos, como a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, da PEC da Juventude, que colocou na Constituição os direitos da juventude. Está lá entre os direitos sociais também. Foi uma conquista do movimento de juventude brasileiro.

Dentro do movimento de juventude, tem um outro movimento muito importante, que não foi dito hoje, que é o movimento da juventude negra brasileira, que se organizou aqui em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em Salvador. Nós fizemos o primeiro encontro nacional da juventude negra para discutir propostas e aprovamos, em 2008, na Conferência Nacional da Juventude, a primeira proposta, a ser regulamentada pelo Governo Federal, dentro das políticas públicas de juventude na Conferência Nacional da Juventude de 2008.



Só que, a partir de todas essas discussões, o que eu venho discutindo com as pessoas que estão ao meu lado? Infelizmente, no final do ano passado, eu perdi um sobrinho, em Nova Contagem, vítima de homicídio também; tenho um primo que também perdi e outro primo que tem 20 anos que está preso... Eu não vou contar essas histórias porque não quero fazer ninguém chorar.

O importante que eu quero dizer é que existe um racismo institucional dentro do Orçamento Público. Os negros não são vistos dentro do Orçamento Público, nem nos Governos Municipais, Estaduais ou Federal. Por que eu falo isso? Olhem só, para vocês verem uma coisa, gente: dentro do Orçamento Público para prevenção da violência em Belo Horizonte, a única coisa que está presente é a questão do olho vivo, no sentido de se comprar câmeras filmadoras para prevenir a violência.

Outra coisa que aconteceu, e o Governo Pimentel ainda não falou nada sobre isso: a Parceria Público-Privada da penitenciária. Uma penitenciária chegar a dar lucro! Eu não ouvi ele falando nada sobre isso ainda. Eu acho que ele tem que desinstituir isso aí, acabar com essa parceria, porque este Governo é de esquerda, este Governo é progressista. Então, temos que tocar nessa questão. O auto de resistência é outra questão também que temos que citar. E não podemos deixar isso acontecer, porque não podemos morrer na mão de um governo pelo qual lutamos para ser eleito. Essa questão, então, ainda temos que discutir bem. (*Palmas.*)

Eu queria colocar aqui outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Roberto.

O SR. ROBERTO RAIMUNDO - É muito importante ressaltar que estamos jogando na lata de lixo nosso bônus demográfico, nosso bônus produtivo. Nós estamos jogando no cemitério essa massa de jovens trabalhadores, que poderia estar produzindo para o crescimento do País. Não estamos discutindo isso.

Outra questão que eu acho que é muito importante: quando vamos discutir questões raciais, política de cultura, política para o hip-hop, política para a favela, não há dinheiro. O orçamento está colocado em alguns setores, Deputado Reginaldo, e temos que começar a colocar no programa Juventude Viva, de que a Larissa falou. Temos que colocar orçamento, dinheiro, nesse programa, e pessoas qualificadas.



Aqui no Estado de Minas Gerais, o Governo tucano criou um programa e acabou com ele: o Programa Fica Vivo, que era o único que discutia essa questão do homicídio de jovens. O Governo Pimentel precisa reformular esse Programa, capacitar aquelas pessoas, colocar gente nova lá, colocar orçamento, porque é um programa que já tem 10 anos, e tem um *know-how*, experiência. Eu acho que é importante não jogar isso fora.

Concluindo, outra coisa que eu acho importante, Deputado Reginaldo: se for fazer uma audiência pública da CPI sobre o genocídio da juventude negra em Contagem, faça em Nova Contagem ou então no Bairro Nacional (*manifestação na plateia*), porque é lá que a juventude negra está morrendo.

Eu moro em Contagem. Eu ando por todas essas regiões de Contagem, Ibirité, Betim e Belo Horizonte, em todos os lugares, fazendo oficina, discutindo com a juventude sobre políticas públicas de juventude, desde aquela época dos tempos remotos. Eu acho o seguinte: onde está a juventude não conseguimos ir. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Roberto.

O SR. ROBERTO RAIMUNDO - Nem os Parlamentares vão, nem as políticas públicas vão. Precisamos de espaços nesses locais para a juventude negra poder falar também.

Eu estou aqui até agora e infelizmente tenho que ir embora, porque tenho que estudar para a prova de amanhã.

Obrigado. Boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Roberto. Nós topamos o desafio de fazer a audiência em Nova Contagem. Vou acertar com a Deputada Marília Campos.

Quero só dizer ainda ao Roberto que nós levamos o IPEA à CPI — o IPEA fez um estudo —, porque a Comissão também analisa os impactos sociais e econômicos, se há jeito de analisar impactos econômicos, pois é evidente que a vida é imensurável. Mas, do ponto de vista do IPEA, o prejuízo com a morte dos jovens negros no Brasil chega à casa dos 100 bilhões de reais/ano. E há hoje, como você colocou muito bem, um vazio demográfico, com tantos homicídios de jovens de 15



até 19, 20 anos. Há um vazio demográfico de jovens homens negros nessa idade. Então, é evidente que precisamos considerar todos esses indicadores.

Portanto, a CPI tem estudado esses indicadores. Sem falar que nós gastamos 258 bilhões de reais com a segurança pública. O problema não é dinheiro. Esses recursos, 258 bilhões, representam o que se gasta no Brasil com saúde, 110 bilhões, e o que se gasta com educação, 130 bilhões. Então, nós gastamos com a segurança pública mais do que gastamos com educação e saúde no Brasil, e é ineficiente.

Quero convidar a mãe do Tiago, Sra. Maria do Carmo, para fazer uso da palavra. Nós já estivemos com ela lá no Alto Vera Cruz. Com a palavra a Sra. Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO - Boa noite a todos.

Meu nome é Maria do Carmo. Hoje eu moro no Bairro Santa Teresinha. Há 1 ano e 5 meses, eu fui pega de surpresa com a morte do meu filho. Eu enterrei um cachorrinho no dia 14 de janeiro, uma minhoca, porque até então o Estado desconhece as mortes, as execuções ocorridas dentro dos presídios. Quinze dias após a morte do meu filho, único filho — eu sou mutilada hoje, porque não posso mais ter filho; só tive um —, aconteceu com a mãe do Jeferson também. Mataram o filho dela na mesma circunstância.

A discussão aqui é sobre negros e pobres. A mãe do Jeferson é negra, ela trabalha, é escrava de uma escola, de onde não pode sair para participar do que está acontecendo aqui e muito menos procurar os direitos pelo que aconteceu com o filho dela. Três dias após ela ter passado no CERESP da Gameleira, foi avisada de que o filho dela estava morto há 3 dias. Ela não pôde velar o corpo do filho dela com o caixão aberto. Eu tive o prazer de velar o corpo do meu filho. Com 24 horas de óbito, o meu filho mexia a mão, tinha movimentos de mão.

Meu filho estava com três detentos, três colegas dentro da cela. Ninguém viu, todos dormiam. Inclusive o agente de segurança. Ninguém viu. Quando eles levaram meu filho para a prisão, o Estado me disse que ele ia para lá para ser corrigido. No entanto, o meu filho passou várias vezes por penitenciária e nunca foi corrigido. Por quê? Ele já sabia que, quando saísse de lá, a primeira coisa que tinha que apresentar para a sociedade, para ter um emprego, era o atestado de bons



anteriores. E isso o desestimulava. Nada mais certo, porque ele sabia que não ia encontrar um emprego. E por aí foi. Meu filho passou por isso.

No ano passado, eu constituí uma advogada em Igarapé. Ele já estava com o seu direito de liberdade garantido, mas o SETARIN não o liberava, porque dentro do presídio alguém segurava a saída do meu filho. Constituí uma advogada em Igarapé. Essa advogada um dia me desafiou, disse que eu tinha desacatado uma juíza. Isso porque, quando ela falou para mim que a juíza tinha ido ao médico, eu disse: *“Só falta ela voltar grávida”*. E essa juíza já não tem idade para engravidar. Ela disse que eu desacatei a juíza. Voltei a Igarapé e perguntei, dentro da Secretaria, se eu havia desacatado alguém, e me responderam que eu chego lá como qualquer mãe chega. E ela respondeu para mim que não tinha medo de bandido. Há aí também um dedinho dessa advogada. Não tenho medo de falar, não. Quem quiser me matar, pode matar. Enquanto eu tiver voz, vou falar. E acabou, passou, meu filho saiu no dia 3 de janeiro, com muito custo. Papel vai para lá, papel vem para cá, com muito custo, no dia 3 de janeiro, o meu filho saiu. O meu filho saiu no dia 3, no dia 5 ele brincou com a filha dele aqui no parque municipal — deixou uma filha de 6 anos na época. E ele não tinha nada que indicasse que estava com tendência a suicídio.

No dia 8, ele foi preso novamente. E tudo me leva a crer que ele facilitou essa prisão para não voltar para o Presídio de Bicas, porque eu depositava dinheiro na conta de alguém lá para pagar droga, dentro do Presídio. Eu nunca levei. E quem tentou entrar, talvez não tivesse a conivência de agentes do Estado, foi preso, junto com uma filha de pouca idade. Então, essa droga entra lá através de agentes penitenciários.

Eu denunciei à Corregedoria, à Assembleia, lá na Cidade Administrativa. Eu recebia cartas prontas, estavam no computador: *“Nós não coadunamos com erros de funcionário”*. Mentira! Mentira! Eu cansei de pedir ajuda para o meu filho, ora a psicólogo, ora a psiquiatra, ora a responsável por tratamento dentário. E nada foi feito. Uma psicóloga me disse: *“São 1.700 presos”*. Eu falei: *“Você nunca vai conhecer meu filho, porque, se são 1.700 presos, simplesmente uma psicóloga não vai dar conta”*.



Vou resumir, porque, se eu for contar aqui a história — e eu gostaria de um dia poder contar isso num livro —, acho que nós podemos ir até de madrugada, como essas audiências que varam a noite, não é? Então, eu gostaria de contar nos mínimos detalhes, porque é uma história muito confusa, muito complicada. Meu filho foi preso no dia 8. No dia 14, eles acharam por bem exterminar o meu filho. A câmera do Olho Vivo filmou. Só que, naquele momento que a câmera filmava, passava um negro com uma mochila nas costas todo cambaleante. Aí a câmera foi filmando. Ela voltou novamente, pegou meu filho sentado na calçada da Rua São Paulo. E, lá dentro do estabelecimento, havia alguém que tinha quebrado, arrombado um carro — começou com uma Captiva e terminou com uma Meriva, no depoimento. O advogado do estabelecimento desconhece o arrombamento. A polícia chegou, três viaturas, para pegar uma sacola de roupa velha e um pé de chinelo. Juntaram três viaturas para pegar dois rapazinhos magrinhos. Meu filho era magro.

Nos depoimentos, a polícia disse que, a alguns metros dali, eles encontraram o endereço da suposta vítima. Nada me tira da cabeça que aquela suposta vítima nada mais era do que um traficante. Eu fiz uma investigação. A alguns metros dali, onde a polícia disse que era a residência dessa vítima — e ele vai à CEFLAN apontar o dedo no rosto do meu filho; eu questionei se isso era legal, e ninguém me respondeu —, havia dois botecos. Um dia fui lá e perguntei de quem era o estabelecimento perto de onde estava estacionado o carro, porque eu queria estacionar o meu carro, estava trabalhando na região. E a minha irmã, nas minhas costas, percebeu que havia alguém atrás, como se estivesse assessorando aquele cidadão que se dizia vítima. E eu saí dali falando que ia ligar. Ele me deu o telefone ao contrário, que é o telefone da tal vítima, dona do carro. Essa foi a prisão do meu filho no dia 8 de janeiro.

Eu fui à audiência do outro rapaz que estava junto com ele. O juiz pergunta ao policial: *“Você se lembra disto aqui?”*. *“Não, meritíssimo, a gente não lembra.”* *“Vocês têm a gravação?”* *“Não.”* Eu tenho a gravação do Olho Vivo, assim como tenho fotos do meu filho exterminado dentro do CERESP da Gameleira. O policial desconhece. Fazia tanto tempo que eles tinham prendido o meu filho que esqueceram. Nunca sabem.



O juiz chora junto comigo para dar um atendimento ao meu filho. Meu filho passou pela Fundação Casa, em São Paulo. Eu fui ao Conselho Tutelar quando ele era menor de idade. Eu vigiei muito, mas nunca peguei nada. Ele assumiu a droga agora, há uns 5 anos. Foi quando ele falou para a minha mãe, de quase 80 anos, que usava drogas. Eu tinha suspeita, mas nunca peguei. No Conselho Tutelar, a conselheira falou para mim: *“Tire espinha no rosto do seu filho?”*. Eu falei para ela: *“Você acabou de tirar minha autonomia sobre o meu filho; se ele parasse dentro de casa, eu tiraria espinha dele”*. E por aí foi. E tudo foi acontecendo.

Ele passou pelo Presídio de Bauru, onde eu, gente, sentava na cama do preso, dentro da cela, e dormia. A gente podia dormir. Eu entrava de anel, de relógio e tudo. E meu filho veio a ser exterminado no Estado de Minas Gerais. Dizem que São Paulo é um Estado criminoso. Muito pelo contrário. O meu filho conviveu com facção criminosa dentro de presídio. A população aqui é pobre, necessitada de dinheiro. Em São Paulo, meu filho conviveu com tudo isso e nunca sofreu uma agressão dentro de presídio. Contando com a agressão dentro de delegacia, onde um delegado colocou a mesa em cima do dedo dele, sentou em cima e pisou nele, essa foi a única agressão de que eu tive ciência.

Eu espero não ter enterrado um cachorro de estimação. Eu enterrei meu filho há 1 ano e 5 meses. Eu agradeço a oportunidade que tive, graças a Deus, de ir buscar ajuda em São Paulo. Hoje eu estou aqui, conheci vários grupos, inclusive a Miriam, que está me acompanhando o tempo todo. Eu achei que, aqui em Minas Gerais, ninguém se importava com nada. E continuo achando que não se importa, porque as mães são caladas. A Cláudia disse que, no dia do enterro do filho dela, um carro preto ficou em volta do cemitério, ameaçando-a para que não falasse muita coisa. Esta mãe aqui é doente porque o filho dela foi morto no Nelson Hungria. E as outras Marias? E as outras cláudias? O que será das outras marias e das outras cláudias que virão? Se depender de mim, ninguém mais entra num presídio.

Aqui, gente, eu espero ter oportunidade de falar muito mais, porque estou falando pela metade. Eu estou à base de medicação. E eu não quero ser dopada por medicação, porque vou entrar na fase do conformismo. E o conformismo eu não aceito. Se provam que o meu filho se suicidou dentro do presídio, então me deem provas concretas, porque mortos não falam com as pessoas. Mas existe outro



sistema, que é o espiritual, que fala. E eu vou buscar isso. O Dr. William tem provas contundentes de que o meu filho foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Dr. William, inclusive, nos passou todo o processo. Eu já passei...

A SRA. MARIA DO CARMO - Passou porque o outro Dr. William estava no presídio na hora atendendo uma cliente dele. Ele mandou a cliente dele embora e foi fazer uma oitiva.

E há uma camisa do meu filho com uma escrita, e até agora não foi feita a grafotecnia. Ela está arquivada dentro do fórum. Eu quero essa camisa, e eles não me dão o direito de ver essa camisa.

Sem querer ser sensacionalista, aqui há um agente do Estado com uma máquina fotográfica, ou um celular, saindo da cela no dia. A perícia da Polícia Civil não queria fazer a vistoria porque a cena do crime foi modificada, e meu filho aparece como Valdimir Herzog, a 6 centímetros do chão. Suicídio — em uma cela com três colegas. Suicídio.

Meu filho não tinha esse perfil de suicida. Meu filho tinha uma filha, e ele tinha vontade de lutar pela vida da minha neta. A intenção dele era essa, que nós trabalhássemos e fôssemos cuidar da filha dele, porque a mulher dele... Ele casou, dentro de uma igreja, ele teve uma mudança de vida, mas não teve uma mulher que fosse capaz de ajudá-lo na construção de sua vida como homem.

Então, o Estado de Minas Gerais me entregou meu filho suicida, e eu não vou aceitar isso. Quero que me provem que ele se suicidou. No dia que alguém me provar que ele se suicidou, eu entrego o caso.

Pedi ao Ministério Público que me desse meu filho vivo, que eu deixo de acusar o Estado. Enquanto o Estado não me provar que ele se suicidou, eu vou continuar dizendo que o Estado de Minas Gerais matou meu filho.

Gente, eu tenho vontade de muito mais. Isto aqui são coisas dentro de uma cela, um colchão com um pedaço de pano, onde, supostamente, ele fez essa corda para se matar — em seis dias dentro de um presídio. Lá dentro havia uma caneta, lá dentro havia uma corda, e, aí, o Tiago foi morto, no dia do aniversário, para parecer que ele tinha motivos suficientes para se matar.



Meu filho não tinha motivos para se matar, porque ele já estava acostumado com o presídio. Ele ia e voltava, ele ia e voltava. Então, eu não aceito. Provem que meu filho se suicidou, que eu calo a minha boca.

Gente, por hoje é só. Eu espero um dia poder ter mais direito à fala. *(A oradora se emociona.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sra. Maria do Carmo, a CPI, é evidente, tem percorrido o Brasil, e nós temos tomado conhecimento de vários casos. Lamentavelmente a senhora não é a primeira e, infelizmente, não será a última.

É evidente que todos os nossos encaminhamentos são para buscar uma saída mais sistêmica para o problema que o País vive hoje. É evidente que, perante tanta injustiça e falta de informações, nós da CPI temos pedido informações de vários inquéritos e processos. O Dr. William Santos já me passou o processo da senhora, e nós vamos solicitar amanhã mesmo, na CPI, informações de todo o inquérito em relação ao filho da senhora.

É evidente que nesses casos o imperativo de ser solidário e sensível e estar junto é muito exigido. Então, a senhora pode ter certeza de que nós vamos estar acompanhando esse inquérito.

Passo a palavra ao próximo orador, Sr. Welton Luiz da Silva.

O SR. WELTON LUIZ DA SILVA - Boa noite. Meu nome é Welton Luiz da Silva, eu sou Presidente da Associação dos Rodoviários Aposentados, fui motorista de ônibus muito tempo, convivi muito tempo com esses bandidos, com os genocídios que acontecem.

Eu estou aqui porque, na verdade, quero parabenizar a Secretária de Combate ao Racismo, o Marquinho Cardoso, a Deputada Federal Rosângela e também a Secretária da Educação, porque eu gostei muito da fala de todos eles. Eu acho que é por aí mesmo. E o Deputado está de parabéns pela iniciativa que tomou de combate, de realização do debate público.

Eu vim aqui pedir a palavra para dizer o seguinte: pelos meus anos de vida, pela convivência que tenho, pela experiência de vida que eu tenho, cheguei à conclusão de que realmente o genocídio do negro, do preto, do pobre ocorre



realmente por falta de estrutura, de educação, de condições. E essa falta de condições, de educação está na periferia.

Então, eu coloquei aqui que o genocídio começa pela juventude, periferia e escola. Por quê? A juventude na periferia não tem uma educação digna. As escolas são todas de baixa qualidade. Eu sou pai de seis filhos. Eu tenho cinco moças e um menino. O mais novo tem 30 anos.

Eu fui motorista de ônibus muito tempo. Meu filho é motorista de ônibus. Três das minhas filhas são enfermeiras e uma é professora. E sabem onde eu criei minhas filhas? No Palmital, lá no Conjunto Cristina.

Quando eu mudei para o Palmital... Eu morei certo tempo no Palmital. Aliás, eu moro lá até hoje, e todo mundo falava: "*No Palmital, ali é lugar de criar família? Ali só tem bandido*". Realmente havia uma facção ali, uma pequena parcela de afortunados, algumas pessoas que vieram de favelas que não tinham nenhuma consciência política.

E eu era motorista, motorista de caminhão. Eu viajava. Eu vi meus filhos sendo criados lá dentro do Palmital, crescendo assim. Vi minha filhas crescendo. E eu conversava com as minhas filhas. Eu me preocupava em dar estudo para as minhas filhas.

Eu vi meu filho caçula crescer no meio daquela meninada lá dentro do Palmital, e depois vi um matando o outro, entendeu? E vi chegar a hora que meu filho estaria matando ou morrendo. O que eu fiz? Peguei meu filho, passei a levar meu filho para o meu serviço. Foi a única maneira de tirar meu filho da mão do bandido. Pus meu filho para trabalhar comigo. E o que aconteceu? Hoje ele virou um profissional, um motorista de ônibus.

Então, eu acho o seguinte: do que a gente precisa, para acabar com esse genocídio, é de educação. A gente precisa dar condições aos pais de família, às mães de família de criar os filhos. E como é que a gente dá condições? Colocando uma escola de qualidade ali na periferia, perto do trabalhador, porque as escolas de qualidade estão todas no centro da cidade. E nós, pais de família, trabalhadores, não temos condições de ficar pagando condução para o filho estudar numa escola que dê a ele condições de apreender realmente.



Temos que estar com os nossos filhos, então, realmente, naquelas escolas de periferia, que não têm nenhum acompanhamento. Ali, em vez de aprenderem, eles desaprendem. Os meus filhos, se eu não ficasse de olho neles, iam desaprender o que aprendem dentro de casa. Você ensina uma educação aos seus filhos, eles chegam lá na escola e aprendem outra.

O que eu queria dizer é o seguinte: hoje a BHTRANS, o Governo, todos ficam preocupados com o carro que para em fila dupla na porta das escolas, no centro da cidade, enquanto os bairros, a porta das escolas estão cheios de traficantes. É isso que as autoridade tinham que olhar. É preciso consertar, melhorar as nossas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

O SR. WELTON LUIZ DA SILVA - Eu gostaria de pedir ao Deputado que olhasse para a periferia. Por exemplo, por que não implantam um FIES na periferia, nas cidades do interior? Por que não colocar o SESI mais próximo da casa do trabalhador? É só isso.

Obrigado. Boa noite a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

A próxima oradora é Miriam Alves, da campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta!

A SRA. MIRIAM ALVES - Sou Miriam Alves. Eu moro no Bairro Dom Silvério.

Eu ouvi, algumas vezes, durante a explanação da Mesa, que o Estado é ausente. Só que eu vou colocar um posicionamento contrário a isso, porque o que a Maria do Carmo falou em relação ao filho dela e a milhares de mães que estão aí sofrendo a morte dos seus filhos mostra que o Estado não é nem um pouco ausente. Na verdade, quando esses jovens estão sob a tutela do Estado, a gente vê que eles estão sendo exterminados.

Não é a primeira denúncia no CERESP da Gameleira. Em setembro de 2013, um amigo meu que é do curso de História da UFMG foi preso durante as manifestações. Inclusive, eu estive neste mesmo auditório para fazer a denúncia de que ele tinha sido colocado de joelhos sobre a brita, e eles cortaram os *dreads* dele com uma faca, naquela época. Nós dois fomos juntos à manifestação e, infelizmente, naquele dia, tive que voltar sem ele. Felizmente, ele ficou só 1 semana



preso. Ele falou que, durante o tempo em que ficou preso, bebia uma água barrenta, uma água que não tinha a cor natural de água. Então, é assim que eles tratam os presos dentro do CERESP Gameleira. Foi encontrado, nesse mesmo CERESP, um cassetete em que estava escrito “*direitos humanos*”. Ironizam, ainda, a situação.

Eu faço parte também da campanha Minas Diz Não à Redução da Maioridade Penal. Eu gostaria que todo mundo acompanhasse também, pelo Facebook, as postagens.

Retomando aqui o movimento, a primeira mobilização que a gente fez foi na Praça Sete, no dia 23 de março. Estava previsto o movimento sair da Praça Sete e ir até o Viaduto Santa Tereza, onde ficam vários jovens. E havia alguns jovens ali andando de *skate*, naquela noite. Antes de o movimento chegar, uma colega nossa que é do Coletivo Margarida Alves, a Mariana, que é advogada, apareceu lá. Ela foi direto para o Viaduto Santa Tereza, porque estava chovendo. Lá, ela encontrou dois carros da Polícia Militar. Os policiais estavam abordando os jovens. Entre esses jovens — na hora em que ela chegou, um estava sendo levado —, havia duas adolescentes de em torno de 16, 17 anos, e as duas relataram que os policiais as abordaram. Eles as levaram para o canto, desceram a calça delas e enfiaram o dedo dentro da vagina dizendo que estavam procurando drogas. Eu não sabia que o Estado podia estuprar as pessoas.

Essas são pessoas que representam o Estado. Então, o Estado não é ausente. As escolas são instituições que representam o Estado, e, a partir do momento que elas excluem o jovem, o Estado não está sendo ausente. O Estado é muito presente no extermínio da juventude.

Eu acho muito importante estar aqui o pessoal da Pasta de Direitos Humanos e esta Comissão, mas acredito que a gente deve puxar a responsabilidade do nosso Governador, Fernando Pimentel, que entregou a Pasta de Defesa Social ao PR, para meio que aliviar a barra dele, porque acho que essas políticas devem ser integradas. Eu acho que a gente não vai ter uma resposta concisa se não estiver aqui o Secretário de Defesa Social também se comprometendo, o Sr. Bernardo Santana, que é um representante do povo e que claramente se posiciona a favor da redução da maioridade penal. A gente quer essa pessoa aqui. A gente quer debater



os movimentos sociais. A juventude quer debater com todo o Estado, inclusive com a Defesa Social.

Um governo que se omite em dizer o seu posicionamento, igual o nosso Governador, que se omite em dizer se é favorável ou não à redução da maioria penal — para mim, quem cala consente —, se está se omitindo num momento desses, em que a gente vê toda a bancada da bala e toda a bancada evangélica colocando pressão para reduzir a maioria penal, está sendo conivente com essa conduta política de extermínio da população e, principalmente, dos jovens negros. Então, eu quero uma resposta do Governo do Estado referente a isso, e quero também a defesa social.

Então, a gente tem que buscar uma comissão que junte essas pessoas, porque é preciso essa integração de todas as políticas. Não adianta nada a gente conversar só com a Pasta de Direitos Humanos se a Educação não está comprometida.

Falando em educação, eu também lembro que, na UFMG, a gente teve um caso recente. Saiu, no Estado de Minas, uma matéria bem tendenciosa, que colocava a UFMG como boca de fumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

A SRA. MIRIAM ALVES - Criou-se uma comissão dos professores, que mais legitimou essa política de extermínio do que realmente propôs algo para que os jovens negros das periferias ali perto que estavam indo à universidade, que é um espaço público, convivessem ali dentro. Então, a solução foi colocar mais aparato repressivo ali dentro, a Polícia Militar. A universidade é federal. Eu creio que não é nada democrático enfiar a Polícia Militar ali dentro. Por várias vezes, eu reclamei da segurança no *campus*. A gente sofre direto violência lá. Inclusive, quando nós fizemos a Semana da Consciência Negra, várias pessoas foram agredidas, sofreram racismo, inclusive por parte dos seguranças. Não há uma iluminação adequada, então a gente tem caso de estupro. Eu fui agredida pelo meu ex-companheiro dentro da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele tentou me matar lá dentro. Há 2 anos eu estou andando com uma medida protetiva que não me serve para nada, porque um papel não vai me dar segurança nenhuma.



Então, as mulheres, neste País, que sofrem violência doméstica, que vêm de uma cultura machista... Inclusive, agora a gente tem que se posicionar também contra essa política religiosa fundamentalista que está tentando tirar a questão do gênero do Plano Municipal de Educação. Já conseguiram tirar do Nacional, agora querem tirar do Municipal. A gente tem que se posicionar contra isso. A questão de gênero tem que ser debatida, sim, profundamente, em todos os espaços, a questão de gênero e a orientação sexual, porque somos nós negros, nós homossexuais, são as transexuais que estão morrendo.

Não se deve omitir, então, sobre todas essas formas de violência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Miriam.

Em relação ao Secretário, a CPI já o convocou. Nós convocamos seis Estados com menor índice de violência. Tanto o Secretário Bernardo Santana está convocado para uma audiência em Brasília quanto o Comandante da Polícia Militar, Bianchini, o Comandante da Polícia Civil e a Defensoria Pública.

Nos Estados, nós estamos priorizando ouvir mais os movimentos do que os agentes de segurança pública. Nós os convidamos, recebemos com o maior carinho, como o que estava representando o Delegado-Chefe da Polícia Civil, mas estamos priorizando ouvir os movimentos, até porque, conforme o roteiro de trabalho da CPI, usamos o critério da isonomia — os seis maiores e os seis menores, apesar de Minas ter percentual abaixo da média nacional de homicídios da população em geral; mas o percentual está acima do ponto de vista da população jovem negra e pobre.

Mesmo com o indicador de 22 homicídios para cada 100 mil habitantes, é um absurdo. Minas é um Estado muito rico, é um Estado do Sudeste, que tem um dos indicadores menores, então é evidente que Minas precisa fazer o dever de casa. Não dá para comemorar uma taxa de 22 homicídios para cada 100 mil habitantes e, em especial, de 48 homicídios de jovens para cada 100 mil habitantes.

Quero convidar para usar da palavra a Sra. Maria Teresa. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o companheiro Arcanjo Pimenta.

O SR. ARCANJO PIMENTA - Meu nome é Arcanjo Pimenta, eu sou Diretor do SOS Racismo e Presidente do PMDB Afro-Brasileiro de Minas Gerais. E vocês



me desculpem por naquela hora querer falar no lugar da Diva. É que eu não tinha me inscrito.

Como o Juninho colocou, o fórum já está criado. E aqui está a nossa companheira Ofélia, a companheira Andréia, a companheira Imaculada, a Eva, a Lucinha, que fazem parte desse fórum, que foi criado pela Secretaria de Combate ao Racismo, junto com o companheiro Mota, e que vem discutindo políticas públicas para Minas Gerais.

Deputado Reginaldo, nós já visitamos praticamente todos os Secretários de Estado de Minas Gerais, e uma das nossas reivindicações é a posição dos negros perante o Governo. Falo da nossa participação, das nossas cotas. E em todas as outras lutas sociais que houver no Estado, o fórum, e vai ser um fórum chapa-branca, estará junto para discutir.

Então, quanto ao debate que está ocorrendo aqui, nós do fórum estamos dispostos a trabalhar juntos com a CPI.

O que eu queria falar era isso, por isso peguei a vez da Diva. Acho que isso é de suma importância. O fórum também vai discutir essa questão do genocídio dos jovens negros aqui em Minas Gerais e no Brasil.

Estou à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Arcanjo.

Encerramos aqui a fala dos inscritos. Eu não completei a fala em relação à intervenção da Miriam, mas nós ficamos muito felizes também — ouviu, Macaé? — com a presença, participação e dedicação de quatro Secretários, em especial da senhora que está ao nosso lado até agora, ouvindo a nossa comunidade. Queremos agradecer. Isso demonstra um compromisso do Governador Fernando Pimentel.

Quero também dizer que é evidente que é um problema complexo a questão da violência no Brasil. É multicausal, tem muitos efeitos. É um desafio enorme, e nós não temos condição de resolvê-lo da noite para o dia, mas os membros da CPI, uma ampla maioria... É evidente que lá é uma Casa do contraditório, tem lá representação de todos os segmentos da sociedade, mas na CPI tem-se construído uma força majoritária, posso dizer assim — não é Deputada Rosangela Gomes, Deputado Luiz Couto? —, no sentido de reconhecer o genocídio, no sentido de reconhecer que é preciso mudar a Constituição, ter uma definição nova sobre a



ordem pública, uma nova concepção, um novo sistema federativo, um novo pacto republicano, no sentido de acabar com os autos de resistência. E mais do que acabar com os autos de resistência, é tornar prioridade as investigações dos crimes cometidos por agentes de Estado que hoje não são investigados. Tem que se inverter, tem que ser prioridade. E várias legislações: não mexer na cena do crime, construir IML independente, perícia independente para dar credibilidade, não é? Hoje as comunidades nem aceitam de fato, não acreditam para resgatar.

O Deputado Cristiano colocou muito bem — não sei se foi o Deputado Cristiano ou outro — que é importante para as corporações esse resgate da imagem, porque hoje a população vê os agentes de Estado como inimigos. Tem que haver um novo conceito de segurança pública, não pode ser um conceito de inimigo interno, nós não somos inimigos, é de segurança nacional. Este conceito está errado. Essa questão do combate. O conceito da guerra às drogas, esse processo está totalmente falido.

Eu tive a oportunidade de presidir uma Comissão sobre drogas. Eu acho que temos que avançar na lei que despenalizou. Eu tentei que a lei que despenalizou pudesse pelo menos classificar o que é usuário e o que é traficante, a partir de substâncias e volumes, mas fui derrotado no plenário desta Casa. Então, está em aberto. Ao ficar em aberto, é o ato discricionário do juiz que define quem é traficante, quem é usuário. Lamentavelmente, em ampla maioria, é decidido pela cor da pele: se for negro é traficante, se for branco é usuário — em todo o esquema de segurança pública, lamentavelmente. Mas precisamos avançar nesse sentido.

Na política sobre drogas nós não construímos uma rede de proteção, não construímos uma rede de tratamento, não construímos uma rede de prevenção. É evidente que nós temos que avançar muito nessas políticas — ouviu, Macaé? Eu sou daqueles que acha que se a gente avançar para descriminalizar, diferente de liberar, já seria um avanço muito grande. E criar todo um contexto de que o usuário é problema de saúde pública e não mais uma questão policial, e adotar o método de Portugal, em que há um “apagamento”. Ele não é criminoso por ter usado droga.

Do ponto de vista do novo sistema de segurança, eu acho que nós vamos ter que fazer uma PEC. Eu pessoalmente defendo, não sei o que o Plenário da CPI vai definir, mas acho que a Relatora tem essa tendência também. Primeiro, a integração



das forças de segurança é fundamental; a unificação é o segundo passo; e a desmilitarização é o horizonte. Talvez a gente não tenha força para fazer tudo ao mesmo tempo, porque a PEC, Deputada Relatora Rosângela Gomes, sinaliza prazos: para quem entrar agora não é mais militar, daqui a 5 anos unifica, daqui a 10 desmilitariza. Eu acho que é isso. Nós temos que aprender a fazer política também negociando e avançando de acordo, um pouco, com a conjuntura e também a médio e longo prazo.

Então, eu acho que imediatamente uma PEC que trate sobre segurança deve integrar na lei e na Constituição, deve criar conselhos externos. Eu acho que o Conselho Nacional de Segurança Pública é fundamental, o Conselho Estadual de Segurança Pública é fundamental, o Conselho Municipal de Segurança Pública é fundamental. É imperativa a exigência de que a sociedade é quem define as suas estratégias, os planos decenais, o plano municipal. Nós não vamos discutir o Plano Municipal de Educação? Por que o Plano Municipal de Segurança Pública quem define são os oficiais? Porque também os policiais são algozes e vítimas dessa violência. Eles cumprem uma lógica seletiva na segurança pública de abordagem.

É verdade também quando eles falam que matam muito e também morrem. É verdade que eles morrem, 85%, fora do serviço. Tem que estudar a CPI por que eles morrem fora do serviço. Têm vários indicadores, nós precisamos aperfeiçoar. Mas, é evidente que negros e pobres é a maioria dos policiais vítimas de uma concepção das elites sobre segurança pública, sobre o inimigo interno. Precisamos desprivatizar o tema segurança pública. O tema segurança pública tem que ser de domínio do cidadão, é ele que deve elaborar a concepção.

É uma vergonha! Eu fui a Viçosa fazer uma CPI, estava tendo um policiamento ostensivo nas comunidades periféricas, acho que mataram 9 lá nesse mês, sem o Prefeito ter conhecimento. O Município não é ente, não tem presença compartilhada no Sistema de Segurança Pública. Não estou falando só o ente, o representante do povo, o Prefeito, o Vereador, mas pior ainda o cidadão que nem participa, não tem nenhuma concepção.

Então, é evidente que nós vamos ter que obrigar, na minha opinião, como nós fizemos nas políticas de juventude, esses mecanismos, constitucionalizar esses mecanismos na Constituição, talvez até definir o que é ordem pública. A não



definição de ordem pública na Constituição também foi o que levou o nazifascismo a matar. Então, talvez... Não sei se temos força no Congresso atual.

A questão da segurança interna é errada, isso tem que mudar na Constituição, tem que ser segurança nacional. Ou seja, têm muitos desafios: trazer não mais ao Juventude Viva, não para ser uma ação isolada de um Governo, mas ser uma ação do Estado brasileiro junto com a estratégia de redução de homicídios no Brasil é fundamental. Nós queremos, de fato, então, transformar as metas preventivas de políticas afirmativas para discutir quais são as reais situações socioeconômicas dos jovens negros e pobres. Nós estamos falando de políticas afirmativas. Para isso tem que ter meta na Constituição, meta bem decidida e aprovada.

Esse Plano Nacional nós vamos apresentar nos próximos 20 dias. E mesmo aprovado o relatório da CPI e esse PL do Plano Nacional, nós vamos constituir uma Comissão Especial — nós vamos ter um novo tempo, ele vai estar elaborado com suas metas de políticas de prevenção afirmativas e seus pactos republicanos na redução — e vamos voltar aqui para discutir. Vocês vão ter um documento, vocês vão poder mudar artigo por artigo, porto por ponto. Pelo menos é esse o meu desejo, é o desejo da Relatora também.

Nós vamos constituir uma nova Comissão. Então, nós não estamos aqui para substituir ninguém. Três meses atrás eu não entendia nada sobre segurança pública. Nunca atuei. Na verdade, nunca entrei em nenhuma CPI. Eu sempre construí políticas por Comissões Especiais, debatendo e ouvindo o povo. Todos os meus projetos são frutos coletivos. Certo ou errado foi o que a sociedade tinha de acúmulo. É bom que se diga isso também, que nós estamos fazendo uma conversa honesta e franca. Às vezes, a sociedade fala: *“me substituiu, não me ouviu”*, mas, olhe, desde que eu estou no Parlamento, há 13 anos, não tem um tema que eu apresentei, um projeto, da minha cabeça.

Toda a política da juventude, tudo o que tem de acerto e erro foram vocês, a sociedade participou. Fui a todas as capitais. Para a política nova sobre drogas também fui, para a política da reforma do ensino médio também, e quanto à questão do genocídio dos jovens negros nós estamos aqui.



Então, a ideia é que a gente possa combinar essa representação nossa, legítima, com as virtudes e deformações da sociedade brasileira — é o Congresso que temos, da democracia indireta —, com a participação direta da sociedade brasileira. Sempre foi essa combinação. Não é porque em 2013 o povo foi à rua pedir mais participação, não; é porque este é um conceito que eu tenho no exercício dos meus mandatos de Deputado Federal, e é um conceito que a CPI tem adotado para encaminhar os projetos.

Então, sobre os avanços que nós vamos apresentar, o que nós podemos assumir aqui com a comunidade, com as lideranças, é a condição política que nós temos no Congresso.

Na CPI, nós temos uma condição política muito favorável. No Congresso, nós dependemos da sociedade para mobilizar e para discutir, porque nós vamos aprovar os projetos, mas eles terão que ir a plenário. Eu lembro que nós aprovamos aqui um projeto sobre drogas que tivesse, como fez a Colômbia, uma definição, tirando do ato discricionário do juiz quem é traficante e quem é usuário, mas nós fomos derrotados no plenário da Câmara, porque lá temos uma correlação de forças que não têm essa compreensão, ou são conservadoras e que taxa que a guerra contra as drogas ainda vale a pena. E os próprios Estados Unidos já desistiram, porque já gastaram trilhões e trilhões e não resolveram.

Nesse sentido, para encerrar, eu quero dizer que nós estamos aqui com muita determinação, muito carinho. Começamos às 8 horas e estamos aqui até agora, e podemos continuar também, mais à noite se for possível. Mas eu quero dizer que isso em respeito à sociedade brasileira, em respeito aos movimentos negros organizados, são vários, que sempre lutaram, sempre denunciaram. Eu acho que se a sociedade brasileira tivesse ouvido, nós teríamos outra realidade social no Brasil, hoje; eu acho que faltou. Eu mesmo, que sou do Governo há 12 anos, tenho o maior orgulho de ser do Governo Lula e Dilma, admito que nesse campo, sobre segurança pública, nós não acumulamos, terceirizamos, deixamos de lado, e hoje nós temos que pagar o mico de assistir que houve uma redução de quase 40% de homicídios de brancos, que nós temos que comemorar, nós não queremos a morte de ninguém, mas houve, ao mesmo tempo, um aumento de 40% de jovens, negros e pobres no Brasil. E olha que nós fizemos política. Também dizer que não fez nada não é justo



com a nossa história, não é justo com ninguém que está aqui, porque todos estão aqui, de uma maneira ou outra, são donos, são participantes da construção do novo Brasil.

Fizemos Bolsa Família, que ajuda a colocar a criança pobre na escola; universalizamos a escola básica; ampliamos, dobramos a população universitária — eram 3 milhões, hoje há 8 milhões; ampliamos 600 escolas técnicas; fizemos as cotas, ainda uma experiência nova, mas já tem resultados, saímos de 2% para 10% de universitários; cota social combinada com cota racial, mas uma parte, 1/4 é só de cota racial, e 1/4 é de cota social combinada com cota racial; fizemos o PROUNI; o FIES, que eu fui Relator, que o povo fica falando mal, mas nós colocamos 2,3 milhões de universitários, o Brasil tem pouco mais de 7 milhões, 5 milhões não pagam, pagam porque os pais pagam impostos, mas 1,5 milhão está nas federais, 2,3 milhões são financiados por 22 bilhões da União/ano, para financiar a bolsa nas universidades privadas, e também temos aí mais 1,5 milhão de jovens do PROUNI, do Universidade para Todos. Então, é evidente que há grandes avanços, mas avanços que não foram suficientes para resolver o problema das injustiças, da reparação de dano que esse Estado não fez em relação à população negra do País.

Nesse sentido, eu acho que esse tema deve ser o tema desse início do século 21, deve ser um tema que eu tenho falado com o meu partido que ele deve se apropriar dele, deve ser um tema do povo brasileiro, da sociedade brasileira, porque uma sociedade que admite de fato que institucionalizou o racismo, está estruturado nas suas relações, é mais fácil essa sociedade superar. E ao superar o racismo, isso será bom para todos nós, para toda a Nação. A Nação sairá maior e melhor, mais plural, porque é assim que é o povo brasileiro. Como diz o Darcy Ribeiro, o povo brasileiro de ser tão plural virou singular. Este é o povo brasileiro.

Por isso, eu quero aqui agradecer a presença e a paciência de todos. Evidente que às vezes a gente não consegue a melhor metodologia para ouvir todos, o tempo, às vezes, não é o tempo que cada um de vocês merece. Às vezes, as lideranças que a gente convida representam uma parte, mas não representam a outra. Mas a intenção é de fato democratizar o debate.



Então, eu quero agradecer. Quero passar a palavra para o Deputado Luiz Couto, para suas considerações finais, e, depois, para a nossa Relatora, e, depois, nós vamos encerrar. (*Palmas na plateia.*)

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, eu queria agradecer o acolhimento e a contribuição que vocês trouxeram hoje para essa situação da violência contra jovens negros e pobres. De fato, nós não temos um banco de dados sobre a questão das mortes. Os dados que nós temos são do Sistema Único de Saúde, e a violência não é só a morte, não é? Há outras formas de violência: o estupro contra jovens negras, a violência, a tortura, o racismo, que é uma violência forte, o tratamento cruel, desumano, degradante, e uma série de outras violências. É importante a gente também associar outras violências que são praticadas, muitas delas que a família ou o jovem sequer têm a coragem de ir lá para fazer um boletim de ocorrência, principalmente na questão do estupro, da violência sexual, da exploração, do abuso.

Então, é importante perceber que a gente quer trazer um dado sobre a violência como um todo, que a juventude negra, que mora na periferia, na maioria, e que é pobre, ou seja, na maioria, esse agrupamento está passando.

Outro dado que é importante perceber é a seguinte situação: a polícia diz que quando mata é porque reagiu a uma ação da pessoa, são os chamados autos de resistência. E há um Projeto para acabar com isso, e inclusive a ONU já tem uma posição no Brasil solicitando isso.

Aí, vocês veem o seguinte: eu tenho um exemplo, e é importante até perceber em cada Estado e a gente cobrar isso dos Secretários de Defesa Social, de Segurança. Vejam, eu tenho os dados de Pernambuco: a maior parte dos policiais que foi morto morreu quando estava fora de serviço. Ou seja, ou ele estava fazendo um bico numa empresa e lá houve um assalto e o mataram ou então estava em outra atividade. Sobre a segunda parte daqueles que foram mortos não houve informação nenhuma, se eles estavam de serviço, ou se estavam fora de serviço, se estavam afastados, se estavam de férias; então, não informaram.

Eu conversei com alguém que disse: *“Normalmente, são policiais que têm algum envolvimento com o crime organizado, e aí para não piorar a situação dele*



que já estava associado, e, então não se dá a informação para que isso aconteça (sic)". E, somente lá em Pernambuco, apenas 9 foram mortos quando estavam em serviço. Isso é um dado importante para a gente poder analisar também essa questão dos autos de resistência, porque na realidade não é. Apenas 9, ou seja, isso entre abril de 2014 e abril de 2015, apenas em 1 ano. Fora de serviço, foram 46; não informado, 25; e, em serviço, apenas 9. Este é um dado que a gente precisa analisar depois com mais profundidade.

Uma terceira situação que a gente precisa mencionar é que o Brasil precisa de um banco de dados e precisa dar prioridade aos crimes praticados contra a vida. Quando se rouba um carro, logo está lá no INFOSEG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em alguns lugares demora 2 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dois anos. E, aí, o seguinte: o pior é isso, que mostra, por exemplo, os jovens que foram mortos e não foram enterrados porque estavam desaparecidos, ou seja, que foram enterrados ou que foram queimados ou que foram esquartejados e jogados. Isso não aparece. Não aparece. Então, a gente tem dificuldades, às vezes, de pegar as informações, porque são os dados do Sistema Único de Saúde que a gente consegue ter, porque na maioria o patrimônio... E aí está a questão: quando um crime é contra o patrimônio, e o patrimônio é de alguém importante, num instante aparece, num instante se investiga e se pega a pessoa.

Aí, você pega a questão da redução da maioria penal: para quase 70% dos que estão internado, 46% estão lá por causa de roubo; 26% estão lá por tráfico de drogas; e os homicídios respondem por 0,1%. Esses são dados de um estudo feito pelo Conselho Nacional de Justiça, mostrando que nós precisamos ter um dado que seja... Ou seja, pegou um boletim, que já esteja lá a informação, para que a gente possa analisar e ver que políticas públicas precisam ser implementadas para o enfrentamento daquela questão.

E, finalmente, uma outra situação que a gente percebe é com relação às chamadas políticas públicas para a juventude. O Reginaldo inclusive foi Presidente daquela Comissão de Políticas para a Juventude, e mesmo quando a gente tem o Juventude Vida as políticas públicas para a juventude são muito pífias. Na realidade,



a gente precisa cuidar dessa questão da juventude, principalmente a juventude que mora nas periferias.

Há um dado que chama atenção: muitos jovens que entram para a educação, com o tempo vão se retirando, saindo, têm que trabalhar, ou então são recrutados pelo crime organizado. Então, nesse sentido, os Governos precisam cuidar dessa questão das políticas públicas, para que possam assegurar isso. E uma prova disso pode se ver através do PRONATEC, onde jovens que estão em situação de risco ou vulnerabilidade, a partir do treinamento, da capacitação do PRONATEC e também das escolas técnicas estaduais conseguiram um trabalho digno para viver, e estão se afastando da vida anterior, daquela vulnerabilidade.

Nesse sentido é que a gente considera importante que esse trabalho vai no final, mais do que pegar... As denúncias, a gente sabe todo dia o que acontece. A gente quer entrar em cima de projetos de lei que possam trazer qualidade de vida para a nossa população, principalmente a população negra, que é a grande atingida. Quem disser que a escravidão acabou no Brasil está mentindo. A escravidão continua sob formas diferentes e mais sofisticadas. Nesse sentido, nós temos que dar o combate efetivo ao racismo que é a grande força que existe. Ou seja, é de fato isso que mostra que a população tem o chamado ódio de raça; é um ódio da raça. Parece que é seguinte: é mesmo acabar, porque como a raça negra tem gerado muito mais gente, o outro segmento parece que está numa perspectiva.

Eu fiquei muito preocupado com uma frase de um policial. O policial, racista como sal, disse a seguinte frase: *“Quando um negro está parado, eu o considero um suspeito; quando ele está correndo, eu o considero um bandido.”* Para muita gente é isso mesmo. Então, vamos trabalhar para que gente possa mudar essa realidade. E isso só com educação, com formação, na relação familiar, com trabalho digno para todos. Só assim nós teremos condições de mudar essa realidade.

Muito obrigado. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto, pela presença aqui em Minas Gerais. Estaremos lá na Paraíba no dia 3 de julho.

Quero passar a palavra para a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes. Também quero agradecer sua presença. Eu sei que V.Exa. foi para a Paraíba, pela



Comissão de Direitos Humanos, na sexta; voltou de madrugada para o Rio no sábado, fez várias agendas, e teve que vir para cá no domingo. Então, eu sei do seu esforço, e quero aqui agradecer essa dedicação à CPI. V.Exa. assumiu a relatoria no primeiro mandato e com muita disposição está enfrentando esse tema tão importante.

E não havia ninguém mais legítimo para ser Relator desta CPI do que a própria Deputada Rosângela Gomes pela sua história, história de vida, história pessoal. E também, vamos dizer, por representação também: é negra, mulher, e nós sabemos que aqui no Congresso também está institucionalizado o racismo, com pequena presença de mulheres e com presença muito pequena dos negros. Infelizmente, nós vamos ter uma reforma política, e isso vai se agravar mais ainda, em vez de avançar essa representação. Eu defendo paridades; eu já gravei um vídeo em apoio; vou votar 30% para as cotas, mas eu queria meio a meio. Nós somos mineiros e aqui nós convivemos meio a meio: 50% de homens, 50% de mulheres. E, dentro da paridade, eu ainda defendo a questão de gênero, questão de raça, e também a questão geracional. Deveria ser aplicado, dentro das paridades, a representação da juventude. Se a gente fizer um novo parlamento assim, e há parlamento assim; não estou inventando a roda, não... Quando eu presidi a Comissão Antidrogas eu abri o Parlamento da Bolívia, e lá é assim: 50/50, tem a população indígena, todas as representações garantidas. Há os brancos, também, lá de Santa Cruz, a elite da Bolívia, mas a ampla maioria são os verdadeiros representantes da Bolívia.

Então, passo a palavra e agradeço à Rosângela a sua dedicação à CPI.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Obrigada, Presidente. Na verdade, eu quero reclamar que os dois estão escravizando, V.Exa. de um lado e Luiz Couto do outro, mas tudo bem. *(Risos.)*

Realmente, gente, eu peço desculpas. Estou aqui já me arrastando, porque estou viajando muito na madrugada, e eu sou ruim de tombar, de cair, mas eu confesso que estou me arrastando. Mas eu vou até o fim. Irei até o fim, porque sei o que é sofrer na pele. Minha mãe também foi assassinada, então eu sei o que é sofrer na pele o que nós sofremos, o que nós negros e negras sofremos.



Eu cheguei ao Congresso com muita vontade de trabalhar. Eu fui Deputada Estadual no Rio de Janeiro com uma votação baixíssima e trabalhei. O povo do Rio de Janeiro me elegeu com 10 vezes mais votos. Eu me elegi com 10 mil e me reelegi para Federal com 100 mil votos, quando as pessoas não achavam nem que eu fosse me eleger. Então, eu tenho uma dívida com o povo do meu Estado e uma dívida com o meu País, e a maneira que eu tenho de agradecer à população é dando o melhor de mim.

Eu quero em nome da Relatoria agradecer a todos vocês que ficaram até agora, os senhores, as senhoras, que ouviram, que eu ouvi, que falaram, depoimentos, infelizmente, muito tristes, depoimentos muito proativos, como ouvi aqui o senhor falando como criou os seus filhos, com muita dificuldade, mas criou os seus filhos. O senhor é um vencedor. A sua família é uma vencedora, família vencedora, que nos dá orgulho de continuar acreditando que tem jeito para o nosso País e para a nossa gente.

Fiquei muito feliz de estar aqui no seu Estado, Deputado — também é o meu Estado de coração, meus pais são mineiros —, de estar fazendo parte de uma Mesa tão seleta como esta, com o Sr. Marcos que está lá do outro lado, que é militante por décadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ele não gosta, não. Tem que falar que é pouco tempo.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Mas eu falo décadas com muito respeito. Confesso que eu nunca militei em movimento negro, mas sempre lutei por justiça, independente de qualquer coisa. Quando fui eleita Vereadora, pela primeira vez, em 2000, em Nova Iguaçu, minha cidade, uma cidade extremamente racista, com um Governo de um coronel que não aceitava, em hipótese alguma, uma mulher na Câmara Municipal, pior ainda, negra. E eu tenho outras agravantes: pobre, evangélica, e por aí vai. Ele me chamava de macaca, mas não tinha coragem de falar isso na minha cara. Ele dizia, postava na cidade, de ponta a ponta, que “aquela macaca” não ia assentar naquela Casa de Leis. Quando eu cheguei naquela Casa enfrentei todas as dificuldades. Eu tenho um perfil muito de corpo a corpo. Para fazer ligações, para conseguir atender as pessoas nos hospitais, para usar uma folha de papel ofício, para poder trocar um pneu do meu carro, eu sentava na



última mesa naquela Câmara, enfim, aos poucos, eu tive que ir me impondo e conquistando o meu espaço dentro daquela Câmara Municipal, com 21 Vereadores. Eu, a única negra, a única mulher, com 20 Vereadores brancos, aos poucos tive que ir galgando o meu espaço.

Eu só quero falar, rapidamente — o Deputado Reginaldo falou muito bem, o Deputado Luiz Couto também —, um pouco da nossa luta. Eu não cheguei aqui com nenhuma facilidade. Eu sei o preço que foi para chegar aqui, as noites fora da minha casa, como estou até agora, para cima e para baixo. O lugar que eu menos frequento é a minha residência. Mas eu tenho prazer no que faço. Eu acho que esse é o diferencial.

O meu primeiro projeto de lei, D. Carla, foi criar a Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara Municipal; o segundo, foi a Casa para a Mulher Vítima de Violência, e por aí os projetos que aprovei. Naquela época, a Comissão de Igualdade Racial da Câmara Municipal de Nova Iguaçu foi a quarta Comissão de Igualdade Racial a ser aprovada no Brasil. Nós temos muito compromisso com o que nós fazemos.

Hoje, aqui nesta tarde, Macaé, você fez uma colocação muito importante, fazendo um mapa desde o decreto até os dias de hoje. Alguém falou aqui que o Brasil foi construído pelo povo afrodescendente. É verdade. Foi o nosso sangue que foi derramado ao longo de décadas. Então, o País tem uma dívida conosco. Deputado Reginaldo, eu sou autora do Estatuto de Igualdade Racial do Estado do Rio de Janeiro. E tantos outros projetos mais benéficos para a população, nós apresentamos ali, e não será diferente na Câmara dos Deputados.

Eu espero poder, através da Relatoria, em consenso, discutindo com você, que é uma pessoa experiente... Eu estou começando agora, mas uma coisa é certa: nós prezamos pela verdade e temos muita vontade de trabalhar e trabalhar de forma correta.

Hoje, eu ouvi alguém na Mesa falar assim: *“Rosângela, ou Relatora, não se deixe contaminar, na hora de fazer a sua relatoria”*. Nós vamos a todos os Estados ouvir. Eu falei para vocês que escuto muito, observo muito. Gosto muito de trabalhar olhando nos olhos e falando a verdade, porque não admito ninguém botar o dedo na



minha cara e falar que eu não tenho responsabilidade e compromisso para com o povo.

Portanto, em nome dessas famílias que foram brutalmente assassinadas, porque não foram só os filhos, são, infelizmente, mães, pais, irmãos que também estão tendo suas vidas destruídas, seus sonhos. Também passei por isso, quando vi minha mãe brutalmente assassinada. Nós sabemos o que é dor, o que é sofrimento.

Eu faço este trabalho com muita transparência, independente de qualquer coisa. Tenho várias atividades lá na Câmara. Este é um tema sobre o qual estou me debruçando. Estou tentando, de todas as formas, fazer o meu melhor para dar uma contribuição ao meu País, ao meu Estado, ao povo afrodescendente e a todas as mulheres do meu País.

Realmente, o Deputado Reginaldo foi feliz quando disse que aquela Casa é muito desigual. Eu tenho certeza de que aquela Casa seria mais bem gestada — sem desfazer de nenhum dos meus companheiros —, se tivesse um pouco mais do toque feminino, porque nós mulheres sabemos o que é ser mãe, ser filha, ser esposa, trabalhar fora, chegar em casa e ainda ter que cuidar da casa, cuidar dos filhos, fazer a janta e, no outro dia, ainda ter que sair para trabalhar e mostrar que está tudo bem, que não estamos cansadas, que não estamos doentes. Aliás, mesmo doentes, nós cuidamos da família, dos filhos, dos vizinhos, dos parentes; estamos ali. Desculpe-me o termo, nós somos pau para toda a obra. Essas mulheres também teriam que estar no Parlamento fazendo leis mais benéficas para toda a sociedade.

Em nome dessas mulheres, eu quero, também, representar bem o meu País e o meu Estado. Espero que, na Relatoria, eu possa dar minha contribuição e, por onde passar, por onde andar, sempre quero chamar a atenção do negro e da negra e dizer a eles o que eu ouvi um dia: “*você pode, você pode!*” Na mendicância, morando na rua, passando fome, alguém me falou: “*você pode!*” Eu acreditei nisso. Fui Vereadora por três vezes, fui Deputada Estadual, quase Senadora do meu Estado, hoje sou Deputada Federal e, quem sabe, no ano que vem, Prefeita da minha cidade. (*Palmas.*)

Eu acredito que nós podemos. Por aonde vou, eu falo para todos que estão aqui que vocês também podem, porque tem sido assim comigo. E, se vocês acreditarem, será com vocês também.



Muito obrigada pela acolhida, pelo carinho. Desculpem-me por tudo. Digo a você, D. Carla, que nós recebemos cópia da documentação. Lá na Bahia, no Cabula, ouvimos a sociedade e pedimos ao Secretário de Segurança que, junto com o Ministério Público, desse explicações. Logo em seguida, o Ministério Público deu retorno. Por aonde nós andamos, procuramos ouvir. E aquilo que achamos que é importante, encaminhamos ao Ministério da Justiça. Aos poucos, temos conseguido um resultado positivo. Espero que possamos também, através da CPI, ajudar vocês.

Rumo ao futuro! Avante Minas Gerais! Conte conosco para ajudar o nosso povo e à nossa gente. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Relatora, Rosangela Gomes, Deputado Luiz Couto, todos aqui na Mesa, Marquinho Martvs Chagas; companheira Cleide Hilda, minha amiga, companheira e Secretária Macaé, Delegado Edson. A todos os nossos assessores aqui da CPI — está tudo registrado, tudo gravado —, obrigado.

Quero agradecer à *TV Assembleia* por ter dado total cobertura à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Obrigado a todos os funcionários, aos assessores, pelo acolhimento; aos Deputados Estaduais que passaram pela nossa audiência; ao Deputado Cristiano Silveira, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que ajudou a mobilizar e a organizar esta audiência; ao 1º Secretário da Casa e também amigo, inclusive é meu afilhado, sou padrinho — estou também ficando mais jovem —, já tenho um afilhado, o Deputado Ulysses Gomes, que nos acolheu aqui na tarde de hoje.

O meu agradecimento a todos os funcionários pela paciência. Mudamos de espaço, mas garantimos a fala de todos. Então, aos senhores que estão aqui, aos nossos assessores, a todos os movimentos de luta presentes, nosso muito obrigado.

Antes de encerrar a nossa audiência, eu quero convocar reunião deliberativa de audiência pública da CPI - Violência contra Jovens Negros e Pobres para amanhã, em Brasília, plenário a definir, a partir das 14h30min.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*